

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

MARIA CAROLINA FRANÇA DA COSTA

**A FOME TEM COR E GÊNERO: AUMENTO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NA
PANDEMIA DA COVID- 19 E AGROECOLOGIA NA RETOMADA DA AGRICULTURA
CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE/PE**

Recife - PE
2024

MARIA CAROLINA FRANÇA DA COSTA

A FOME TEM COR E GÊNERO: AUMENTO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NA PANDEMIA DA COVID- 19 E AGROECOLOGIA NA RETOMADA DA AGRICULTURA CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE/PE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em geografia. Área de concentração: Espaço agrário, ruralidades, movimentos sociais e políticas públicas.

Orientadora: Prof.^a Dr. Mônica Cox de Britto Pereira

Recife - PE
2024

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPE – Biblioteca Central

Costa, Maria Carolina França da.

A fome tem cor e gênero: aumento da insegurança alimentar na pandemia da Covid- 19 e agroecologia na retomada da agricultura camponesa no município de Camaragibe/PE / Maria Carolina França da Costa. - Recife, 2024.

166f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2024.

Orientação: Mônica Cox de Britto Pereira.

Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Soberania alimentar; 2. Segurança alimentar; 3. Alimentação; 4. Campesinato; 5. Racismo. I. Pereira, Mônica Cox de Britto. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

MARIA CAROLINA FRANÇA DA COSTA

A FOME TEM COR E GÊNERO: AUMENTO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NA PANDEMIA DA COVID- 19 E AGROECOLOGIA NA RETOMADA DA AGRICULTURA CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE/PE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em geografia. Área de concentração: Espaço agrário, ruralidades, movimentos sociais e políticas públicas.

Aprovada em: 31/01/2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mônica Cox de Britto Pereira (Orientadora – Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Camila Dutra dos Santos (Examinadora Externa)
Universidade Estadual do Ceará

AGRADECIMENTOS

A todos os que constroem diariamente a Agroecologia, especialmente aos Movimentos Sociais, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), ao Núcleo de Educação Pesquisas e Práticas em Agroecologia e Geografia-NEPPAG/UFPE coordenado pela Profa. Mônica Cox, bem como a todos seminários, encontros, congressos que contribuíram para o aprofundamento das discussões presentes nesse trabalho.

Aos camponeses e camponesas do Bairro de Vera Cruz/Aldeia que tem participado e influenciado minhas pesquisas desde 2021.

À Mônica Cox, pela orientação, bem como, à turma do Neppag – Emely, Joanna, Vitor, Orlando e Everton – pelos momentos de partilha, amizades e aprendizados.

Às Professoras Camila Dutra e Vivian Motta que me guiaram, mostrando a importância e possibilidade discutir a problemática da pesquisa articulada com o tema do racismo.

À Dafne, Emely, Lillian, Joanna, Joyce pela amizade, pelos momentos de escuta acolhedora e ajuda durante essa caminhada. À Hortência, pela amizade e contribuições ao texto.

Tenho gratidão imensa à minha família. Em especial à minha mãe e minhas irmãs por sempre apoiar e acreditar nos meus sonhos, sendo meu lugar de aconchego e amor.

À Vinicius, companheiro de vida que partilho amor, sonhos e conquistas. Sou grata também à minha sogra pelo apoio e carinho ao longo dessa caminhada.

Agradeço de coração à banca da qualificação e de defesa - Professoras Juliana Mota, Priscylla Menezes, Camila Dutra que contribuíram para o direcionamento e aprofundamentos da pesquisa. Meu agradecimento se estende de maneira especial a professora Camila Dutra que tem acompanhado e contribuído desde a época da graduação, com suas considerações, apontamentos sobre a importância do debate racial dentro desse fazer ciência.

Gratidão ao meu amigo, poeta “Peixada Guará” que escreveu um poema sobre a fome inspirado em minha pesquisa.

Agradeço a todos que, de alguma maneira, estiveram presentes em minha vida durante esse período.

O amanhecer da fome

Acordo de madrugada Barriga
comigo fala Canta forte o
passarinho Cujo som preenche a
sala Peço a ela "paciência" Porém
ela não se cala

Tem treloso e coca-cola Chega a
hora da partida Vou sair para o
trabalho Ou me afogo na bebida Lá
eu pelo menos como O que restou
de comida

Amanhã vou na vizinha Saber se
comprou feijão Pois o gás ainda
tenho E a panela de pressão Se a
fome é coletiva Junto se divide o
pão (Peixada Guará, 2024).

RESUMO

A fome vem sendo posta à mesa dos brasileiros ao longo das décadas de forma planejada e direcionada para atingir um público específico, que vem sendo negligenciado e mantido sob amarras escravocratas desde o período colonial até a contemporaneidade. A insegurança alimentar - nomenclatura adotada atualmente para eufemizar o fenômeno da fome atualmente - se intensificou durante a pandemia da covid-19, atingindo de maneira desigual os brasileiros e, conseqüentemente, a população do município de Camaragibe, em Pernambuco. Os diversos conflitos e fatores relacionados ao aumento da insegurança alimentar em um dos principais municípios da Região Metropolitana do Recife serão debatidos e analisados durante a pesquisa. Dito isso, o objetivo elencado como principal é compreender a potencialidade da agricultura familiar camponesa como um caminho para garantir a soberania alimentar e nutricional após o aumento da insegurança alimentar durante a pandemia da Covid-19 no município de Camaragibe - PE. Sendo assim, elencamos três objetivos específicos: a) investigar os diversos fatores contribuintes para o aumento da insegurança alimentar durante o momento pandêmico; b) considerar também os conflitos que o sistema alimentar convencional vem ocasionando; c) buscar políticas municipais de agroecologia no estado de Pernambuco de forma a refletir sobre mudanças e caminhos que contribuam em prol da valorização da agricultura familiar camponesa no município de Camaragibe – PE. Dessa forma, a pesquisa é de natureza quali-quantitativa, bibliográfica e de campo, tendo como base o método de pesquisa da Escrivência de Conceição Evaristo para considerar a vivência da mulher negra a partir do fenômeno da fome. Houve a realização de uma revisão bibliográfica, juntamente com uma pesquisa documental. Enquanto procedimento metodológico, foi disponibilizado um questionário eletrônico com 33 perguntas fechadas que abarcou cerca de 45 mulheres chefes de família, moradoras no município, no ano de 2022, bem como a realização de 04 entrevistas semiestruturadas com mulheres negras também chefes de família atravessadas pela fome durante o período pandêmico. Foi considerado os dados e entrevistas do TCC da autora (2021) que já sofreu influência dos impactos da pandemia e problematizou os conflitos em torno da diminuição da agricultura familiar camponesa no município. Por fim, com a manutenção e intensificação da insegurança alimentar, tornou-se urgente produzir conhecimentos que contribuam nesse enfrentamento, justificando assim a necessidade e importância desta pesquisa.

Palavras-chave: Soberania alimentar; segurança alimentar; alimentação; campesinato; racismo.

ABSTRACT

Hunger has been placed on the tables of Brazilians over the decades in a planned and targeted way to reach a specific public, which has been neglected and kept under slavery since the colonial period until the present day. Food insecurity - the nomenclature currently used to euphemize the phenomenon of hunger - has intensified during the covid-19 pandemic, affecting Brazilians unevenly and, consequently, the population of the municipality of Camaragibe, in Pernambuco. The various conflicts and factors related to the increase in food insecurity in one of the main municipalities in the Metropolitan Region of Recife will be debated and analyzed during the research. That said, the main objective is to understand the potential of peasant family farming as a way to guarantee food and nutritional sovereignty after the increase in food insecurity during the Covid-19 pandemic in the municipality of Camaragibe - PE. Therefore, we set out three specific objectives: a) to investigate the various factors contributing to the increase in food insecurity during the pandemic; b) to also consider the conflicts that the conventional food system has been causing; c) to look for municipal agroecology policies in the state of Pernambuco in order to reflect on changes and paths that contribute to the valorization of peasant family farming in the municipality of Camaragibe - PE. The research is qualitative-quantitative, bibliographical and field-based, using Conceição Evaristo's *Escrevivência* research method to consider the experience of black women through the phenomenon of hunger. A bibliographical review was carried out, along with documentary research. As a methodological procedure, an electronic questionnaire with 33 closed questions was made available to around 45 women heads of household living in the municipality in 2022, as well as four semi-structured interviews with black women who were also heads of household who had experienced hunger during the pandemic period. We took into account the data and interviews from the author's TCC (2021), which was already influenced by the impacts of the pandemic and problematized the conflicts surrounding the decline of peasant family farming in the municipality. Finally, with food insecurity continuing and intensifying, it has become urgent to produce knowledge that will help to tackle it, thus justifying the need and importance of this research.

Keywords: Food sovereignty; food security; food; peasantry; racism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Direção de estabelecimentos agropecuários por tamanho da área e cor ou raça

Figura 02 – Área dos estabelecimentos agropecuários segundo a raça do produtor (Negro ou Branco) – 2017

Figura 03 - Município de Camaragibe e suas principais características

Figura 04 - Áreas de morro no bairro da Tabatinga em Camaragibe

Figura 05 - Clube Campestre Sete Casuarinas e seu acesso a mata

Figura 06 - Localização do Município de Camaragibe (estado de Pernambuco e Região Metropolitana do Recife)

Figura 07 - O retorno do Brasil ao mapa da fome

Figura 08 - Charge criticando a falta de acesso a alimentos

Figura 09 – Contaminação por Agrotóxico nas regiões brasileiras

Figura 10 - FAO 2022 - Panorama da insegurança alimentar e fome no Brasil

Figura 11 - Evolução (em%) da estimativa da insegurança Alimentar moderada + grave, segundo as macrorregiões do Brasil, entre os inquéritos nacionais de 2018 (POF), o I VIGISAN, de 2020 e o IIVIGIAN, de 2022). II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, no Brasil, 2021/2022

Figura 12 - Renda familiar dos domicílios

Figura 13 – Mapeamento de iniciativas agroecológicas nos municípios

Figura 14 – Agroecossistemas na Mata do Ronca em Paulista/PE

Figura 15 – Mercado Municipal de Camaragibe/PE

Figura 16 – Mercado municipal de Camaragibe após o incêndio de 2022.

Figura 17 – Mercado Provisório de Camaragibe/PE

Figura 18 – Feira Livre na Rua Eliza Cabral em Camaragibe/PE

Figura 19 – Feira Agroecológica de Camaragibe/PE

LISTA DE QUADROS

1. Quadro 01 - Características gerais das entrevistadas
2. Quadro 02 – Participação em Eventos e Cursos nos anos 2022 e 2023
3. Quadro 03 - Lista dos principais condomínios horizontais de Camaragibe, localizados em Aldeia, Camaragibe/Pernambuco
4. Quadro 04 – Municípios com incidência de experiências agroecológicas
5. Quadro 05 – Políticas públicas voltadas para a alimentação no Município de Camaragibe/PE

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Densidade demográfica brasileira – Censo do IBGE de 2022

Tabela 02 - Produtividade da agricultura familiar e não familiar no Brasil, Nordeste e Pernambuco – Censo Agropecuário de 2017

Tabela 03 - Áreas e estabelecimentos com atividades agropecuárias da Região Metropolitana do Recife

Tabela 04 - Os diferentes níveis de insegurança alimentar no Brasil em 2022

Tabela 05 - Percentual de domicílios segundo condições de Segurança Alimentar (SA) e níveis de Insegurança Alimentar (IA), por sexo e raça/cor autodeclarada da pessoa de referência, Brasil. II VIGISAN - SA/IS e Covis-19, Brasil, 2021/2022

Tabela 06 - Características do perfil dos domicílios de Camaragibe registrados pelo questionário

LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
Agência Condepe/ Fidem	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
Agroflor	Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
AnM	Agroecologia nos Municípios
CEASA	Centro de Abastecimento e Logística do Estado de Pernambuco
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ENANPEGE	Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia
ENGA	Encontro Nacional de Geografia Agrária
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FNDE	O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
I VIGISAN	I Inquéritos nacionais sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia por COVID-19 no Brasil
II VIGISAN	II Inquéritos nacionais sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia por COVID-19 no Brasil
INTERFARMA	Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa
IPA	Instituto Agrônomo de Pernambuco
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MCP	Movimento Camponês Popular
NEAs	Núcleos de Estudo em Agroecologia
NEPPAG AYNÍ	Núcleo de Educação, Pesquisas e Práticas em Agroecologia e Geografia AYNÍ
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações não governamentais
OMC	Organização Mundial do Comércio
PE	Pernambuco
PET	Programa de Educação Tutorial
PMAPO	Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica de
De Bonito	Bonito
Rede	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança
PENSSAN	Alimentar e Nutricional
RENDA	Rede de Núcleos de Agroecologia da região Nordeste
RMR	Região Metropolitana do Recife
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SSAN	Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco

PROLÓGO AUTOBIOGRÁFICO

De certo modo, a estabilidade financeira e o mundo de oportunidade que nossa organização social racista oferece, representa um conto de fadas, normalmente, a infância de uma menina branca, é marcada por histórias bonitas, com príncipes e princesas morando em seus castelos, muita diversão e brincadeiras. Minhas histórias e realidade do tempo de criança são diferentes. Filha do meio, com duas irmãs e uma mãe solo que trabalhava nas casas dos brancos, cozinhando, alimentando, limpando e lavando para os filhos que não eram dela. Para a sociedade, a figura da minha mãe, é daquela mulher guerreira que criou suas três filhas sem depender de homem nenhum. Eu sempre senti muito orgulho de todo seu esforço para nossa criação, mas sempre tive a consciência da sobre carga que recaia sobre ela. A observava acordar às 03:30, sair às 04:00, para pegar o primeiro ônibus, que passava de 04:30, buscando chegar às 06:00 no trabalho, para acordar, alimentar e levar a escola os filhos de seus patrões.

Esse tipo de relação é uma das heranças coloniais na contemporaneidade, na qual mantem o papel da “mãe preta”, enquanto mucama destinada e associada aos cuidados com os filhos dos senhores. Sobre essa questão Lélia Gonzalez (2018), Sueli Carneiro (2011) e Angela Davis (2016) abordam a preocupação em compreender o legado do passado escravista como busca de entender e desnaturalizar as representações vigentes sobre as mulheres negras. De acordo com Sueli Carneiro, atualmente:

As mulheres negras brasileiras compõem, em grande parte, o contingente de trabalhadores em postos de trabalho considerados pelos especialistas os mais vulneráveis do mercado, ou seja, os trabalhadores sem carteira assinada, os autônomos, os trabalhadores familiares e os empregados domésticos (Carneiro, 2011, p. 129).

A minha geração, da minha mãe, da minha avó e seus descendentes, têm estado as margens da sociedade, vivendo em condições diretamente atravessadas pelo racismo estrutural que dificulta nossa ascensão para usufruir dos direitos básicos garantidos pela instituição brasileira (saúde, educação, moradia, segurança e alimentação), ocupando lugar de subalternidade e fornecendo mão de obra barata para o sistema, com pouca esperança de mudança.

Sobre meus estudos, lembro como se fosse hoje, minha mãe falando para eu e minha duas irmãs não arrumar qualquer conflito na escola, porque ela não podia perder qualquer dia de serviço para ir resolver. Acho que esse foi um dos motivos para nunca ter sido suspensa na escola, afinal, como íamos sobreviver se ela perdesse o emprego? Festinha dos dia das mães, dia de entrega dos boletins na escola, ela nunca podia comparecer, por causa do trabalho. Tem uma frase que ela me falava, que eu nunca consegui esquecer, ela dizia: “estude para não ser piniqueira¹ de ninguém”. Eu sabia o que significava ser piniqueira, o que isso representava para mim e para ela, sabia que não era aquilo que queria e, por meio dos estudos, sigo honrando seu desejo.

Ainda sobre as histórias infantis de uma criança, ela pode deixar de ser bonita para se tornar um conto cruel, quando trazido para a realidade de crianças negras. Lembro das histórias que minha mãe e minha avô materna contavam, que embrulhavam meu estômago, sempre que escutava. Elas lembravam a vida sofrida e de muita violência ao lado do meu avô, a falta comida para alimentar todos da casa, bem como, falta de oportunidade e meio de ascensão econômica. Histórias de trabalhos árduos e fome entre os seus, que os mantinham sobre as amarras dos séculos passados.

Muitos naturalizam o lugar da mulher negra na sociedade brasileira, as enxergando como fortaleza, tendo que enfrentar várias lutas ao longo da vida. Minha mãe, a mais velha de dez irmãos, cozinhava e cuidava de todos, para seus pais conseguirem trabalhar. Ela sempre lembra do banquinho que subia para alcançar o fogão de lenha, conta também sobre os mais de dez quilômetros que tinha que percorrer no caminho da escola, levando seus materiais numa bolsa plástica, dessa de mercado. Minha mãe não se manteve na escola depois da 4ª série, porque teve que ir para as cozinhas e banheiros dos brancos, quando ainda era menor de idade, para ajudar a manter a casa cheia de irmãos.

Mesmo não podendo pagar uma escola de qualidade para nós três, ela se sujeitou a várias situações desumanas de trabalho, para que a gente conseguisse estudar e romper como o trabalho doméstico que acompanhava as mulheres de nossa família. Estudar sempre representou muito para ela. E assim eu fiz. Venho derrubando barreiras, desde o ensino básico, quando fica o ano inteiro com duas ou mais disciplinas sem professor durante o ano

¹ O sentido dessa palavra refere-se a pessoa que faz parte de uma classe social desfavorecida, especificamente falando de quem trabalha fazendo faxinas ou limpando penicos, ou seja, pessoas que desenvolvem o serviço/trabalho doméstico.

letivo, quando não tive a oportunidade de fazer cursos e preparatórios, que me auxiliassem durante o processo de seleção de uma universidade pública.

Fome, alimentação, agricultura familiar camponesa, são palavras-chave para representar minha vivência familiar. A falta de oportunidade e meios de superação da pobreza, nos fez manter o vínculo com a agricultura, como forma de amenizar o fenômeno da fome entre nós. Nossos roçados foram refúgios e esperança de sobrevivência. O filme da minha infância foi ver, tudo isso, acabando e me impulsionando para a cidade. Esse processo de expropriação que aconteceu, fomentou o desejo de escrever sobre o alimento, a comida e suas disputas.

Em 2017, quando ingressei na Universidade Federal de Pernambuco, no curso de licenciatura em geografia, por meio das políticas de ação afirmativa, tive como primeira dificuldade, compreender os textos e as complexidades presente neles, durante os primeiros semestres do curso. A prática de ler, não fazia parte da minha rotina nas escolas. Esse foi meu primeiro e grande desafio ao longo da graduação. Hoje, tenho a compreensão, que não era simplesmente a falta do hábito de ler, mas sim o racismo institucional materializado na falta de representação de professores negros, que desconsiderassem minha vivência, na construção de suas aulas e na imposição de textos de homens e mulheres brancas, falando de Geografia. Uma geografia, que não me acolhia e nem dava visibilidade a minha história.

O ambiente universitário sempre me fez sentir sozinha. No decorrer da graduação, principalmente durante a construção do Trabalho de Conclusão de Curso, sentia que faltava algo nas aulas, nos professores, e até mesmo nos meus trabalhos acadêmicos. É válido apontar também que esse acesso a esse ambiente me fez entender a estruturação do racismo que eu sempre passei, mas não conseguia me posicionar. Muitos acreditam que nós passamos a nos ver mais negra (o) quando temos esse privilégio de estar e poder discutir sobre essas questões dentro da academia. Mas não, nos vemos negras e negros todos os dias, dentro e fora das instituições, no dia-a-dia, desde os primeiros passos na infância. O que esses ambientes nos proporcionam são ferramentas para conseguir verbalizar e combater o racismo seja em nossas escritas e/ou até mesmo em nosso cotidiano.

Ainda sobre minha trajetória durante a graduação, tive meu primeiro contato com a disciplina de Agroecologia², me encantei, então decidi realizar meu TCC³ articulado com essa área de conhecimento, como forma de visibilizar a agricultura familiar camponesa presente em Camaragibe. Agricultura essa que vive atravessada em nossas vivências e por muito tempo, matou a fome da minha e de várias famílias localizadas ao norte do município, bem como, traçar estratégia de fomento de iniciativas de valorização e expansão da agricultura tradicional junto ao poder público municipal.

Nesse momento, outro desejo aflorado era que independente do tema, da problemática ou dos objetivos da pesquisa, gostaria de fazer um debate racializado, de maneira transversal durante o trabalho, em virtude de visibilizar os sujeitos atravessados pela fome. No decorrer do processo, me vi atarefada por diversas demandas e não consegui realizar meu principal objetivo. Defendi e ingressei no mestrado, e mais uma vez não conseguia me enxergar nos meus textos. Dessa forma, aqui temos que nos perguntar: como uma mulher negra, periférica que contrariou o sistema ocupando uma vaga em uma Universidade Federal, poderia se sentir pertencente aquele ambiente branco, com professores brancos, e necessariamente, tendo que ler exclusivamente livros brancos e textos, que não a representava?

Acredito que todo e qualquer pesquisadora, em algum momento, esbarra com alguém que revoluciona sua vida acadêmica de alguma forma. A minha pessoa revolucionária foi a professora Vivian Motta. O Núcleo de Educação, Pesquisas e Práticas em Agroecologia e Geografia (NEPPAG) da UFPE tinha troca e parceria com a professora, e tive oportunidade de recém ingressa no núcleo, participar de cursos em 2020, que correspondia a finalização do Projeto NEPPAG/Cnpq edital 21, onde a conheci. Em 2022, contei minhas angústias em uma reunião de colaboração com o andamento da pesquisa de mestrado, e ela compartilhava da mesma solidão. Disse que eu continuaria me sentindo assim, dentro da geografia e, principalmente, dentro da Agroecologia porque era um ambiente branco, e que pessoas como a gente não ocupa esses espaços, que somos invisibilizadas e silenciadas pelo próprio movimento agroecológico⁴.

² Disciplina cursada em 2019 no turno da noite, ministrada pela Profa Mônica Cox – ver Mônica Cox de Britto Pereira “Agroecologia na Formação Universitária” (2016).

³ “O Povo dos Roçados: a realidade da Agricultura familiar camponesa em Aldeia - Camaragibe/PE” que foi finalizado em 2021”.

⁴ Em seu artigo “PARA QUEM É ESSE LUGAR? Problematização sobre a presença não branca nos espaços de visibilização da agroecologia” Vivian Delfino Motta fez um levantamento entre 2020 e 2021 de eventos online

Por fim, a partir de leituras direcionadas à questão racial, foi ali que tudo mudou: Grada Kilomba (2020)⁵ conta um pouco sobre desobedecer às ausências, bem como, viver na existência no prefácio do livro de Frantz Fanon “Pele Negra, Máscaras Brancas”. Minha presença enquanto pesquisadora, é uma desobediência às ausências, deixando de tornar ausente, algo que existe. Eu existo, meu povo existe, a fome que lhes atinge existe e isso deve ser considerado dentro do fazer ciência.

E é nesse dilema que sigo minha carreira acadêmica, sigo desobedecendo e (re)existindo às ausências de pessoas não brancas, nos espaços que estou. Tenho esperança de que as próximas gerações, não se sintam sozinhas, se sintam acolhidas e representadas dentro e fora do ambiente acadêmico. Meu compromisso, aqui, foi realizar um debate racializado dentro de um trabalho que não tinha como tema, título e objetivos o debate direcionado a questão racial, mostrando que esse debate deve estar presente dentro de qualquer pesquisa contemporânea, já que, a formação dos Estados nacionais atuais foi estruturada sob a escravidão. Espero ter conseguido.

durante a pandemia da Covid-19 ligados a construção de conhecimento agroecológico para evidenciar as ausências da população não branca nesses espaços de poder.

⁵ Grada Kilomba é psicóloga, psicanalista, escritora e artista interdisciplinar. Nascida em Lisboa, publicou “Memória da plantação: episódios de racismo cotidiano” em 2019.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
2 “QUEM INVENTOU A FOME, SÃO OS QUE COMEM”: O SISTEMA ALIMENTAR DOMINANTE EM EXPANSÃO E RESISTÊNCIAS	37
2.1. De volta às origens: terra para quem?	45
2.2 A produção em larga escala da fome e seu lugar de reprodução: a fome tem cor e gênero	70
3. AGRONEGÓCIO, DOENÇAS INFECCIOSAS E A ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA	94
3.1 A escravidão contemporânea & “modernização” do campo	95
3.2 Processos catalizadores da insegurança alimentar	101
4. AGROECOLOGIA E RETOMADA DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA: SISTEMAS ALIMENTARES AGROECOLÓGICOS E A BUSCA POR UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL	109
4.1 Sistemas alimentares agroecológicos: políticas municipais de Agroecologia nos municípios de Paulista e Bonito em Pernambuco	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	134
APÊNDICES	152
ANEXOS	162

1 INTRODUÇÃO

- **Contextualização do tema**

Insegurança alimentar, substantivo feminino, embora haja famílias que não compreendem seu significado, sentem a presença nas suas vidas e principalmente vivenciam sobre suas mesas. A insegurança muitas vezes pode se transformar em diversos sentimentos avassaladores, causando ansiedade e desespero na mãe solo, preta que trabalha de dia à noite para alimentar seus filhos, sendo obrigada a escutá-los e acalantá-los quando pedem algum alimento e não tem nada para oferecê-los. Embora o foco da pesquisa seja se debruçar sobre a insegurança alimentar no momento pandêmico no município de Camaragibe-PE, daremos alguns passos para atrás e, então, compreender a fome enquanto um fenômeno de ordem social e não natural, como esclarece Josué de Castro (1984)⁶, considerando os processos contribuintes para a sua manutenção ao longo de séculos no Brasil.

O debate acerca da fome, no Brasil, historicamente nem sempre aconteceu de forma coletiva e pelo poder público e privado, embora na década de 1940, Josué de Castro (1952) já alertava a sociedade brasileira sobre o silêncio intencional do Estado brasileiro em relação ao tema, sendo planejado e executado de forma consciente pelo poder público.

Anteriormente essa questão era tratada como um problema de produção alimentar. Essa foi na verdade uma das justificativas para a implementação da Revolução Verde⁷ no campo, ou seja, o problema da fome só seria resolvido se houvesse a produção em massa de “alimentos” por meio de alteração e manipulação das variedades existentes. Vendeu-se a ideia de que a população, não só do Brasil, mas no mundo inteiro, precisava acessar a distribuição de alimentos, e, a ideologia da modernização disseminando a ideia de que o campesinato “atrasado” não era capaz de produzir alimentos suficientes para acabar com a fome.

⁶Josué Apolônio de Castro, mais conhecido como Josué de Castro, foi um médico, nutrólogo, professor, geógrafo, cientista social, político, escritor e ativista brasileiro do combate à fome. Geografia da Fome é sua obra mais conhecida dentro da Geografia e é nela que vamos fazer diversas considerações dentro dessa pesquisa.

⁷ A Revolução Verde é considerada como a invasão das tecnologias agrícolas no campo permitindo a produção em massa de alimento-mercadoria por meio das monoculturas. Nos países colonizados, essa implementação ocorreu principalmente entre 1960 e 1970, a partir da utilização de sementes híbridas, fertilizantes, adubos químicos, agrotóxicos, favorecendo a padronização alimentar no mundo que ao longo do tempo tem corroborado para a expropriação do camponês, o aumento das desigualdades, da fome e da miséria entre a população (ver Pereira, 2012).

A pesquisadora Marta Marques (2012) em seu texto “A atualidade do uso do conceito de camponês” entende o conceito de campesinato como uma classe social e não somente como um setor da economia, se constituindo como uma forma de organização da produção/modo de reprodução da vida. A autora ainda complementa dizendo que, enquanto o contexto agrário brasileiro tiver como características a extrema desigualdade social e o latifúndio permanecer no centro do poder econômico e político do país estando ou não associado ao capital financeiro e industrial, o campesinato representa um conceito fundamental para debater os processos políticos-sociais no campo e suas contradições. Sobre a evolução desse conceito:

O conceito de campesinato evoluiu desde a sua compreensão como um segmento social, integrado por unidades domésticas de produção e consumo até a conceituação agroecológica atual. O campesinato se mostra como uma forma de se relacionar com a natureza, considerando-se parte dela em um processo de coevolução e coexistência que configura um modo de uso e de manejo da natureza (Gusmán e Molina, 2005 apud Gonçalves, 2010, p. 127).

Dessa forma, o autor salienta também que esse conceito teve sua evolução desde a compreensão enquanto segmento social, incorporado por unidades domésticas de produção e consumo, até sua nova reformulação conceitual elencado com a Agroecologia, revelando-se como uma maneira de se relacionar com a natureza, “considerando-se parte dela em um processo de coevolução e coexistência que, configura um modo de uso e de manejo da natureza” (Gonçalves, 2010, p. 27).

Hoje, a partir da expansão da Revolução Verde, com as sementes geneticamente modificadas, insumos e adubos químicos, técnicas “modernas” de produção de mercadoria em grande quantidade - mercadorias essas que a sociedade considera, equivocadamente, como alimento - é possível identificar no mundo muitas pessoas passando em decorrência desse regime de produção. A sociedade perdeu a autonomia de produzir seus alimentos, bem como o acesso a uma alimentação saudável, sem ser atravessada pelo atual estágio do capital, o de acumulação. A perda do modo de vida camponês reflete nas várias mudanças na atualidade, desde a expropriação, a relação de coexistência com a natureza, ao direcionamento da população do campo para as relações de miséria e fome na cidade.

A soberania alimentar do povo negro do campo tem sido expropriada, tendo em vista a negação da terra por parte do Estado, bem como o avanço da lógica capitalista sobre os

espaços da agricultura camponesa. A concentração dos meios de produção por meio do agronegócio, tem restringido a disponibilidade e acesso aos alimentos, retirando a posse da terra e tornando a população dependente e vulnerável em relação ao alimento. De acordo com Maria Zênia Silva (2002), tentar reduzir a insegurança alimentar por meio do aumento da produção de alimentos-mercadoria, centrada no agronegócio e nas grandes corporações como caminho de superação da fome entre a população, tem sido um grande equívoco.

A condição de soberania alimentar e nutricional abarca diversas esferas, incluindo o acesso regular e permanente ao alimento que satisfaça as necessidades básicas no organismo. Deve-se considerar também as condições ambientais, socioeconômicas e culturais dos povos, das comunidades ou da população. Sobre esses aspectos Mário Almeida (2019) concorda que o termo soberania alimentar:

[...] expressa a garantia de um direito fundamental (o da alimentação), o respeito pela cultura e pelas especificidades de cada povo, a modalidade ecologicamente sustentável da produção de alimentos e, acima de tudo, a autonomia para escolher o “modo de produzir” e o “modo de comer” que respeite as tradições dos “modos de vida” de um determinado grupo social. (Almeida, 2019, p.116).

O planeta está entrando em colapso, a natureza agoniza por socorro e aos povos são negados seus direitos fundamentais para a reprodução da vida. Novas doenças aparecem a todo instante, vírus e bactérias letais para a saúde humana estão cada vez mais resistentes. O mundo busca resolver os problemas ocasionados pela ganância por meio de mais tecnologia, remédios que amenizam os danos sofridos, mas não resolvem a raiz do problema, o que causa todo esse descontrole no mundo.

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2), como pandemia, mais conhecida como pandemia da Covid-19. A disseminação desse vírus se deu rapidamente por todos os continentes do planeta. Quase 700.000⁸ pessoas morreram só no Brasil, visto que o mundo moderno não podia parar. O autor Ailton Krenak analisa essa situação demonstrando sua indignação sobre a maneira que os Estados nacionais se comportaram durante esse período: “governos burros acham que a economia não pode parar. Mas a economia é uma atividade que os humanos inventaram e

⁸ Para dados atualizados da pandemia acessar: <https://covid.saude.gov.br/>.

que depende de nós. Se os humanos estão em risco, qualquer atividade humana deixa de ter importância” (Krenak, 2020, p. 86).

A partir disso, tornou-se necessário investigar: quais processos contribuíram para intensificar a insegurança alimentar e nutricional no município de Camaragibe – PE durante a Pandemia da Covid-19? Queremos também discutir quais limites impostos e quais possíveis caminhos para uma retomada de alimentação saudável e nutritiva.

Durante a pandemia, os municípios enfrentaram uma vasta insegurança alimentar entre a população, de acordo com a Rede PENSSAN, 2022. Um problema que tinha sido amenizado, desde 2014 - por meio da combinação entre políticas públicas, conselhos de segurança alimentar ativos e participativos - voltando a fome a ser registrada como problema estrutural em todo país (Rede PENSSAN e FAO, 2022). Como bem ressalta Krenak (2020): “Neste momento, estamos sendo desafiados por uma espécie de erosão da vida. Os seres que são atravessados pela modernidade, a ciência, a utilização constante de novas tecnologias, também são consumidos por elas (Krenak, 2020, p. 95)”. Estamos sendo consumidos, não de maneira simbólica, mas de forma concreta.

É válido destacar também o protagonismo de vários municípios que atuam se contrapondo a esse projeto de fome no país, por meio da implementação de política nacionais á nível municipal de fomento e fortalecimento da agricultura familiar camponesa por meio da Agroecologia. Esses sujeitos políticos contribuíram para amenizar o impacto devastador da fome durante o momento da pandemia iniciada em 2020, seja pela distribuição de alimentos, quanto na promoção de uma autonomia e soberania alimentar da população em relação ao mercado capitalista.

Com base nessas reflexões, foi elencado como objetivo principal compreender a potencialidade da agricultura familiar camponesa como um caminho para garantir a soberania alimentar e nutricional após o aumento da insegurança alimentar durante a pandemia da Covid-19 no município de Camaragibe - PE. Para alcançarmos esse feito foi necessário: a) investigar os diversos fatores contribuintes para o aumento da insegurança alimentar durante o momento pandêmico; bem como, b) considerar também os conflitos que o sistema alimentar convencional vem ocasionando; além de c) buscar políticas municipais de agroecologia no estado de Pernambuco de forma a refletir sobre mudanças e caminhos que contribuam com a valorização da agricultura familiar camponesa no município de Camaragibe – PE.

As reflexões encadeadas se justificam pela situação grave de insegurança alimentar presente atualmente causada pela expansão da colonialidade alimentar (Bastos, 2022) por meio da agricultura do agronegócio, que substituiu os alimentos oriundos da agricultura tradicional camponesa pelas comidas-mercadoria, buscando atender as tendências contemporâneas do sistema capitalista.

- **Caminhos metodológicos**

a) Proximidade com o tema

Na infância, o tema já fazia parte da minha vivência, devido à forte presença da agricultura na família. Poder comer o que plantávamos, sempre foi um orgulho para meus avôs. Eles gostavam de saber como a comida que eles estavam comendo foi plantada e colhida. Saber a procedência. Cresci vendo essa autonomia ser silenciada, vendo nossos roçados se tornar presente apenas em nossas lembranças, dando espaço para o avanço da lógica capitalista sobre nosso modo de vida. Em relação a fome, sabia que era um fenômeno que nos atingia de maneira mais intensa, por causa da nossa posição dentro da organização social/racista brasileira. Tive o entendimento sobre a complexidade do fenômeno e níveis de impacto por meio da geografia, que me deu aparato para problematizar e desnaturalizar seus impactos.

Já a Agroecologia, representa toda minha esperança de modificar e trazer caminhos e estratégias que atuem na linha de frente do combate à fome. Esse campo do saber, tem viabilizado a retomada do saber tradicional na busca pela soberania alimentar entre todos, considerando a questão racial e de gênero dentro do processo. Essa esperança sentida, tem sido meu combustível de carreira. Esperança de não estar onde o sistema determina, nas margens da sociedade servindo de apoio para a branquitude ascender intelectualmente, socialmente e economicamente.

A oportunidade de fazer parte do Núcleo de Educação, Pesquisa e Práticas em Agroecologia e Geografia (NEPPAG AYNÍ) – UFPE, me possibilitou estar em um lugar de construção do conhecimento agroecológico e de resistências. Lugar esse que me acolhe e me incentiva a escrever sobre a agricultura, a respeito dos povos do roçado de Camaragibe, no que diz respeito a população subalternizada, que tem sido castigada pela fome de forma cruel, ou seja, falar sobre tudo que me atravessa. Não apenas falar no sentido de problematizar, que é importante, mas também, ajudar a construir uma saída, um caminho possível se ser seguido,

retomado. Se eu pudesse escolher duas palavras para representar o elo entre agroecologia e geografia, em minha vida, seria: *retomada e esperança*. Retomada do modo de vida camponês, por meio da agroecologia, que tem guardado e se inspirado nos saberes tradicionais. E esperança de um caminho a ser seguido, que se contraponha totalmente a esse atual modelo de reprodução da morte.

b) “A fome é professora e para descrevê-la é preciso conhecê-la”: Carolina de Jesus contribuindo para a escolha do método e sujeito da pesquisa.

A pesquisa teve uma abordagem quali-quantitativa, buscando aprofundar-se nos processos, fenômenos, subjetividades, valores, experiências e significados invisibilizados e inferiorizados pela produção do conhecimento hegemônico. Ao levar em consideração a complexidade do fenômeno da fome, era essencial adotar método e procedimentos de pesquisa que levassem em consideração tal complexidade, desenvolvendo tratamentos quantitativos e qualitativos dos dados obtidos ao longo da pesquisa, enriquecendo a análise e as discussões (Minayo, 1997), além de fornecer um quadro geral sobre o estudo. Nesse sentido, segundo Schneider, Fujii e Corazza (2017), a pesquisa qualitativa pode ser amparada pela pesquisa quantitativa e vice-versa, “possibilitando uma análise estrutural do fenômeno com métodos quantitativos e uma análise processual mediante métodos qualitativos” (Ibid, p. 570).

Sobre a multiplicidade dos processos envolvendo a problemática, o trabalho inspirou-se no método da *escrevivência*, conceito elaborado pela intelectual brasileira negra Conceição Evaristo, contribuindo a partir daí apresentar as vivências das mulheres negras do município de Camaragibe, em relação ao aumento da fome durante a pandemia da Covid-19. A autora nos afirma que a *escrevivência* não é uma escrita narcísica (Evaristo, 2020), em que embora possamos estar falando de nossas experiências individuais, são vivências compartilhada com um grupo.

Para exemplificar o que autora traz, trago minha experiência com fome durante a infância, na qual, a alimentação, era limitada e não diversificada. Muitos de minha família e até mesmo pessoas desconhecidas, porém constituintes da comunidade negra, também tiveram essa realidade em suas vivências. Embora em níveis diferentes, a fome sempre esteve presente em nossas casas, seja pela falta total de alimentos, a redução de seu consumo por não ter perspectiva de comprá-los novamente, como também o acesso a alimentos de baixo

valor nutritivo, que não fornece aos nossos organismos a quantidade necessária de vitaminas, proteínas e sais minerais.

Considerar a complexidade da vivência do povo negro, em relação a alimentação, é uma ferramenta indispensável dentro do fazer ciência. A escrita decolonial tem se tornado ferramenta indispensável dentro dessa perspectiva de luta do povo negro, na sociedade brasileira na contemporaneidade. Assim, durante a palestra “Escrita Decolonial: autoria de mulheres negras rasurando a letra oficial brasileira”, Conceição Evaristo faz a seguinte colocação:

Entendo a escrita de autoria de mulheres negras como uma escrita decolonial, como vozes, como palavra-ação em constante e renovada construção de liberdade a partir de nossas experiências pessoais e/ou coletivas, como comunidades que sofrem, ainda no presente, as consequências da experiência histórica da escravização dos povos africanos e seus descendentes nas Américas. Temos uma escrita em disputa, não só no campo simbólico, mas que trazem os corpos de sua autoria. (Evaristo, 2019 apud. 2022, p. 60).

A escrita vem entrelaçada como experiências pessoais, mas que se apresentam também de forma coletiva, visto que, o povo negro não tem usufruído dos mesmos privilégios e oportunidades da branquitude, o que o Silvio Almeida (2019) chama de racismo estrutural. Ao visibilizar esses sujeitos, por meio da perspectiva e vivência deles, acontece um processo de desconstrução colonial, o que é reconhecido como escrita decolonial.

As disparidades de gênero e raça, o enfrentamento às colonialidades e desigualdades sociais, foram levantadas ao longo da pesquisa desafiando as estruturas sociais atuais. Compreende-se que todos os elementos e processos existentes na sociedade atual são pautados sob uma ordem social racista estrutural, principalmente em países do sul global, que ainda vivem sobre as amarras das colonialidades (Quijano, 2005; Lander, 2005; Castro-Gómez, 2007; Walsh, 2008)⁹. Os aspectos sociais, políticos, sociais, culturais e ecológicos da sociedade brasileira possuem relações complexas e merecem ser discutidas a partir de análises radicalizadas.

A fome no Brasil tem se revelado de cor e gênero específicas, se reproduzindo de maneira mais abrangente nas regiões Norte e Nordeste, isso é o que revela os novos dados

⁹ Para Quijano (2007), a colonialidade é a classificação social que tem como base a noção de raça, de origem colonial, mas transcende as singularidades do colonialismo. De modo geral, ela pode-se ser entendida enquanto processo de dominação da atualidade que utiliza as heranças coloniais baseadas na diferenciação das raças. As colonialidades são divididas em diferentes categorias: a Colonialidade do poder (Quijano, 2005), do saber (Lander, 2005), do ser (Castro-Gómez, 2007) e da natureza (Walsh, 2008).

do Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia por COVID-19 no Brasil (II VIGISAN), disponibilizado pela Rede Brasileira em Pesquisas em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – Rede PENSSAN.

Desse modo, nos perguntamos quais experiências seriam fundamentais para explicar o fenômeno. A construção do conhecimento aqui presente teve como base a "perspectiva negra" para conseguir abarcar as principais pessoas que estão sofrendo com essa problemática. A carência da produção de um pensamento social crítico e fundamentado em propostas com responsabilidade metodológica que traga de maneira explícita o "protagonismo" negro em relação ao atravessamento de injustiças sociais relacionadas a vários temas, dentro da agroecologia, nos permitiu tomar como referência a mulher negra, diante da problemática estudada, por meio da articulação entre as narrativas apresentadas ao longo dos campos realizados durante o estudo.

A partir dessa premissa, caminhou-se buscando localizar o fenômeno, identificando quem o produz, para onde ele é direcionado e principalmente, quem são os mais afetados. As experiências acadêmicas nos permitem observarmos os apagamentos na formação acadêmica de referenciais não hegemônicos. Pessoas não brancas e do Sul Global, sobretudo as mulheres, têm seu trabalho intelectual menos divulgado", de acordo com a denúncia de Camila Pereira (2021), bem como não ocupam espaços de poder dentro da Agroecologia - como foi possível analisar por meio dos escritos de Motta (2022) – e favorece a invisibilização do povo negro nas análises de várias temáticas, fenômenos e processos.

Beatriz Nascimento enfatiza que "quando se trata de um relacionamento institucional, a discriminação étnica funciona como um impedimento, mais reforçado à medida que essa mulher alça uma posição de destaque social [...]" (2006, p.129). Dito isso, não podemos considerar o feminismo hegemônico nas análises da pesquisa, visto a importância de interseccionalizar o debate, dando instrumentalidade teórica-metodológica à indissociabilidade estrutural do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcado (Akotirene, 2020):

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado - produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (, Akotirene, 2020, p. 19).

Levando o que foi dito em consideração, o método da escrevivência permite articular a pesquisa com uma nova prática, trazendo voz e visibilidade às mulheres negras, ao considerar o empírico por meio de suas vivências, assim como identificar as contribuições das mulheres negras dentro da construção do conhecimento. Conceição Evaristo (2017), revela que a prática de “escreviver” permite nos encarregarmos de descrever histórias reais, descritas e analisadas pelos corpos que se encontram com amarras coloniais, durante a contemporaneidade. Ao fazer essa escolha, opta-se por:

(...) uma escrita que é profundamente comprometida com a vida. É profundamente comprometida com a vivência. Mesmo num processo de ficcionalização, eu vou ficcionalizar a partir de fatos e situações reais que podem ser da minha vivência ou não. Que podem ser inclusive da minha história particular, como pode ser da minha história coletiva. Sempre uma escrita marcada pela minha condição, pela minha vivência de mulher negra na sociedade brasileira (Evaristo, 2017, s./p.)

A autora complementa ainda afirmando que a escrevivência considera a subjetividade durante o processo de escrita, levando em consideração o sentir, o ser, o estar e o pensar (Evaristo, 2017) dentro do “fazer” ciência. Tudo isso influencia na reformulação do papel dos pesquisadores na geografia, deixando de produzir ciência enquanto ferramenta de dominação, ao contribuir para uma ciência revolucionária, antirracista, antisexistista e anticapitalista.

Portanto, quando um pesquisador ou pesquisadora não realiza um debate racializado em relação à política, economia, cultura, Estado, direito e qualquer outra área, não consegue realizar uma análise aprofundada da problemática, principalmente se o debate for relacionado a países colonizados. No Brasil, por exemplo, a ordem social tem como um dos principais eixos o racismo estrutural (Almeida, 2019), ou seja, a questão racial deve ser apresentada de maneira transversal durante toda pesquisa através de um debate racializado dos processos e fenômenos, independentemente se faz parte do tema de raça/racismo ou se não faz parte dos objetivos da pesquisa. Caso contrário, tornam-se simplório e superficial, não representando assim a maioria da população brasileira que segundo o último censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é negra¹⁰. Desse modo, o método escolhido foi fundamental para abarcar a problemática da pesquisa de maneira profunda e eficaz.

¹⁰ A população negra é composta pelas pessoas que se autodeclaram pardas e pretas, correspondendo a 55,5% da população de acordo com os novos números divulgados pelo IBGE. É válido esclarecer que “A produção de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva, somados a militância, produção acadêmica e política de Lélia

Como sujeito da pesquisa, formulou-se questões e reflexões com base nas vivências de mulheres negras, chefes de famílias, que durante a pandemia da Covid-19 (nos anos de 2020, 2021 e 2022) enfrentaram diversos desafios para alimentar sua família. Foram essas, as melhores professoras para descrever esse processo, interseccionado o debate - gênero, raça e classe - em relação à problemática.

Enquanto procedimento metodológico, realizou-se a disponibilização de um questionário eletrônico¹¹, junho a agosto de 2022, com 33 perguntas fechadas, destinadas a mulheres negras, chefes de família, que tiveram suas vivências atravessadas pela insegurança alimentar durante a pandemia. A estruturação do questionário foi pensada para facilitar e abranger um público maior durante a pesquisa¹², visto que, a escala da pesquisa é nível municipal. De início, esses questionários, não foram destinados especialmente a mulheres pretas do município, embora cerca de 84,5% tenham se autodeclarado negras (pretas e pardas).

Em um primeiro momento, compartilhei o material pelo Whasapp e Instagram, com mulheres que moram no município e fazem parte do meu vínculo social, sendo em sua maioria negras, pedindo para que elas compartilhassem o material com outras mulheres que esteve ou estavam em situação de vulnerabilidade alimentar entre 2020 e 2022. Em outro momento, compartilhei no status e story do WhatsApp e do Instagram, respectivamente, explicando o tema da pesquisa e o público-alvo da pesquisa. De maneira geral, as pessoas que iam compartilhando material, foram direcionando para mulheres negras, por reconhecer que essas seriam as mais afetadas pelo fenômeno da fome. Isso explicaria a grande quantidade de pessoas negras que responderam ao questionário.

Esse questionário teve como intuito analisar os impactos decorrentes da pandemia, em relação ao desemprego e insegurança alimentar/fome nos domicílios. A formulação e construção das perguntas levou em consideração os questionamentos levantados pela Rede PENSSAN no I e II Inquéritos nacionais sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia

Gonzáles, Abdias do Nascimento, Beatriz do Nascimento constituíram uma tecnologia de resistência ao branqueamento censitário e político do país, gestado de Gilberto Freire e Nina Rodrigues ao Ali Kamel. Estes estudos construíram uma razão histórica rigorosamente científica da equivalência das categorias pretos e pardos como população negra” (Gomes, 2021).

¹¹Apêndice 01 - Insegurança alimentar e nutricional no município de Camaragibe-PE durante a pandemia da Covid-19.

¹² É importante demarcar um fator limitante dessa ferramenta utilizada, ao excluir pessoas que não tem acesso as redes sociais e ao celular de responder o questionário.

por COVID-19 no Brasil. As perguntas fechadas tiveram o intuito de facilitar as respostas de pessoas, que não tem afinidade com meios eletrônicos, bem como, pessoas que não sabem ler ou escrever, sendo necessário o auxílio de alguém para as leituras das perguntas, podendo depositar as respostas de maneira fácil e rápida, com apenas um clique. Os dados obtidos foram analisados de maneira qualitativa, sendo articulado com as informações das entrevistas realizadas em 2023.

No ano seguinte, em 2023, durante os meses de janeiro a maio, foram realizados campos para três bairros de Camaragibe (Vera Cruz, Loteamento São Pedro e Bairro Novo), buscando entrevistar mulheres negras/chefes de família, na linha de frente do combate à fome, no período de 2020 a 2022. O roteiro das entrevistas¹³ foi pensado e formulado de maneira conjunta durante as orientações de 2021, pensando na questão da alimentação não apenas durante a pandemia, mas também visibilizar a história da agricultura familiar presente nas memórias da pessoa entrevistada.

A escolha das quatro mulheres teve como critério trazer experiências de pessoas que tiveram contato com fome durante a pandemia da Covid-19 e ao longo da vida. As duas primeiras entrevistadas moram no bairro do Vera Cruz e fazem parte da minha família (mãe e avó materna), já as outras duas mulheres, são de bairros mais urbanizados ao sul do município, mulheres que conheço e acompanho suas realidades marcadas pelo fenômeno estudado. As entrevistas contaram com perguntas semiestruturadas, que traziam o tema da alimentação no contexto da pandemia, tanto sobre disponibilidade, quanto seu acesso e a qualidade, bem como, perguntas relacionadas a história da agricultura familiar camponesa nas décadas anteriores. A respostas foram articuladas aos dados do questionário aplicado em 2022, realizando uma análise qualitativa das informações adquiridas.

A execução dessas entrevistas teve como orientação o roteiro, aconteceu sem haver uma ordem determinada de perguntas para que o momento acontecesse de maneira fluida, respeitando o tempo da pessoa de responder os questionamentos, além de trazer questões que elas achassem pertinentes para aquele momento de conversa.

¹³ Apêndice 02 - roteiro de campo - a fome tem cor e gênero: aumento da insegurança alimentar durante a pandemia da covid- 19 em Camaragibe - PE e a agroecologia como caminhos de retomada da agricultura familiar camponesa no município.

As principais características das entrevistas realizadas no ano de 2023 podem ser observadas no quadro abaixo (Quadro 01), articulada com as principais características das entrevistadas, juntamente com os aspectos gerais relacionados à alimentação.

Quadro 01 - características gerais das entrevistadas

Entrevista	Características
Entrevistada 1 - 12/01/2023	Mulher negra de 55 anos, filha de antigos agricultores, mãe solteira com três filhas, empregada doméstica e moradora do bairro de Vera Cruz. Durante a vida toda frequentou feiras agroecológicas para realizar a compra de alimentos para os patrões, embora ela e suas três filhas nunca tenham tido essa oportunidade de uma alimentação saudável.
Entrevistada 2 - 12/02/2023	Mulher negra que se autodeclara parda, de 71 anos, agricultora e filha de antigos agricultores e moradora do bairro do Vera Cruz. Teve sua família expropriada de suas relações com a terra pelos antigos patrões. “Ninguém planta mais, aí fica a pessoa sem trabalhar”. Atualmente tem seu quintal produtivo como forma de auxiliar a alimentação da família. Sentiu dificuldade em comprar alimentos durante a pandemia da Covid-19 “e quando comprava era de cada um, pouquinho”.
Entrevistada 3 - 15/04/2023	Mulher negra de 43 anos, moradora do Loteamento São Pedro em Aldeia de baixo, de família com descendência indígena de Sergipe que tem uma ligação muito forte com a terra. É consciente sobre uma alimentação saudável, porém fala sobre as dificuldades financeiras para conseguir esse feito. O desemprego das pessoas do domicílio foi o principal fator da insegurança alimentar durante o momento pandêmico. Durante a Pandemia “não faltou, graças a Deus, não faltou, mas aquela fartura que a gente comprava, ia lá e comprava tudo o que precisava, não. Tinha mais tudo limitado”.
Entrevistada 4 - 13/05/2023	Mulher negra de 44 anos, moradora do Bairro Novo. A composição de sua família é majoritariamente autodeclarada preta, que durante a pandemia não foi impactada com a insegurança alimentar, visto que todos estavam empregados durante esse período.

Fonte: Costa, 2024

Como procedimento, também foi levado em consideração as informações coletadas durante minha pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, que aconteceu durante o ano de 2021¹⁴, visto que, os resultados da pesquisa estavam totalmente ligados a questão do aumento da insegurança alimentar no município, na qual, analisava a diminuição da agricultura familiar camponesa em Aldeia – Camaragibe/PE.

De maneira geral, os procedimentos adotados (entrevistas realizadas durante a pesquisa de TCC em 2021, aplicação de questionário eletrônico em 2022 e entrevistas realizadas no ano de 2023), abordaram vários bairros do município, buscando diferentes vivências de chefes de famílias, aquelas na linha de frente da gestão e da tomada de decisões acerca do domicílio. Vale ressaltar, que nenhum dos procedimentos metodológicos, contemplaram as pessoas que vivem em situação de rua, as quais sofrem profundamente com a fome constantemente, visto que, não são portadoras de empregos, alimentação, saúde, segurança e moradia. Porém, no decorrer do capítulo 2, traremos dados e reflexões referentes a esse público. A pesquisa também não contou com depoimentos de moradores dos condomínios horizontais do município, haja vista, o padrão privilegiado encontrado nesses espaços, não fornece nenhum indício de fome.

Houve também, a realização de vasta revisão bibliográfica, dentro do campo da Agroecologia, saúde, raça, guiados a partir do fenômeno da fome e seu desdobramento por meio da insegurança alimentar, bem como, a realização de uma pesquisa documental, trazendo dados e questões sobre a pandemia, como também, programas e ações desenvolvidos pela prefeitura de Camaragibe em relação a alimentação, agricultura, pandemia e urbanização.

Com base nessas análises, o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, trouxe a dimensão racial da população e o tema da migração, ou seja, o esvaziamento dos grandes centros urbanos. O contingente populacional de homens e mulheres em escala nacional, regional, estadual e municipal foi trazido ao longo do texto, também com base nesses dados. Sobre as informações acerca da alimentação, ainda não foram divulgados pelo IBGE, até o momento da defesa da pesquisa, podendo ser implementados posteriormente, caso o órgão disponibilize as informações antes do envio da dissertação para publicação.

¹⁴ Anexo 03 – “O povo dos roçados: a realidade da agricultura familiar camponesa em aldeia - Camaragibe/PE” - Roteiro de campo e quatro de entrevistas realizadas.

O I e II Inquéritos Nacionais sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (Rede PENSSAN, 2021, 2022), bem como, o II Suplemento do II Inquérito, citado anteriormente, que aprofundava o tema da Insegurança alimentar, desigualdades de raça/cor da pele e gênero, foram cruciais para análise do fenômeno da fome, apontando onde e quem são os mais afetados durante a pandemia da Covid-19, localizando, dando cor e gênero a ele.

Em relação a escala municipal, os documentos analisados foram: o edital de Chamada pública nº 01/2022 para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural relativas ao PNAE, o Plano Plurianual 2022/2025 do Município de Camaragibe para o exercício de 2023 e os planos de contingência para infecção pelo coronavírus (Covid-19) de 2020 e 2022. Esses materiais foram importantes para identificar se haviam programas e ações voltadas para o fomento da agricultura familiar camponesa no município, atualmente, assim como, analisar se as políticas adotadas durante a pandemia, perpassavam a questão da alimentação e fome no município.

Nesses dois anos de pesquisa, participei de vários eventos (Quadro 02) acadêmicos, em diferentes regiões do país, onde pude trocar, escutar e mediar conhecimentos, com vários colegas pesquisadores. Estar nesses espaços me ajudam a determinar pontos e questões importantes para a pesquisa.

Quadro 02 – Eventos e Curso que contribuíram para o desdobramento da pesquisa

Nome	Descrição
Curso de Extensão Defensores e Defensoras de Sementes Crioulas	Proposta do Movimento Camponês Popular (MCP), no âmbito da campanha SEMENTES DA VIDA, com parceria com o Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, da Universidade Federal do Pará, a Universidade Federal de Goiás (UFG) e NEPPAG da Universidade Federal Pernambuco (UFPE) - de abril a junho de 2022.
Encontro Nacional de Geografia Agrária - ENGA 2022	Universidade Estadual do Pará, entre 08 e 11/12/2022 (eixo temático Soberania alimentar e Agroecologia).

XI Meio Ambiente em Foco - Racismo Ambiental: Conflitos, Territórios e Resistências	Programa de Educação Tutorial (PET) Geografia da Universidade Federal de Pernambuco., de 28 a 30/11/2022.
VI Seminário de Agroecologia e V Seminário de Educação do Campo	Instituto Federal de Pernambuco, de 02 a 04/05/2023.
Encontro da História da Geografia: 35 anos do PET Geografia UFPE: Formando para uma geografia cidadã e para uma Epistemologia da (Re) Existência	PET Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, de 26 a 28/09/2023.
Encontro Nacional em Pós-graduação em Pesquisa em Geografia	Universidade Federal do Tocantins, de 09 a 13/10/2023.
Curso Praticando Agroecologia – Potencialidades do Sistema Agroflorestal	Realizado pelo NEPPAG em parceria com Pet Geografia nos dias 03, 04 e 13 de outubro de 2023.
XII Congresso Brasileiro de Agroecologia	Associação Brasileira de Agroecologia, de 20 a 23/11//2023.

Fonte: Costa, 2024.

O Curso de Extensão Defensores e Defensoras de Sementes Crioulas que participei trabalhou os aspectos políticos, agrários e socioculturais da relação do campesinato com a agrobiodiversidade, bem como aspectos técnico-agronômicos e jurídico da conservação e o uso da agrobiodiversidade. Formou-se defensores e defensoras populares de sementes crioulas, que passaram a conhecer todas as questões relacionadas aos aspectos socioculturais, técnicas agronômicas e jurídicas sobre a temática das sementes crioulas. Essas temáticas e toda experiência trazidas no curso, foram fundamentais para a compreensão da importância da proteção das sementes tradicionais/crioulas/da paixão para os povos originários e tradicionais, tema que perpassa a pesquisa.

O ENGA de 2022 foi um evento bem significativo, foi meu primeiro evento acadêmico fora de Recife. Apresentei o trabalho “Soberania alimentar e nutricional frente ao agronegócio: possibilidades e caminhos de superação”. Aprofundei problemas e questões que favoreceram

o desenvolvimento de capítulos da pesquisa. Tive a oportunidade de debater a soberania alimentar a partir de distintas regiões, trazendo uma abordagem interseccional voltada para as questões raciais.

No “XI Meio Ambiente em Foco - Racismo Ambiental: Conflitos, Territórios e Resistências e no Encontro da História da Geografia: 35 anos do PET Geografia UFPE”, tive a oportunidade de atuar como avaliadora de trabalhos, o que me permitiu ter acesso a vários trabalhos e temáticas ligadas aos povos tradicionais. Essa dimensão ajudou a desenvolver os marcos temporais históricos ligados à população negra na sociedade brasileira, assim como, a possibilidade de poder debater temas relacionados a fome histórica do povo negro.

Durante o VI Seminário de Agroecologia e V Seminário de Educação do Campo, enquanto grupo NEPPAG/UFPE, apresentamos quatro trabalhos que sistematizaram várias experiências do NEPPAG/UFPE que participei durante a pandemia da Covid-19, que foram construindo minha formação em Agroecologia.

A participação no GT de questão agrária, campesinato e agroecologia no Encontro Nacional em Pós-graduação em Pesquisa em Geografia revelou as diversas concepções agroecológicas presente no Brasil.

Fazer parte da equipe organizadora do NEPPAG do Curso “Praticando Agroecologia - Potencialidades do Sistema Agroflorestal”, bem como, estar presente nas aulas teóricas e práticas ao longo desse curso desenvolvido pelo Núcleo de Educação e Pesquisa e Práticas em Agroecologia e Geografia/UFPE em parceria com o Programa de Educação Tutorial em Geografia me proporcionou fazer reflexões sobre Sistemas Agroflorestais, e o entendimento sobre sistemas agroecológicos.

Por fim, o último evento que contribuiu para o desenvolvimento da pesquisa, foi o XII Congresso Brasileiro de Agroecologia que aconteceu no Rio de Janeiro. No eixo Temático “Campesinato e Soberania alimentar”, tive a oportunidade de apresentar trabalho intitulado “Feiras Agroecológicas da Várzea: Alimentos de qualidade na boca de quem?”, trazendo problematização ao acesso de uma alimentação agroecológica na cidade do Recife.

- **Estrutura do Trabalho**

O texto como um todo foi dividido da seguinte forma: no primeiro capítulo, consta a parte introdutória com a contextualização do tema, problemática, objetivos e metodologia da

pesquisa.

No segundo capítulo, são discutidos os fatores contribuintes para o aumento da insegurança alimentar durante a pandemia da Covid-19, refletindo sobre os sujeitos e projetos em disputa.

No terceiro capítulo, são feitas reflexões sobre como o agronegócio é um projeto que mantém as amarras coloniais, produzindo fome e doenças, que atingem de maneira desigual a população.

Por fim, no último capítulo, são apresentadas as políticas municipais de Agroecologia dos municípios de Paulista e Bonito, no estado de Pernambuco, como exemplos corroborativos para o fomento e valorização da agricultura familiar camponesa na perspectiva agroecológica, ainda incipiente em Camaragibe.

2 “QUEM INVENTOU A FOME, SÃO OS QUE COMEM”: O SISTEMA ALIMENTAR DOMINANTE EM EXPANSÃO E RESISTÊNCIAS

A concentração fundiária e a exploração da terra foram um dos pilares que sustentaram a colonização portuguesa no Brasil. A organização econômico-espacial do país era pautada sobre o trabalho escravo, a concentração de terra e a produção em larga escala para exportação. O colonialismo¹⁵ até hoje dita as regras do jogo, suas heranças facilitam o enriquecimento dos Estados nacionais ditos desenvolvidos, enquanto países subalternizados continuam sendo expropriados de diversas formas.

Ao realizar uma análise internacional da estrutura fundiária no Brasil (considerando raça, gênero e classe), é evidente que a desigualdade fundiária no país é estrutural e segundo Furtado, Kato, e Barros Júnior (2022) “de natureza multidimensional, tal qual, o racismo e o patriarcado”, se materializando de várias formas e, conseqüentemente atingindo de maneira desigual os grupos sociais brasileiros. Os autores argumentam que:

Entender as formas como a desigualdade fundiária se expressa e se reproduz nos distintos momentos históricos, portanto, é uma questão importante que precisa ser aprofundada. Não se trata apenas de se referir aos dados estatísticos e/ou quantificações, mas lançar luz sobre as dinâmicas sociais. Esse desafio nos ajudará a perceber distintos sistemas de opressão pelas quais a estrutura fundiária brasileira tão desigualmente racializada e genderizada (isto é, controlada historicamente por grupos de homens brancos), condiciona as formas de uso do solo, o futuro do nosso sistema alimentar e a democratização da sociedade (Furtado, Kato, e Barros Júnior, 2022, p. 10-11).

Essas desigualdades demonstram a manutenção de políticas coloniais atualmente. A reforma agrária e as políticas de redistribuição de terra no país não aconteceram. Dessa maneira, a concentração fundiária aqui no Brasil, tem cor, e não é a preta. O Censo Agropecuário de 2017 trouxe um panorama geral sobre essa questão racial nesse setor. Os dados revelam características estrutural ligadas a questão racial integrada à histórica desigualdade rurais, determinando a cor, predominante branca, das proprietárias e proprietários de imóveis. O racismo estrutural¹⁶ é um dos pilares da manutenção das

¹⁵ Ramón Grosfoguel (2008, p. 126) diz “Eu uso a palavra “colonialismo” para me referir a “situações coloniais” impostas pela presença de uma administração colonial, como é o caso do período do colonialismo clássico”.

¹⁶ Ler Racismo Estrutural de Silvio Almeida.

características da economia colonial e na forma como território brasileiro foi dividido em capitânicas hereditárias e sesmarias¹⁷.

O acesso à terra sempre foi uma grande barreira para o desenvolvimento de uma agricultura voltada para o mercado nacional. A Lei de 601 de 1850 legitimou e facilitou o desenvolvimento das grandes propriedades rurais da época, e até hoje, a concentração dessas terras, está nas mãos de quem pode pagar ou herdá-las¹⁸. As autoras Oliveira, Ito e Senô (2020) falam sobre como a Lei de Terras foi planejada para favorecer os colonos estrangeiros, consolidando ainda mais a política do embranquecimento, visto que, o Estado utilizou essa lei para determinar quem teria o acesso a propriedade da terra.

Márcia Mota (1998) relembra que após a abolição da escravidão, as populações escravizadas, não tiveram nenhuma possibilidade de acesso ao mercado de terras. Ou seja, a mobilização do trabalho negro deveria se submeter as propriedades e não se submeter a sua lógica de reprodução. Mesmo com as políticas de atração de imigrantes para o Brasil, nesse período, Petrônio Domingues (2008) e Florestan Fernandes (2008), salientam que durante esse período a força de trabalho do povo negro foi mantida nos trabalhos de grande esforço físico.

A negação de espaços brancos nas grandes capitais brasileiras, como forma de mobilização do trabalho do povo liberto, para economia da época, após o regime de escravaturas, manteve e direcionou a população negra para o trabalho nas monoculturas exportadoras do latifúndio. Carlos Vainer (2000, p. 16) ressalta que “o fato é que a abolição pretendia libertar os escravos da escravidão, mas não do trabalho”, havendo uma transição da economia colonial para economias mercantis.

A agricultura de autoconsumo desenvolvida pela população negra, dentro das propriedades privadas, onde eles trabalhavam e moravam, tornou-se refúgio e esperança de sobreviver aquele novo regime. Josué de Castro (1952) fala em sua obra “Geografia da Fome” sobre essa relação e como esse meio de produção desenvolvido pelo povo negro corroborou para a diminuição dos impactos ocasionada pela fome.

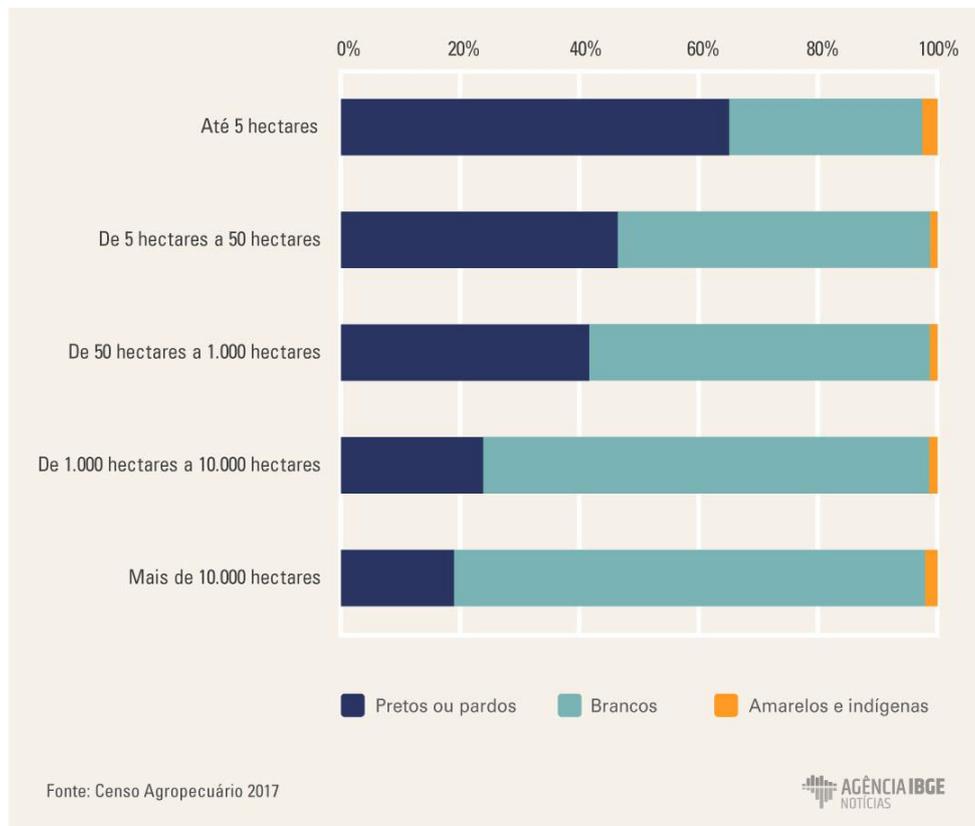
¹⁷ Terras que foram distribuídas/doadas durante o Brasil Império para os colonos que declaravam o objetivo de cumprimento da função social produtiva da terra.

¹⁸ Mais informações no Texto “Terras Negras: invisibilidade expropriadora” do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas-UFSC (1990). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/126236/Textos%20e%20Debates%20No%202.pdf?sequence=2&isAllowed=y>.

Com as novas tecnologias do pós-guerra adentrando nesses espaços produtivos, os grandes latifundiários não precisavam mais de tanta mobilização de mão de obra, ao longo da produção. Com isso, inicia-se uma nova mobilização do trabalho negro através do êxodo rural, expropriando de suas relações para terra, conduzindo para o trabalho nas cidades. O objetivo nessa época era transformá-los em subproletariado, ocupando as camadas inferiores das classes trabalhadora, estando totalmente excluído da propriedade da terra (Oliveira, 1955). Nesse sentido, as novas técnicas nas lavouras e pecuárias no meio agrário, trouxe várias mudanças no modo de vida da população negra, passando a fazer parte de outras atividades, se desconectando do seu modo de vida camponês.

O Trabalho escravo e a mobilização da força de trabalho do negro, após o período escravocrata, dentro do sistema produtivos de monoculturas no campo, explica o motivo da maioria dos produtores agropecuários se constituir predominantemente negros na atualidade, como podemos observar na figura abaixo, com base em dados do Censo 2017 (Figura 01).

Figura 01 – Estabelecimentos agropecuários por tamanho da área e cor ou raça

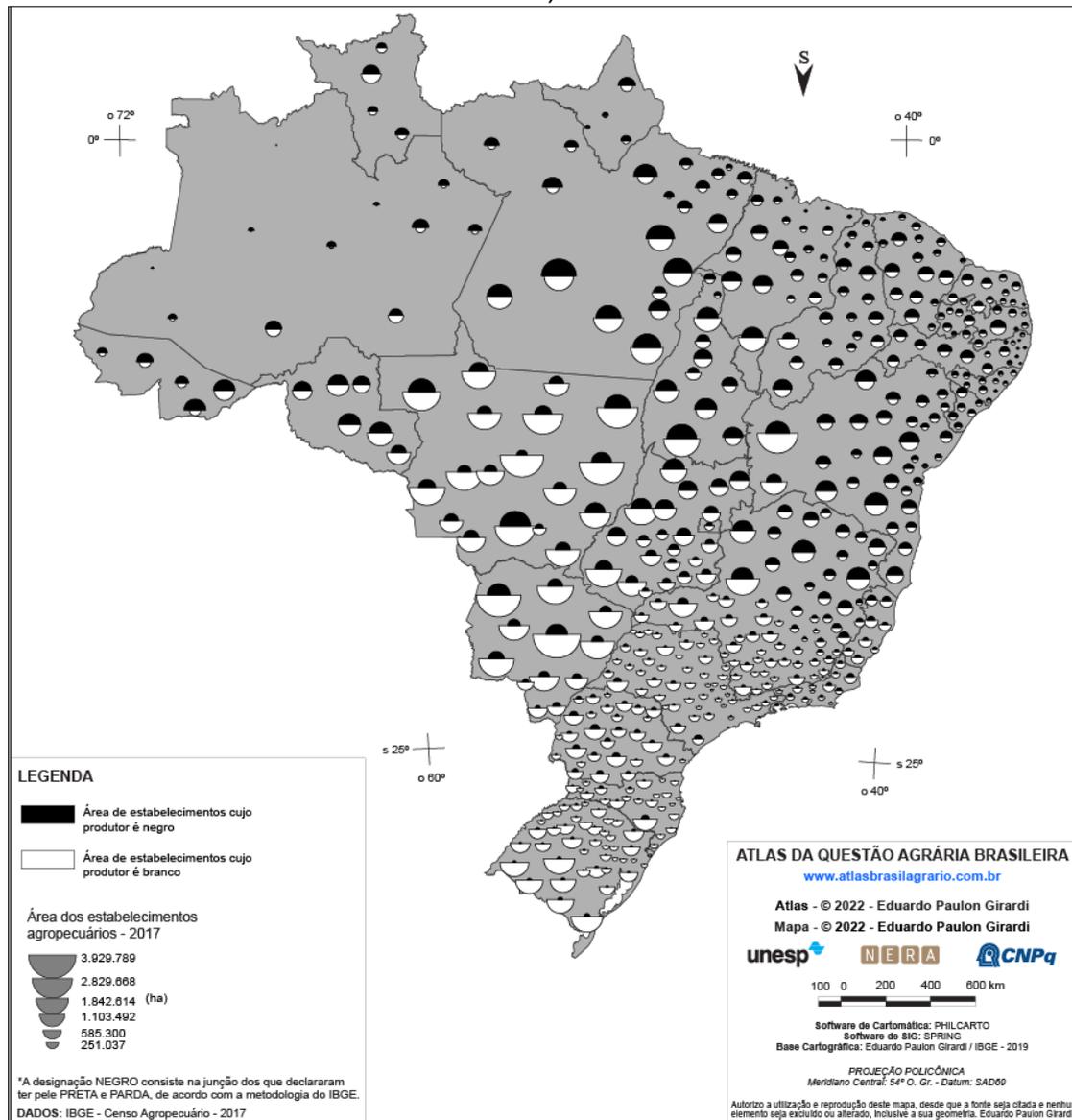


Levando em consideração os dados do Censo Agropecuário de 2017, vimos que entre os 5 milhões de produtores agrícolas do país, 52,8% deles eram negros¹⁹ - os brancos representavam cerca de 45,4%. Embora estando em maior quantidade, a desigualdade fundiária é bem expressiva, concentrando as maiores áreas em hectares sobre o poder de pessoas brancas, visto que, os produtores negros representam a maioria apenas nas propriedades de até cinco hectares (65% contra 32,4% de brancos). Já as propriedades agropecuárias entre 5 e 50 hectares, estão sobre controle de um grupo branco (52,4% contra 46,3% de negros). Nas áreas entre 50 a 1.000 e de mil a 10 mil hectares essa desigualdade fundiária intensifica ainda mais, ou seja, quando maior for a concentração de terra, menos negros estarão sobre posse da terra, como podemos identificar na figura 02, referente a distribuição do setor agropecuário no Brasil e sua desigualdade fundiária a partir dos dados do Atlas da Questão Agrária Brasileira, lançado em 2008, considerado um projeto de desenvolvimento contínuo que visa produzir e disponibilizar mapas e análises da questão agrária brasileira²⁰.

¹⁹ Durante toda pesquisa, irem considerar a população negra sendo constituídas por pretos e pardos, como já foi explicado anteriormente.

²⁰ Ver site: <http://www.atlasbrasilagrario.com.br/>

Figura 02 – Área dos estabelecimentos agropecuários segundo a raça do produtor (Negro ou Branco) - 2017



Girard (2022) explica que a concentração de terras é um dos pilares de concentração de riqueza e poder no país. O autor salienta que a não realização e uma ampla reforma agrária por parte do Estado brasileiro corroborou para a manutenção da estrutura racista no Brasil, visto que a interligação entre questão agrária e o racismo segregaram essa população para as regiões mais pobres do país, inibindo o acesso à terra, sendo portadores dos piores indicadores relacionados a qualidade de vida e de condições de produção no campo (Girard, 2022). O mapa acima, produzido com base no Censo Agropecuário de 2017 traz a desigualdade fundiária articulada o regime de subserviência do povo negro dentro das

grandes propriedades de terras, se constituindo enquanto produtores submetidos a relações de jurídicas precária junto a terra, por se integrar as seguintes categorias: parceiro, comodatário, ocupante e produtor sem área, de acordo com as reflexões de Girard (2022), embora represente a maioria nesses espaços.

Ter a propriedade da terra sempre foi um privilégio branco e essa realidade ainda se mantém hoje. A mobilização do trabalho nessa nova conjuntura neoliberal, não permite a distribuição de terra entre a população negra. Dessa forma, eles vêm ao longo do tempo, sofrendo o processo de expropriação da terra e da vida camponesa. Atualmente, para a economia capitalista, não é vantajoso ter negro no campo, já que, as máquinas assumiram seus papéis braçais, bem como, se a produção de autoconsumo não tem como objetivo acumular o capital, torna-se desnecessária, de acordo com essa lógica.

Ao considerarmos a agricultura tradicional, esta contava com uma grande diversidade de espécies, que eram produzidas em convivência com ciclos ecológicos locais, tendo como base recursos endógenos, diversidade e práticas com base em sistemas rotacionais. Dessa forma a produção de autoconsumo representa a produção realizada pela família, que tem como objetivo principal a produção de comida para seu próprio consumo (horta, pomar, criação de animais e outros), bem como a produção de ferramentas e produção de insumos endógenos que serão utilizados durante o processo produtivo.

Normalmente essa agricultura está vinculada a agricultura familiar camponesa. Para entender essa ligação, primeiro, é preciso diferenciar a agricultura familiar camponesa da agricultura familiar, sobre os moldes e dimensão do Estado e do Capital, em sua atual fase neoliberal. Antes de tudo é necessário ter a compreensão que o conceito de agricultura familiar foi imposto pela comunidade internacional, corroborando para o esvaziamento da análise sobre os termos de composição do campesinato. Levando em consideração a história do conceito da agricultura familiar, ao longo do tempo, delimitamos duas principais vertentes, de acordo com os escritos de Maria Wanderley (2003): a primeira em que considera a agricultura familiar enquanto uma categoria, gerada sobre os moldes das transformações capitalistas, na qual considera o agricultor um ator social do mundo moderno. A outra vertente seria aquela que enxerga o conceito de agricultura familiar em um momento de evolução com raízes históricas ligadas ao campesinato.

Sobre o debate das duas vertentes, Abramovay (1992, p. 22) defende “uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos

e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa”. Sobre esse aspecto, o autor fala que há uma diferenciação conceitual, na qual, a origem estaria nos diferentes ambientes culturais, sociais e ambientais que caracteriza cada vertente. Dessa forma, acredita-se que “no agricultor familiar há um camponês adormecido” (Jollivet, 2001, p. 80). O avanço da tecnologia no campo atravessou de maneira profunda os camponeses no Brasil, causando expropriação no seu modo de vida, mantendo um certo vínculo com o meio de produção capitalista, como forma de sobreviver, dentro desse setor de produção. É válido salientar, que a agricultura intensiva com base nas monoculturas, voltadas para a exportação, mesmo contendo um ramo familiar no que se referisse a administração daquele negócio, não se enquadra nessa fala do autor e nem no que acredito, pois nesses casos, há uma ruptura total com a base do campesinato.

Trazendo para o debate a vivência da minha família nos roçados²¹ de Camaragibe/PE, sempre enxerguei uma interferência do mercado capitalista pelo uso de e outros insumos químicos durante a processo produtivo ou até mesmo no não reconhecimento de uma identidade camponesa. Porém, isso não apaga as raízes e as relações com a terra, com as diversidades produzidas, com o orgulho da sua produção e o sentimento de se sentir pertencentes aquele modo de vida, bem como, a consciência da importância daquela produção para a reprodução da vida de sua família. Isso remonta as raízes camponesas, que por diversas questões, estão adormecidas. Devido a isso, durante todo texto estou trazendo a agricultura familiar de Camaragibe enquanto camponesa.

Ao considerar a forma como a agricultura capitalista se apresenta atualmente, voltadas para o mercado internacional, podemos sugerir então: quem alimentou a grande massa populacional subalternizada no campo foi a agricultura camponesa que era e ainda é desenvolvida por diversos povos, considerando durante o processo suas particularidades locais. Júnior, Barbosa e Sá (2017) falam sobre a importância da agricultura familiar atualmente de acordo com os dados do IBGE:

²¹ Conforme aprofundi em pesquisa de TCC em 2021 (Costa, 2021), tive a compreensão que a representação de roçados que eu e minha família conhecemos são áreas de roças onde há o cultivo de várias espécies de alimentos, destinados principalmente para o autoconsumo familiar. Autoconsumo não apenas no sentido de consumir diretamente os alimentos, mas também na venda e troca dessas variedades para conseguir adquirir aquilo que não pode ser plantado por eles, bem como meio de adquirir serviços e mercadorias que auxiliem na sua sobrevivência e de sua família. Nos roçados embora possam ter o uso de alguns insumos químicos devido o a expansão da lógica tecnicista sobre esse modo de vida, são locais que contam com a mão de obra familiar durante o processo produtivo. Os roçados sempre foram meios de amenizar a fome direta entre a população negra que vive com constante disputa e expropriação ao longo dos séculos.

O Censo Agropecuário Agricultura Familiar é, sem sombra de dúvida, um avanço no ordenamento estatístico sobre o campo. Ele revelou que os pequenos produtores produzem boa parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, transformado essa realidade em um dado oficial de Estado. É bom enfatizar: agora é oficial que a pequena produção familiar produz parte significativa dos alimentos, sendo que, depois da divulgação dos dados, foi disseminada em diversos meios a média de que a agricultura familiar era responsável por 70% dos alimentos consumidos no Brasil. Esta informação foi vista com olhos raivosos pelos ruralistas/agronegócio, o que levou uma parte da intelectualidade aliada a esse segmento, a produzir estudos que combatessem as conclusões apontadas no Volume Especial da Agricultura Familiar (Júnior, Barbosa e Sá, 2017, p. 14)

Com o avanço do capitalismo e, conseqüentemente, o desenvolvimento da rede brasileira de transporte na década de 1930, desencadeou-se o aumento do fluxo de circulação de bens, pessoas e matérias-primas. Essas mudanças caminharam no sentido da industrialização da agricultura, bem como sinaliza Emely Melo (2021):

Esse processo de imposição da indústria à agricultura só fez crescer, principalmente na década de 1960 com a Revolução Verde, cujo objetivo foi a introdução de pacote tecnológico com mudas e sementes modificadas, agrotóxicos, mecanização, fertilizantes e insumos químicos, bem como, vários outros produtos e técnicas que "potencializasse o aumento" da produção (Melo, 2021, p. 24).

A expansão das redes²² corroborou, consideravelmente, durante esse período para a consolidação da agricultura convencional²³, rompendo com a história da agricultura tradicional brasileira como pacote da Revolução Verde (Pereira, 2012), produzindo impactos sociais, perdas de variedades antigas. O avanço tecnológico no campo com seus insumos exógenos industriais e sistema de monoculturas, favoreceu a dependência dos pequenos e médios agricultores (as) ao sistema capitalista, forçando várias mudanças na sociedade, na sua forma de organização e reprodução.

²² Avanço dos meios de transporte e comunicação.

²³ A agricultura convencional é um dos sistemas de produção agrícola cujo processo está vinculado a produção em larga escala – monoculturas – cujo há o emprego de adubos químicos e agrotóxico e outro aditivos químico. Esse sistema de produção produz alimento-mercadoria de baixa qualidade, além de ter como prioridade a exportação para o mercado internacional.

2.1. De volta às origens: terra para quem?

Compreender as disputas territoriais que têm culminado em mudanças na funcionalidade do espaço²⁴ no município de Camaragibe/PE, é necessário avaliar os novos dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE referente ao município.

De modo geral, o censo demográfico de 2022, realizado pelo IBGE, mostrou um aumento populacional brasileiro entre 2010 e 2022, atingindo a marca de 203.062.512 milhões de habitantes, com densidade demográfica do país, ultrapassando o número de 22,43 para 23,8 habitantes por quilômetro quadrado (km²), no mesmo período.

Esses dados mostraram também que Pernambuco atingiu a faixa dos 9.058.155 milhões de habitantes. O município de Camaragibe que faz parte do estado, contém uma densidade demográfica de 2.879,35 hab/km², contando com cerca de 147.771 de pessoas residentes, número bem superior em relação aos dados do Censo de 2010, que apontava para 144.466 de habitantes no município. A densidade populacional brasileira continua desigual regionalmente. Na tabela abaixo (Tabela 01), conseguimos ver a diferença populacional entre as regiões do país.

Tabela 01 - Densidade demográfica brasileira – Censo do IBGE de 2022

Região	Densidade demográfica
Norte	4,5 hab/km ²
Centro-Oeste	10,1 hab/km ²
Nordeste	35,2 hab/km ²
Sul	51,9 hab/km ²
Sudeste	91,8 hab/km ²

Fonte: IBGE, 2022.

A região Norte é responsável por 45,2% do território do país, e é a detentora da menor densidade demográfica. O Centro-Oeste tem a terceira maior área em extensão territorial, cerca de 1.606.354 km², se constituindo como a segunda região com menor densidade populacional do país. Já o Nordeste, tem a segunda maior população do país, embora a

²⁴ Portuguez (2013, p. 7-8)) relembra que “na medida em que o espaço rural absorve a expansão do conteúdo de urbanidade, ele passa a assumir algumas funções que são mais ligadas à identidade do espaço urbana. O movimento de expansão física e ideológica da urbanidade que em parte dá origem ao que vem sendo chamado de “novo rural” tem motivado estas novas formas de uso e ocupação que, por consequência, atribuem novas funcionalidades.

densidade demográfica seja menor do que a encontrada no Sul e Sudeste, por conta da grande extensão territorial (1.552.175 km²), além de outros fatores. Por fim, as regiões Sul e Sudeste ficam com a maior densidade demográfica do país, apesar de serem as regiões de menor extensão territorial, 576.774 km² e 924.511 km², respectivamente.

A taxa de crescimento anual de 0,25% entre 2022 e 2010 (IBGE, 2022), não explica alguns processos demográficos que têm se revelado. Por exemplo, a região do Centro-Oeste brasileiro tem aumentado seu contingente populacional e isso não quer dizer que a taxa de natalidade é o principal fator que tem influenciado esse processo. Historicamente, sabe-se que a maior concentração populacional sempre esteve localizada nas regiões litorâneas do país, devido a forma como o país foi colonizado, anteriormente.

Embora essa concentração seja presente, é possível reconhecer um processo de descentralização urbana acontecendo ao longo das décadas. A interiorização da população tem se mostrado bem forte, isso pode ser explicado através do espalhamento do tecido urbano, ultrapassando os limites municipais, havendo novas expansões da população devido o esgotamento dos municípios. Outro fator preponderante nesse processo, especificamente na região Centro-Oeste, estaria relacionado ao processo de migração que tem se intensificado depois da criação de Brasília e atualmente pelo avanço do agronegócio que impacta diversas atividades econômicas da região.

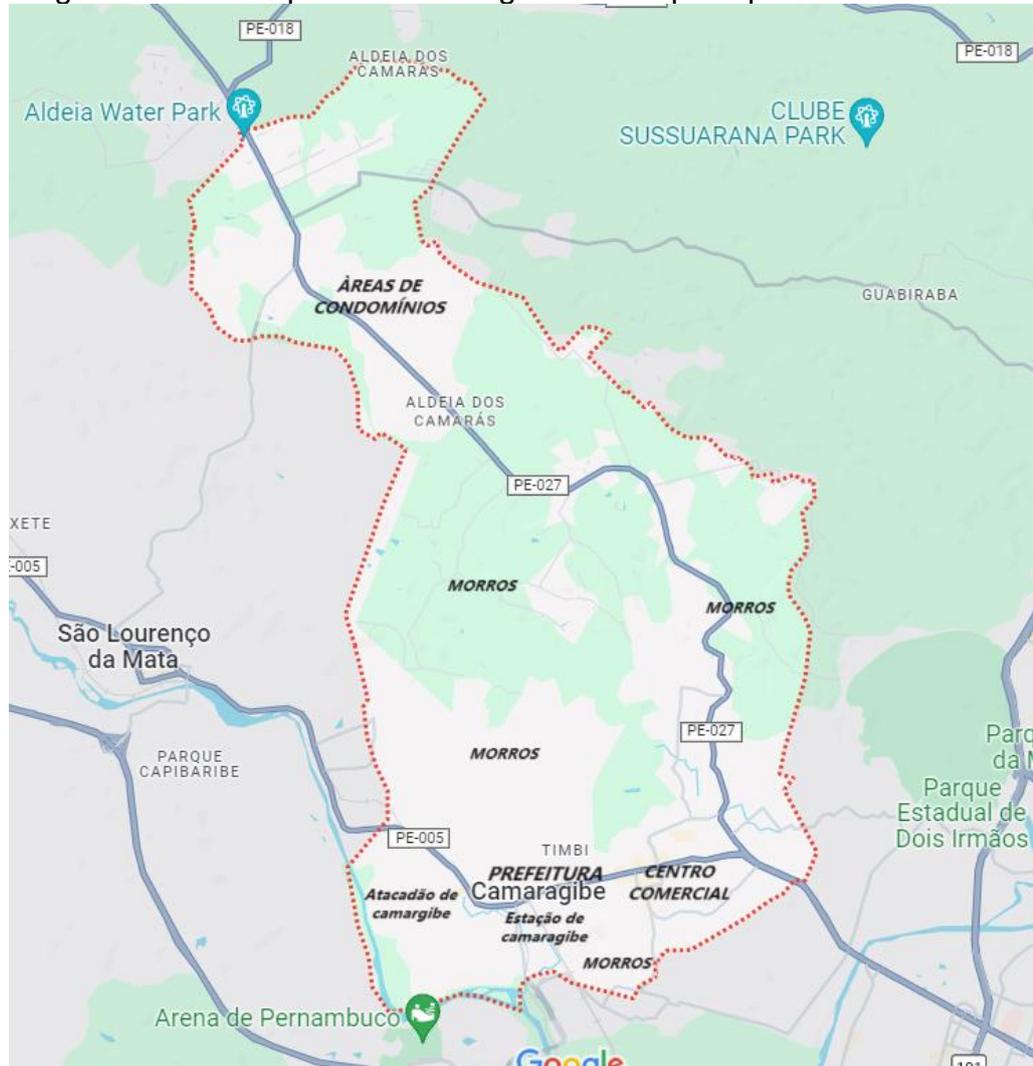
No caso de Camaragibe, a migração dos recifenses e de outras localidades para o município, pode ser explicada por dois principais fatores, além do crescimento da taxa de natalidade, de acordo com as experiências observadas e narradas ao longo da pesquisa. O primeiro seria devido ao aumento do custo de vida na cidade do Recife, fazendo com que muitas pessoas, até mesmo das favelas, se direcionam para área que seja mais barata de morar e viver. Esse primeiro caso, explicaria o aumento populacional nas áreas centrais de Camaragibe, onde estão localizados os grandes morros e o centro comercial do município.

O segundo fator influenciador seria o avanço do mercado imobiliário, nas partes mais elevadas, denominada de Aldeia dos Camarás, por meio da construção desenfreada dos condomínios horizontais. Essas construções vêm atraindo cada vez mais residentes e até mesmo pessoas para trabalhar nesses condomínios. Com a chegada desses empreendimentos nas últimas décadas, o município intensificou seu processo de modernização nos últimos anos, por meio da instauração de restaurantes, galerias, supermercados e hipermercados como o Assaí e o Atacadão, redes de lojas nacionais. O

último e maior empreendimento comercial na área foi a chegada do Shopping Camará no ano de 2018, que conta com um grande número de lojas.

A porção sul do município (Figura 03) é possível identificar os morros²⁵ do município, que acolhe as pessoas mais vulneráveis economicamente. A prefeitura, o terminal integrado de Camaragibe, hospitais, maternidades e centro comercial também se localizam nestes espaços.

Figura 03 - Município de Camaragibe e suas principais características



Fonte: Costa, 2024, Google Maps.

²⁵ Os morros representam feições geomorfológicas em formato de colina, consideradas de mares de morros por Aziz Ab'Saber, característica comum na zona da mata pernambucana.

Já na parte norte de Camaragibe, como podemos enxergar na figura anterior (Figura 03) localizam-se os grandes condomínios horizontais, que vêm sendo construídos nas últimas décadas. A temperatura mais baixa por conta da altitude que ultrapassa os 100 metros, atingindo cerca de 150 metros, o contato com a mata atlântica, a fuga do caos da cidade do Recife tem atraído cada vez mais pessoas para essas áreas. É válido salientar também que essa parte norte do município, embora tenha uma altitude bem elevada, não há incidência de morros na localidade.

A partir da análise das relações sociais por meio da dimensão espacial, conseguimos identificar algumas dinâmicas espaciais, visto que, a reprodução da sociedade se realiza através da produção e reprodução do espaço. Inicialmente, a geografia focava bastante na localização das atividades humanas, porém, seu enfoque foi mudando e considerando a questão relacionada às análises dos conteúdos das relações, que contribuem para a constituição do ser humano nos espaços. Lefebvre (1981) coloca o espaço como eixo fundamental para a reprodução de determinados meios de reprodução. Sobre o comando do capital, a reprodução da sociedade tem se realizado na produção do espaço (Carlos, 2011), ou seja, o espaço passando a ser condição determinante para a reprodução expansiva do capital, que na maioria das vezes é assegurada pelo Estado.

No capitalismo, a produção tem se expandido de duas maneiras distintas, espacialmente e socialmente, adentrando sobre todas as atividades humanas, além de se redefinir por meio da lógica do processo de valorização do capital-espaço (Carlos, 2011). Nesse novo contexto, o valor de uso perde espaço para o valor de troca, transformando toda produção em mercadoria. A produção do espaço acontece socialmente, porém, como destaca Carlos (2011, p. 60): "(...) sua apropriação é privada, isso é, o acesso aos lugares de realização da vida, produzidos socialmente, realiza-se predominantemente, pela mediação do mercado imobiliário, fazendo vigorar a lógica do valor de troca sobre o valor de uso".

Ao considerar cada vez mais determinados espaços como mercadoria (espaço-mercadoria), a propriedade privada, assegurada pelo Estado, tem garantido acesso diferenciados para a população. No caso de Camaragibe/PE, os espaços que não contam com saneamento básico, segurança e que são considerados área de riscos que, estando próximos ou até mesmo em cima dos morros (Figura 04), são destinados a pessoas cujo valor de troca em questão é relativamente baixo.

Figura 04 - Áreas de morro no bairro da Tabatinga em Camaragibe



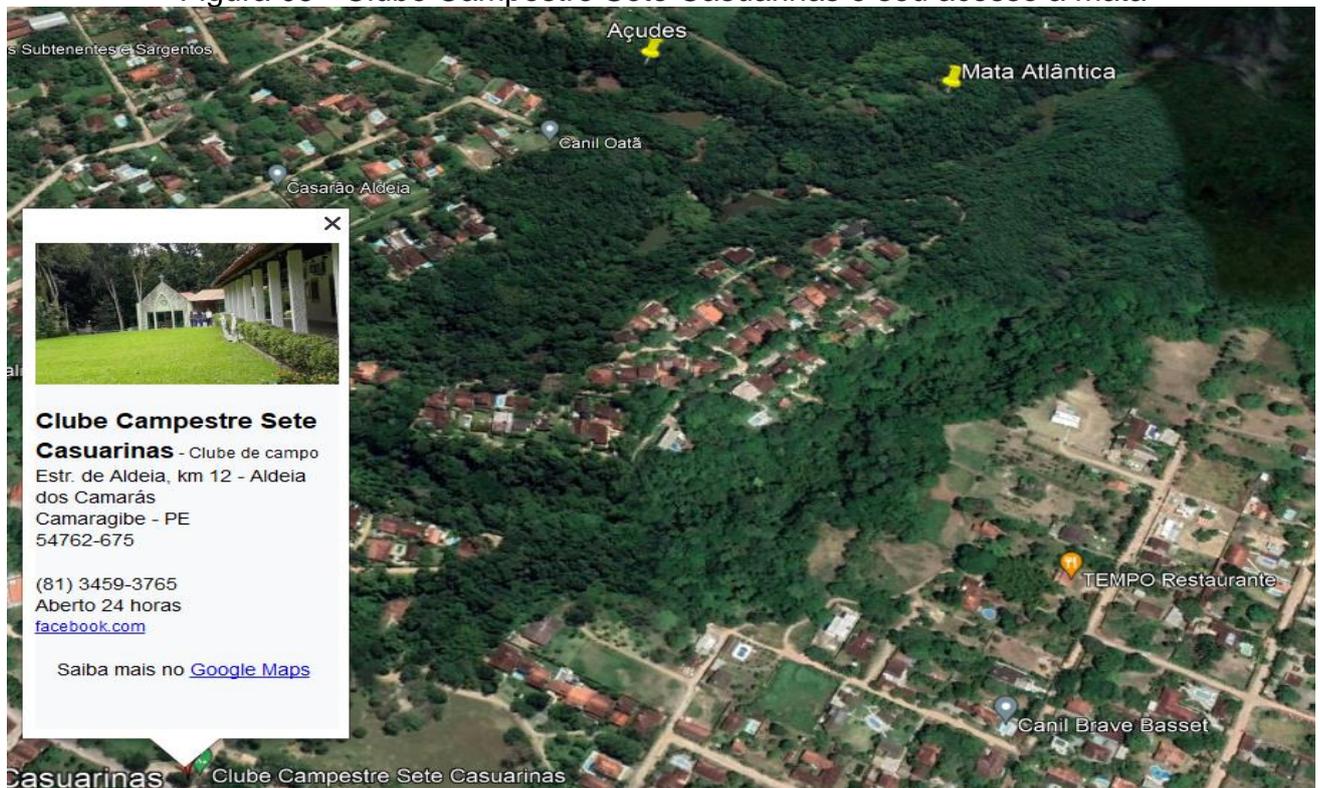
Fonte: Costa, 2024, reprodução do Google Street View.

Rafael Melo (2019), sinaliza que Camaragibe tem uma parte significativa de seu território caracterizada como área de morros, como esse no Bairro da Tabatinga (Figura 04), com declividades médias superiores a 30%. O processo de deslizamento de massa é algo recorrente todos os anos, familiares sofrem e perdem seus entes queridos. O uso de lona plástica é uma medida ineficaz, de modo, que o desgaste por meio da exposição ao sol faz com que a troca desse material aconteça anualmente. Esse material não impede que a água penetre, funcionando também como moradia de ratos, cobras, escorpiões e outros animais. O descaso da prefeitura do município é evidente, visto que todos os anos esse problema é recorrente²⁶.

²⁶ Ver as seguintes reportagens sobre Camaragibe/PE: Folha de PE - <https://www.folhape.com.br/radio-folha/rua-sem-saneamento-tira-sossego-de-moradores-em-camaragibe/178400/>; UOU-
<https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2023/02/15177541-chuvas-em-pernambuco-corrego-do-desastre-cenario-de-deslizamentos-e-mortes-anuncia-nova-tragedia.html>; UOU -
<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/05/30/pe-desaparecida-implorou-por-lona-3-dias-antes-de-deslizamento.htm>; Diário de Pernambuco -
<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2020/01/moradores-de-morros-comecam-a-temer-a-chegada-das-chuvas.html>.

Contudo, os espaços planos, com acesso a mata atlântica, água de qualidade e segurança são limitados apenas àqueles que podem pagar por essas “regalias”, tomamos como exemplo, os espaços supervalorizados dos condomínios, que custam uma pequena fortuna. Abaixo (Figura 05) é possível observar o espaço de um dos condomínios da localidade contando com acesso a área de Mata Atlântica, sem haver qual preocupação como o perigo das declividades nesses terrenos.

Figura 05 - Clube Campestre Sete Casuarinas e seu acesso a mata



Fonte: Costa, 2024, Google Earth.

Hoje tudo tem sido mercadoria, a alimentação, a força de trabalho, bem como a terra tem se tornado uma mercadoria valiosa para o sistema capitalista. Lugares considerados privilegiados são restritos, como esses citados anteriormente, nem todos têm a chance de ter acesso e permanência. Embora possa haver moradores negros que de alguma maneira ascendeu economicamente, o acesso desse grupo nesses espaços ainda continua sendo, predominantemente, por meio do fornecimento da sua força de trabalho dentro desses empreendimentos.

Agora falando sobre o período pré-colonial, antes da invasão portuguesa no que hoje conhecemos como Brasil, identificamos raízes indígenas na história do município. Camaragibe é terra dos indígenas Camarás, que foram dizimados a partir da chegada do Engenho Camaragibe. Terra de gente que vivia e se sentia parte da natureza. A terra tem sido transformada em mercadoria em diferentes localidades ao redor do mundo. Não é qualquer um que pode acessá-la dentro do modelo de sociedade capitalista. Isso explica porque os verdadeiros donos da terra foram expropriados, para que se iniciasse o processo de exploração, por meio da implementação de engenhos na localidade. O novo Censo do IBGE de 2022, nos revela que hoje não há povos originários nessas áreas, remontando o quanto foi violento a colonização sobre os povos originários.

A Prefeitura de Camaragibe²⁷, em seu site oficial, fala sobre a história dos engenhos na localidade: “fundado em 1549, o Engenho Camaragibe foi considerado um dos mais ricos da região, até a invasão holandesa. Foi com Maria Anita Amazonas Mac Dowell, que o Engenho Camaragibe se tornou ainda mais conhecido nos dias de hoje”. Avançando na história do município, entre 1891 e 1895 com a chegada da Companhia Industrial de Pernambuco CIPE, deu-se início a constituição da primeira vila operária da América Latina, por meio implementação da fábrica de tecidos, no bairro que até hoje tem o nome de Vila da Fábrica. Com isso, é válido nos perguntar: de quem era a mão de obra presente nessas atividades econômicas ao longo do tempo?

Atualmente, países agrícolas como o Brasil ainda mantém o povo não branco à margem da sociedade, atuando como mão-de-obra-barata e sem perspectiva de ascensão para satisfazer a economia capitalista. Pertencendo a classe subalternizada pelo Estado, o povo negro tem estado na linha de diversos conflitos, sendo totalmente impactado sob diversos fenômenos como o da fome, por exemplo.

Voltando as discussões sobre o período colonial e pós-colonial, o Brasil, antes da abolição da escravatura, tinha como projeto o embranquecimento da população. Em 1911 participou do Primeiro Congresso Universal de Raças, realizado em Londres, no contexto de expansão da política imperialista europeia pelo mundo e de promoção de discussões sobre a

²⁷ Em seu site oficial:

“

paz mundial. O congresso aconteceu no conturbado contexto da 1ª Guerra, como destaca os autores Souza & Santos (2012):

Amplamente divulgado no meio científico internacional, mas também entre políticos e ativistas envolvidos com a questão racial e as relações entre o Ocidente e o Oriente, o congresso reuniu representantes de mais de 50 países da Europa, América do Sul e do Norte, África e Ásia. O centenário do congresso pode ser visto como uma oportunidade singular para analisar o significado histórico, político e científico que o evento representou no conturbado cenário que antecedeu a Primeira Guerra Mundial (Souza & Santos, 2012, p. 746).

Aqui no Brasil, a política de “branqueamento” contou com o apoio dos intelectuais e políticos brasileiros. Em relação aos pensadores racistas da época, eles tiveram participação na legitimação de políticas, que excluía a população negra e indígena da sociedade. Observamos o que Rodrigues (1938, p.114) diz a respeito:

Então eles se poderão conter pelo temor do castigo e receio da violência, mas absolutamente não terão consciência de que seus atos possam implicar a violação de um dever ou exercício de um direito, diverso daquilo que até então era para eles direito e dever. A dificuldade real está toda em avaliar a responsabilidade do índio e do negro já incorporados à nossa sociedade, gozando dos mesmos direitos e colaborando conosco com a civilização do país. (Rodrigues, 1938, p. 114, apud. Melo, 2014, p.10).

Se no século XXI o país ainda tem sua ordem social pautada sobre o racismo estrutural e institucional, e na década de 1930? Estes intelectuais que colocavam a população negra, indígena e branca no mesmo patamar - usufruindo dos mesmos direitos - contribuíram para a formulação do mito da democracia racial²⁸, mito este que ainda se mantém dentro de ideais conservadores.

O plano de "limpeza" étnica, no ponto de vista das elites brasileiras, contou com políticas públicas que tinha como finalidade o branqueamento no Brasil, em 100 anos, ou

²⁸ Abdias do Nascimento (1978, pp. 41 e 92) considera que “(...) erigiu-se no Brasil o conceito de democracia racial; segundo esta, pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência. (...) A existência dessa pretendida igualdade racial constitui o 'maior motivo de orgulho nacional' (...). No entanto, "devemos compreender democracia racial como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país.”

seja, desde o século XIX, com Dom Pedro II, havia um projeto de eliminação da população negra e indígena. Dom Pedro II, inclusive, defendia teorias eugênicas da época. Cavalcante (2005) explana que:

No que diz respeito à imigração, a lei²⁹ determinava a permissão de venda de terras aos estrangeiros e, caso houvesse interesse, estes poderiam se naturalizar. Mas, como se sabe, as terras eram vendidas por um preço relativamente alto, dificultando a aquisição por parte dos colonos. Antes da promulgação da Lei de Terras, os lotes eram cedidos gratuitamente aos colonos, que se instalavam por conta própria, por conta do governo ou por conta das companhias de colonização. Após essa lei, em regra, o governo cedia gratuitamente as terras às companhias, que por sua vez as revendiam aos imigrantes em condições lucrativas. Estabelece ainda ao Estado o direito de reservar terras para a colonização indígena, para a fundação de povoados, para aberturas de estradas, para a fundação de estabelecimentos públicos e para a construção naval. Tratava-se de um aparato para assegurar o controle da terra pelo poder público (Cavalcante, 2005, p. 5).

Por meio desses planos, esperava-se que a população negra fosse disseminada, e com o tempo, deixasse de existir, em virtude desse processo de redução étnica, embora o curso do rio tenha contrariado esse projeto. Atualmente, segundo informações geradas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), demonstra que, no intervalo de tempo entre 2012 e 2022, a população que se autodeclarou branca apresentou uma diminuição de 3,5 pontos percentuais em sua participação na população total, variando de 46,3% no ano de 2012, para 42,8% em 2022. Essa redução se deu pela construção identitária da população negra - 10,6% da população total do país se autodeclararam pretas em 2022, em 2012 essa porcentagem não ultrapassa 7,4%. O mesmo aconteceu com a população autodeclarada de cor ou raça parda, a variação foi 45,6% em 2012 para 45,3% em 2022.

Sobre esse aspecto, as produções acadêmicas e políticas de autores como Lélia Gonzáles, Abdias do Nascimento, Beatriz do Nascimento formularam reflexões sobre o branqueamento censitário e político do país, formulando a compreensão que as categorias pretos e pardos são constituintes da população negra, segundo Gomes (2021). O imaginário

²⁹Lei n. 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850.

social brasileiro enxerga o ser preto como algo negativo, dificultando o processo de construção da identidade negra no país. Levando em consideração esses aspectos apresentados, a população brasileira, atualmente, se constitui majoritariamente composta por pessoas negras, reafirmando o fracasso da política de embranquecimento populacional.

Com o fim da escravidão, em diversos países, ocasionado pela explosão das revoluções pelo mundo, ocasionando o avanço da industrialização em vários países da Europa, devido a nova forma de acumulação do capital, fez com que países como a Inglaterra desenvolvesse uma pressão internacional nos países que ainda mantinham esse regime de acumulação primitiva. Lúcio Kowarich (2019) ressalta que:

Como a escravidão estava materialmente condenada após 1850, e politicamente sob crescente pressão a partir de 1888, tornava-se imperioso para o empreendimento cafeeiro encontrar uma fórmula que substituísse o trabalho cativo, sem que fosse necessário apoiar-se na desacreditada mão de obra nacional. Quando a abolição se configura irreversível, o fazendeiro passa a importar braços estrangeiros. Para levar adiante a produção e manter a lucratividade do empreendimento, fazia-se urgente forjar abundante a força de trabalho nas fazendas. Por que então tentar subjugar o contingente livre e liberto, se era mais viável importar trabalhadores que já chegariam material e culturalmente expropriados, isto é, destituído de recursos, instrumentos produtivos, sem acesso à terra e almejando “fazer a América? (Kowarich, 2019, p. 75).

Com o objetivo de postergar o fim da escravidão, imediatamente, e preparar o espaço para essa grande mudança, as elites brasileiras decretaram leis para atuar na consolidação da propriedade privada no Brasil, visto que, onde a terra é livre, o trabalho assalariado barato e desprovidos de direitos, não seria visto como opção tanto para os imigrantes que estavam chegando da Europa, quanto para o povo negro que futuramente seria liberto. A Lei de Terra foi isso, manteve a mão de obra dos trabalhadores mobilizadas para os Latifúndios e destituiu o acesso à terra para quem não pudesse pagar por ela.

“Por várias décadas, o império viu a imigração, sobretudo, como mecanismo que permitia ocupar o território com brancos” (Carlos Vainer, 2000, p. 17). O planejamento e execução de políticas de atração de imigrantes europeus, influenciou na organização social brasileira e tem se perpetuado atualmente como seus descendentes ocupando espaços de poder na política, economia e diversos eixos constituintes da sociedade.

O fim do regime escravocrata, não determinou de maneira imediata, que o negro deixasse de ser uma mercadoria e se transformasse parte do mercado consumidor. A abolição foi apenas o primeiro passo, tornando-os um consumidor em potencial, pois teria de conseguir sua “independência” financeira para acessar essas mercadorias. Esse processo aconteceu de maneira bem lenta, na medida em que as novas políticas migratórias, marginalizavam o trabalho negro, os desprovido de funções na sociedade devido a substituição da mão-de-obra colonial pela estrangeira.

Ainda no século XIX, as transformações do sistema capitalista mundial buscavam o desenvolvimento da economia industrial (Cavalcante, 2005). Todo esse processo causou modificações no contexto das relações socioeconômicas em diversos países, atraindo novas formas de obtenção de lucros. Dessa maneira, a terra se transformou em uma mercadoria geradora de lucro, cujo objetivo se torna “(...) atribuir à terra um caráter mais comercial e não apenas um status social, como era característico da economia dos engenhos do Brasil colônia (Cavalcante, 2005, p. 1).

Voltando para o fim do século XX e início do século XXI, o acesso à terra continuou sendo negado, principalmente a partir do avanço e políticas neoliberais, que culminaram para a expansão dos latifúndios através da modernização do campo. Ao consideramos essa questão em escala municipal, precisamente na parte norte do município de Camaragibe, as terras foram sendo tomadas dos agricultores que não tinha sua posse regulamentada, nesse mesmo período citado anteriormente, direcionando a terra não para sistema de monoculturas, sim para o avanço do mercado imobiliário, de acordo com os relatos narrados pelos agricultores entrevistados ao longo da pesquisa. Durante o período colonial suas terras foram marcadas pelo regime de monocultura da cana-de-açúcar. Josué de Castro (1952) fala sobre a escravidão da terra pela cana nessas regiões e como isto estava ligado ao regime de fome nessas áreas.

Por ser um município agrícola, Camaragibe, anteriormente, tinha uma grande representação de agricultores familiares, antes do início do século XXI, que trabalhavam em propriedades da região. Esses agricultores familiares tinham a terra cedida pelos patrões e/ou donos de grandes propriedades daquelas mediações (Costa, 2021)³⁰. O relato de um agricultor antigo do município, relembra como era antes, no século passado:

³⁰ Depoimentos retirados do meu (Costa, 2021) serão incluídos ao longo do texto.

Aqui tinha muitos roçados todo mundo trabalhava. Zerimia, Josia, Nil, Pedro de Macaíba, Eloia, Seu Henrique, todo mundo vivia de roçado, roçado e feira. Aqui não tinha muito condomínio, não tinha onde trabalhar, as pessoas trabalhavam na agricultura (Agricultor de 85 anos que teve sua relação com a terra interrompida pelo avanço imobiliário, 2021).

Acredita-se que muitos reproduzem costumes alimentares, advindos dos povos tradicionais, que anteriormente ocupavam aquelas terras. Antes dos anos 2000, a macaxeira fazia parte constituinte da paisagem, os roçados repletos de grandes variedades de feijão, batata, fava, quiabo, frutas que alimentavam as famílias e a comunidade. Antes do avanço do mercado imobiliário, as plantações contribuíram para o desenvolvimento de uma autonomia alimentar, que hoje se apresenta escassa dentro do município ocasionado por vários fatores.

Apesar de haver o uso de materiais químicos nas plantações, a partir da segunda metade do século XX, relatada pelos agricultores da época e de acordo com a realidade agrícola brasileira na época, havia uma importante autonomia alimentar entre as famílias dos agricultores, bem como a população geral do município na medida em que havia a troca e a comercialização de alimentos no Mercado Municipal de Camaragibe. Relatos como esse a seguir, é recorrente entre os agricultores do município:

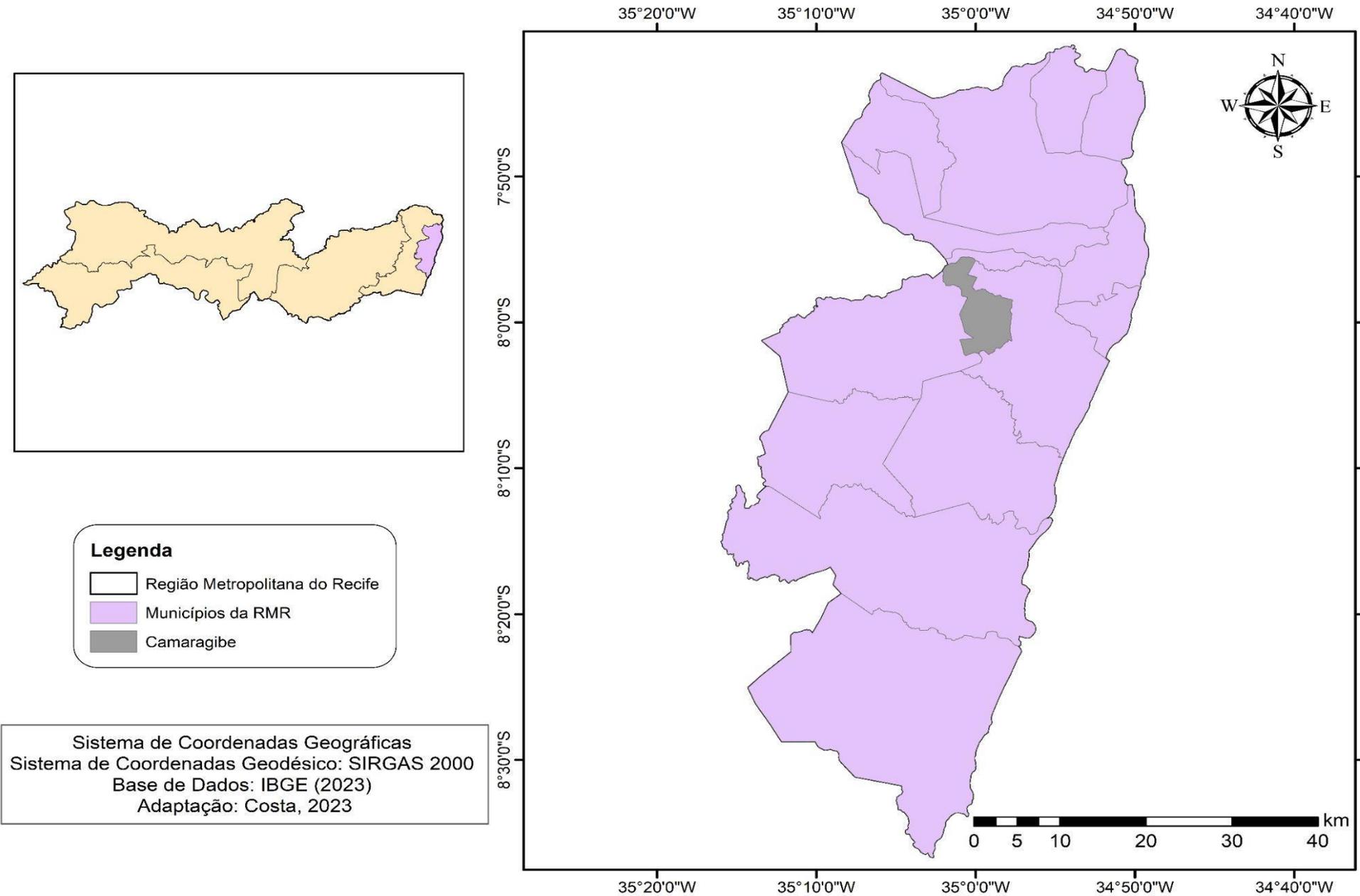
Em roçado nem sempre dá safra boa, um ano dá bom, no outro não, por isso vai se acabando. Aqui se não tiver adubo não consegue plantar não, não lucra, nem raiz dá. Se não colocar um saco de adubo que custa 150 conto, nem uma xícara de café ele consegue dar para o filho. Por isso ninguém quer mais (Costa, 2021, p. 57)

Esses depoimentos mostram a dependência do agricultor aos insumos da Revolução Verde, se compararmos com o período anterior a esse processo tecnológico no campo, no qual os agricultores plantavam de maneira diversificada sem o uso de material químico, sendo autossustentáveis. Essa dependência culminou para o desaparecimento de roçados como os de Camaragibe, visto que, ao longo do tempo, cada vez mais, foi se tornando insustentáveis para se manter dentro dessas relações com as interferências tecnológica atuais.

Outro aspecto que contribuiu para a diminuição da agricultura familiar no município foi o avanço do mercado imobiliário, por meio dos condomínios de luxo. Localizado na Região

Metropolitana do Recife – RMR (Figura 06), do bairro de Aldeia tem sido refúgio das elites recifenses com bem salienta Alison Silva (2015) em sua tese de doutorado. O município está localizado relativamente perto de Recife, e isso tem atraído cada vez mais pessoas que buscam uma vida mais tranquila e segura, nos condomínios, bem como, espaços mais baratos de se viver, quando comparamos o custo de vida das favelas de Recife em comparação com as de Camaragibe.

Figura 06 - Localização do Município de Camaragibe (estado de Pernambuco e Região Metropolitana do Recife)



Ao norte do município, é onde há predominância do avanço desenfreado do mercado imobiliário, voltados para a construção e condomínios horizontais, podemos observar seu grande quantitativo no quadro 03 abaixo. Vale salientar, que o processo de expansão na área tem trazido outros tipos de empreendimentos para integrar as famílias residentes dos condomínios. A inauguração do Shopping Camará em 2018 foi um grande exemplo, as famílias ricas do município agora não precisam se dirigir ao Recife para fazer compras ou adquirir serviços.

Quadro 03 - Lista dos principais condomínios horizontais de Camaragibe, localizados em Aldeia

N°	CONDOMÍNIO
1.	Flor do Juá
2.	Torquato de Castro I
3.	Torquato de Castro II
4.	Privê Portal de Aldeia
5.	Clube de Campo Alvorada
6.	Privê Luzanópolis
7.	Green Garden
8.	Luar de Aldeia
9.	Chopin
10.	Raízes de Aldeia
11.	Clube de Campestre Sete Casuarinas
12.	Rica Flora
13.	Jardim Tivoli
14.	Divinópolis
15.	Parque de Cedros
16.	Flor da Mata
17.	Vila Bela
18.	Bela Aldeia Village

19.	Quintais de Aldeia
20.	Santa Helena
21.	Flor do Araçá
22.	Ypê de Aldeia Eco

Fonte: Costa, 2024.

Boa parte dessa lista acima, são de condomínios já consolidados. Porém, alguns nomes como o condomínio Jardim Tivoli e Ypê de Aldeia Eco, são empreendimentos em construção, com muitos terrenos à venda e que contam com corretores de plantão 24 horas por dia. Essas construções têm movimentado o emprego³¹ nessas áreas, empregando, em sua grande maioria, a população do município, embora também haja trabalhadores de outras localidades.

Ao considerarmos as áreas fora dos condomínios em Aldeia dos Camarás, a população sempre teve uma ligação muito forte com a terra, seja por meio de seus roçados ou até mesmo dentro de seus quintais nos arredores de suas casas. Uma das agricultoras mais antigas de Camaragibe, descreve a importância de seu quintal durante a pandemia:

Durante a pandemia, minha plantação aqui não foi afetada. Aqui eu tenho banana, acerola, coco, cana, mamão, pimenta, quiabo. Quando a gente tem e tá com fome, descasca um e tá alimentando, né. Mesmo com terreno pequeno e a terra não muito boa eu continuo plantando pouquinho em casa porque eu gosto. Se não fosse esse chão ruim daqui, eu plantava mais... Milho, feijão, tudo eu plantava (Dona de quintal produtivo no bairro do Vera Cruz, 2024).

Levando em consideração todos os empecilhos atuais para manter suas plantações, antigos agricultores de roçados, atualmente, mantêm seu vínculo com a terra por meio dos seus quintais produtivos, tornando sua identidade camponesa (re) existente diante do processo de expropriação vigente.

A chegada dos condomínios horizontais no final da década de 1990 (Silva, 2015) expropriou os agricultores dos roçados e de suas relações com a natureza. Uma moradora do Loteamento São Pedro, relembra o tempo de antigamente: “A gente era feliz e não sabia”

³¹ Jardineiros, domésticas, faxineiras, porteiros, seguranças etc. A grande massa de trabalhadores assalariados presente nesses condomínios são destinados a população local como estratégia de reduzir os gastos pagos direcionados ao transporte pelos empregadores. Eu e muitas meninas cresceram vendo suas mães, irmãs (ôs), pais, tios (as), primos (as), avôs e pessoas conhecidas prestando algum tipo de trabalhos nesses espaços.

(2023)³². Eles descrevem também que o período era muito difícil por conta do trabalho árduo, a falta de transporte e o abandono das autoridades públicas competentes, mas o acesso à terra amenizava essa situação, na medida em que havia comida para alimentar os seus.

Segundo o Censo Agropecuário do IBGE de 2017, remonta que em Pernambuco, o percentual de estabelecimentos familiares no ano de 2017, foi maior que no Nordeste. O estado também permanece com percentual maior que o do Brasil. Em relação a produtividade da agricultura familiar e não familiar por hectare no Brasil, na região Nordeste e no estado de Pernambuco, é possível observar (Tabela 02) as diferenças entre ambos. No ano de 2017, mais de 578 mil pessoas ocupavam estabelecimentos familiares, no estado de Pernambuco.

Tabela 02: Produtividade da agricultura familiar e não familiar no Brasil, Nordeste e Pernambuco – Censo Agropecuário de 2017

Local	Tipo de agricultura	Produtividade por hectare em R\$
Brasil	Não familiar	1.326,25
	Agricultura familiar	1.316,45
	Total	1.323,99
Nordeste	Não familiar	837,79
	Agricultura familiar	612,48
	Total	755,40
Pernambuco	Não familiar	1.647,09
	Agricultura familiar	906,69
	Total	1.262,66

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Essas informações contidas na tabela, revelam a fragilidade do mito da improdutividade da agricultura familiar. Aquele que diz que o único meio de produção capaz

³² Moradora do Loteamento São Pedro em Camaragibe lembrando a abundância alimentar na época dos roçados antes do processo de expropriação por meio do avanço dos condomínios horizontais na parte norte do no final dos anos 1990.

e produtivo, que ajudar a manter a vida, é pelo sistema de monoculturas, sementes modificadas em laboratórios e pelo uso de insumos químicos e maquinários pesados. Esse mito de que o agronegócio é pop poque mata a fome das famílias de brasileiras, tem atuado em prol da expropriação camponesa que ainda vivem em resistência.

Enquanto ao valor de produção, os dados do Censo, mostram que a produção da agricultura familiar no Brasil, gerou cerca de 106,5 bilhões de reais, em contrapartida, a produção da receita da agricultura não familiar, foi de 355,9 bilhões de reais, equivalente a 77% do total. Esse número demonstra qual setor tem sido favorecido com o investimento do Governo Federal.

Apenas Ipojuca, Ilha de Itamaracá e Recife tiveram um aumento na sua área territorial destinada à agropecuária entre o período 2006 e 2017. O restante dos municípios, que fazem parte da Região Metropolitana do Recife, teve uma baixa nas suas áreas agropecuárias, segundo o IBGE (2021). A redução das áreas agropecuária em Camaragibe foi bastante significativa e mostra o desaparecimento desse modo de produção, no município, ao longo do tempo (Tabela 03).

Tabela 03 - A áreas e estabelecimento com atividades agropecuárias da Região Metropolitana do Recife

Municípios	2006		2017	
	Área (ha)	Estabelecimentos (Unidades)	Área (ha)	Estabelecimentos (Unidades)
Abreu e Lima	1.081	944	1.001	408
Araçoiaba	832	109	179	57
Cabo de Santo Agostinho	25.385	1.526	19.987	1.873
Camaragibe	677	33	179	12
Igarassu	31.303	514	28.671	559
Ilha de Itamaracá	121	27	448	95
Ipojuca	12.286	1.195	36.176	1.489
Itapissuma	701	60	46	101

Jaboatão dos Guararapes	4.752	699	3.972	605
Moreno	10.977	1.063	8.512	795
Olinda	398	174	175	84
Paulista	1.243	259	704	165
Recife	725	170	837	242
São Lourenço da Mata	14.892	1.330	13.533	727

Fonte: Costa, 2024, com base nos dados do IBGE (2021).

O Plano Plurianual 2022/2025 do Município de Camaragibe³³, que estabelece de as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal e programas de duração continuada, traz no Programa de fomento às atividades produtivas, o objetivo de melhorar e ampliar com qualidade as atividades industriais, rurais e de serviços no município. As ações desse programa, sobre a questão rural, sinalizam sobre capacitar e fomentar e fortalecer essas atividades, mas não explica como isso vai acontecer. Nós do município, não estamos vendo todo esse discurso sair do papel, o que vemos é o avanço desenfreado da urbanização sobre essas áreas, como foi mostrado na tabela acima. Um programa que vemos sendo colocado em prática é o de planejamento de regulação de núcleos urbanos e melhoria e expansão da infraestrutura urbana sobre os espaços rurais.

As mudanças de uso e ocupação do solo promovidas por esses programas ligados a urbanização, tem expulsão do povo dos roçados, o desenvolvimento de nova territorialidade - do capital - mediada pelo dinheiro, fazendo com que a população deixe de produzir alimentos e passe a realizar a migração pendular³⁴ todos os dias para trabalhar e estudar em Recife.

Essas mudanças têm tido o apoio do governo do estado, por meio da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco, corroborando para o desenvolvimento de loteamentos e condomínios, como podemos observar mais a frente:

³³ Anexo 02 – Plano Plurianual 2022/2025 do município de Camaragibe: programa de regulação de núcleos urbanos, proteção ambiental, fomento de atividades produtivas e melhoria e expansão da infraestrutura urbana.

³⁴ A migração pendular refere-se aos deslocamentos diários dos indivíduos para realizar ações de sua vida cotidiana como: trabalhar, estudar, lazer e etc.

A Agência Condepe/Fidem tem por atribuição legal (Decreto Estadual nº 6.347, de 18 de março de 1980), a gestão dos processos de parcelamento, uso e ocupação do solo da Região Metropolitana, do litoral e de áreas de interesse especial do Estado, através da análise e emissão de pareceres aos pleitos sobre uso e ocupação do solo, da emissão de Consulta Prévia e da análise e concessão de Anuência Prévia à projetos de parcelamento do solo urbano³⁵ - loteamentos / condomínios e desmembramentos - (Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco).

Os atestados de conformidade para parcelamento do solo na construção desses empreendimentos, não têm levado em consideração a agricultura familiar, liberando a construção de loteamentos e condomínios em cima do apagamento e extinção desse meio de reprodução. No anexo 3, é possível identificar quais empreendimentos no município foram favorecidos com esses pareceres aos pleitos sobre uso e ocupação do solo. Nomes associados as famílias Torquato de Castro e Amazônia³⁶, são vistos nesse documento.

A deliberação e apoio do estado para o desenvolvimento urbano por meio dessas construções de luxo, tem expropriado e afastado a população antiga do município. A falta de autonomia alimentar, gerado por esse processo de expulsão, tem guiado essas pessoas para as cidades grandes na busca pelo dinheiro para conseguir sobreviver.

Durante a pandemia, os moradores do município sofreram bastante com a insegurança alimentar e nutricional de suas famílias, de acordo com informações obtidas por meio da realização das entrevistas e aplicação dos questionários no decorrer da pesquisa. Nesse sentido, é válido questionar: Caso o cenário fosse diferente em relação a expropriação das terras da produção da agricultura familiar, haveria um maior suporte dentro das comunidades, em relação à segurança alimentar? Na visão de Alessandra Souza (2009) a fome e a miséria são:

[...] resultado da exclusão de milhões de pessoas do acesso à terra, água, sementes, conhecimentos, bens da natureza para produzirem sua própria existência. Ela é resultado das políticas impostas por governos de países desenvolvidos, por suas empresas transnacionais e seus aliados nos países pobres do sul na perspectiva de manter a continuidade da hegemonia política,

³⁵ Anexo 01 - Concessão de anuência prévia processos de parcelamento do solo em Camaragibe-PE.

³⁶ Reconhecida pelos agricultores e moradores do município de Camaragibe como as duas principais famílias detentoras de terras da região.

econômica, cultural e militar sobre o atual processo de reestruturação econômica global (Souza, 2009, p.119).

Sobre esse processo de hegemonia, durante muito tempo o mercado municipal de Camaragibe foi um espaço de interação e socialização entre agricultores locais, hoje é um lugar de venda de mercadorias/alimento³⁷ advindos da lógica da revolução verde. A hegemonia alimentar tem o poder de mudar completamente o funcionamento de determinados espaços, retirando o acesso à terra dos agricultores e os transformando em comerciantes, que adquirem produtos no Centro de Abastecimento e Logística do Estado de Pernambuco/CEASA, para vender no mercado de Camaragibe. Uma antiga agricultora do município relembra:

Criei todos meus filhos na roça, hoje em dia nenhum deles trabalha plantando. Eu nunca passei fome na minha vida, sempre tive muita fartura. Todo sábado a gente ia levar saco de feijão, macaxeira, inhame, amendoim no mercado de Camaragibe. Todo mundo se reunia lá, todos os agricultores. A gente ia vender as coisas no mercado para conseguir dinheiro para comprar as coisas que a gente não tinha no roçado, carne - Antiga agricultora de Camaragibe – (Costa, 2021, p. 69).

A produção nos roçados tinha como principal intuito a alimentação da família dos agricultores/as. O modelo desenvolvimentista de produção tira essa autonomia do povo, o direito de plantar alimentos saudáveis, direito à terra, o direito de escolher o que plantar e quando colher. Krenak (2019, p. 14) realça que "essa modernização jogou essa gente do campo e das florestas para viver em favelas e periferias, para virar mão de obra em centros urbanos".

A retirada da autonomia alimentar dos povos é uma forma de dominação, uma colonização alimentar no mundo contemporâneo que direciona a população a consumir e adquirir mercadorias envenenadas e ultraprocessadas dos supermercados. Essa nova colonização, promovida pela Revolução Verde, pode ser descrita, segundo Bastos (2022), como uma colonialidade alimentar, moldada por padrões alimentares hegemônicos, um sistema que coloca a Europa como a detentora do conhecimento alimentar universal, violentando e expropriando a autonomia alimentar dos povos do Sul global. Miller (2016), enfatiza que países do sul global, tem sua alimentação tradicional, de alto valor teor nutricional, substituídas por alimentos industriais de baixo aporte nutricional.

³⁷ Sobre o alimento como mercadoria, ver Machado, Oliveira e Mendes (2016).

A imposição de uma cultura alimentar universal é uma forma de violência que sacrifica as culturas locais, modificando sua forma de organização e reprodução nos espaços, os deixando totalmente dependente da lógica capitalista, contribuindo diretamente para a perda da agrobiodiversidade alimentar, que os povos vinham cultivando desde o início da agricultura. A autora Emma Siliprandi esclarece sobre essas mudanças:

[...]verificou-se uma crescente desregulamentação das atividades econômicas nos âmbitos nacionais, com implicações importantes sobre a segurança e autonomia alimentar de seus povos. No que se refere aos produtos agrícolas e alimentares, houve, por um lado, o dismantelamento dos modos locais de produção e consumo (pela necessidade de gerar produtos agrícolas para exportação e pela diminuição das políticas destinadas a apoiar a agricultura familiar, como, por exemplo, aquelas voltadas para os mercados internos), e levou, por outro, a uma crescente homogeneização da cultura alimentar (Siliprandi, 2004, p. 39)

Nesse âmbito, o ato de comer não deve ser considerado apenas como uma necessidade biológica, nem muito menos, ser utilizado como meio de reprodução do capital. Esse ato, além de satisfazer nossas necessidades fisiológicas, é também uma atividade social ligada à identidade dos povos. A homogeneização da cultura alimentar³⁸ com base na cultura do norte global, se revela por meio de violência e manutenção de estruturas com raízes coloniais.

O processo de modernização no mundo proporcionou a imposição de certos grupos e saberes sobre o restante (González-Casanova, 2007). Apesar de marginalizados e invisibilizados, historicamente, os camponeses continuaram resistindo, se mantendo no campo. O acesso à terra tornou-se bem difícil depois da expansão dos grandes latifúndios, causando a degradação ambiental e nutricional da população.

Com o fim do colonialismo, ou seja, o fim da dominação direta, política, social e cultural dos portugueses sobre os nativos (Quijano, 1992), favoreceu o desenvolvimento do colonialismo interno (Gonzalez-Casanova, 2007), dando início à dominação e exploração interna do país. Ao contrário do termo colonialismo interno, usado pelo autor Gonzales-Casnova, Quijano (2007) chama esse fenômeno de “colonialidade”. Ele ressalta o termo dizendo:

³⁸ Essa homogeneização refere-se a padronização em escala planetária de hábitos alimentares, perdendo as definições culturais locais, tornando universal a cultura alimentar hegemônica.

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Baseia-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular desse padrão de poder e opera em cada um dos planos, áreas e dimensões, materiais e subjetivos, da existência cotidiana e em escala social (Quijano, 2007, p. 93).

Dessa forma, as formas de dominação contemporânea ligada a alimentação é um tipo de colonialidade alimentar, na medida em que mantém a classificação social com base na noção de raça, o caráter colonial de violência e dominação que ultrapassam as singularidades do colonialismo, contribuindo para a expansão da hegemonia sociocultural no mundo. Esses processos de dominação têm envolvido não somente um tipo de colonialidade, visto que, as articulações entre elas fortalecem as estruturas de dominação, modificando a racionalidade presente nos espaços.

Falar sobre alimentação em Camaragibe, é impossível não considerar a mudança socioeconômica que ocorreu no Mercado Municipal. A modificação no modo de produzir alimentos nos últimos 60 anos foi alterando completamente os tipos de relações presente nesses espaços, contribuindo para a não valorização e reprodução do modo de vida camponês. Um antigo agricultor do município nos revela:

“Eu gostava de plantar para trabalhar e ter o que comer, vender e sobreviver. Eu vendia tudo o que plantava na feira, toda feira que tinha, eu tava lá. Vendia no Mercado Municipal de Camaragibe, nas portas dos supermercados” (Costa, 2021). Nesses espaços de comercialização e troca de alimentos, havia o compartilhamento de sementes entre os agricultores, experiências, existiam uma rede de reciprocidade e solidariedade. A competição do meio de produção capitalista com a agricultura tradicional transformou o mercado municipal apenas em um espaço de comercialização de comida/mercadoria.

Durante os trabalhos de campo realizados no período entre 2021 e 2023, nos deparamos com pessoas que conhecem alguém ou que tem pessoas na família que plantavam em quintais ou roçados. Isso explica também o motivo de muitas pessoas comercializarem alimentos que, embora não tenham sido plantados e colhidos por elas, as mantém conectados com a agricultura. Seria um ato de resistência? As formas de resistência camponesa, trazidas por Scott (2002), desvenda que a primeira forma é a cotidiana, aquela presente no dia-a-dia, já a segunda forma, é entendida como “a confrontação direta” que tem dominado o estudo da resistência camponesa” (Scott, 2002, p. 13). No município por meio de

poucos roçados ainda existentes, nas plantações presentes nos morros do município, nos quintais produtivos, e na manutenção de relações com a agricultura.

A mobilidade do trabalho de acordo com Gaudemar (1977) nos ajuda a entender como se deu a expropriação da força de trabalho da agricultura tradicional, levou essa população em direção às grandes cidades para fazer parte das engrenagens do sistema capitalista.

É importante problematizar também que o modelo reconhecido no Brasil tem como base a grande propriedade e é nesse confronto que se dá a luta do campesinato:

[...] no Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua história, se impôs como um modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção. Assim, a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade (Wanderley, 2001, pp. 36-37).

Conforme o planejamento e desenvolvimento de política de modernização agrícola do país, desenvolvida pelo Estado nacional brasileiro, historicamente, houve o sufocamento e a perda de espaços de outros meios de produção que não seguiam essa lógica, como a agricultura familiar camponesa. Ao longo das décadas foi sendo suprimida, dentro da organização social brasileira, bem como observado e relatado para o município de Camaragibe.

O governo federal ao longo da história sempre priorizou e incentivou a agricultura voltada para exportação. O intuito das elites brasileiras, que compõem a maioria dos cargos políticos no país, nunca foi desenvolver e financiar o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira para alimentar sua população. O processo de expansão dos latifúndios e conseqüentemente, o aumento da concentração fundiária, tem como objetivo lucrar, alimentando a população de outros países, aumentando seu poder de acumulação do capital. Martins (1997) explica o processo da questão agrária na história do Brasil:

[...] surge à questão agrária quando a propriedade da terra, ao invés de ser atenuada para viabilizar o livre fluxo e reprodução do capital, é enrijecida para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital proprietário de terra. Ela se torna instrumento da criação artificial de um exército de reserva, necessário

para assegurar a exploração da força de trabalho e a acumulação. A questão agrária foi surgindo, foi ganhando visibilidade, à medida que escasseavam as alternativas de reinclusão dos expulsos da terra. [...] O objetivo era criar “por meios falsos” uma massa real e verdadeira de “despossuídos” [...], que não tivesse nenhuma alternativa senão trabalhar para os grandes proprietários de terra. A Lei de Terras foi um artifício para criar um problema e, ao mesmo tempo, uma solução social em benefício exclusivo dos que tinham e têm terra e poder. (MARTINS, 1997, p. 12, p. 17-18)

O debate dentro da geografia agrária vem trazendo diversos elementos que demonstram a importância e necessidade de uma grande reforma agrária no país. Reforma essa que já aconteceu em diversos países pelo mundo, menos aqui no Brasil. Em contrapartida, Silveiro (2014) enxerga a questão dessa reforma da seguinte forma:

Nas últimas décadas debates e ações políticas em prol da reforma agrária no Brasil parecem ter-se esvaziado em diferentes segmentos da sociedade. Na academia, se, por um lado, são notáveis as produções de áreas como geografia agrária e ciências sociais, de outro, ainda são pouco expressivas [...] (Silvério, 2014, p. 279).

Esse esvaziamento pode ser compreendido como uma derrota ao sistema moderno de produção no campo. As políticas de Estado optaram por reformular a estrutura do campo, buscando abrir as fronteiras para o mercado internacional. Neste momento, não interessava para as elites do país - que tem total domínio político no Brasil - realizar a reforma agrária, já que, o intuito sempre foi atrair o capital internacional para enriquecê-la ainda mais.

Sendo assim, esse debate antigo das agrárias deve voltar para o centro das discussões, dentro das ciências, repensando e reformulando suas reflexões sobre essa política de acesso terra, garantindo ao camponês condições de acesso e permanência a terra. A reforma agrária é pauta chave. Em Camaragibe o aperfeiçoamento de estratégias regulamentação fundiária e acesso a terras para agricultores, tem importância e precisa ser prioridade dentre as políticas municipais, bem como, não permitir o avanço de condomínios e loteamentos na região norte do Município. Outra questão seria dar acesso à terras públicas para agricultores expropriados que vivem na cidade. As novas gerações de pessoas com histórico na família de atividades agrárias e que desejam retomar suas relações com a terra devem ser consideradas dentro desse processo de retomada e aquisição de terras. Todo esse movimento fomentaria a agricultura familiar, na escala municipal, bem como, atuaria na construção da autonomia alimentar, contribuindo para a redução da fome no município.

Em escala nacional, medidas como essa de acesso a terras também resgatariam a história agrária do país, deixando de priorizar o avanço do sistema convencional alimentício, contribuindo para a retomada e priorização de sistemas agrícolas alimentares autossustentáveis que tem como intuito o cuidado e reprodução da vida. A articulação dessas medidas juntamente com o planejamento e execução de políticas voltadas para a diminuição de desigualdades entre a população, impactaria diretamente na diminuição das desigualdades, corroborando na construção da soberania alimentar brasileira, inibindo a expansão da fome sobre os lares brasileiros.

2.2 A produção em larga escala da fome e seu lugar de reprodução: a fome tem cor e gênero

“A pior coisa do mundo é a fome” (Maria Carolina de Jesus, 1960).

Carolina Maria de Jesus conta em sua obra sobre a extrema pobreza e desigualdade que sua família passava e que ainda é a realidade de muitas famílias brasileiras. Percebe-se que, embora suas indagações tenham sido feitas na década de 1950, sua obra jamais perdeu atualidade, visto que, a fome ainda faz parte da realidade brasileira, principalmente entre a população negra.

Com o início da pandemia em 2020 Renato Maluf (2020) destaca:

Era previsível que a comida, tanto sua disponibilidade como o acesso a ela, viesse a ocupar o centro das preocupações e urgências no contexto de pandemia pela qual estamos passando, ao lado, e como complemento indispensável, dos cuidados com a saúde das pessoas infectadas, ou não, pelo vírus mais recente (Maluf, R. 2020, p. 1).

Com o avanço do novo coronavírus no mundo evidenciou-se ainda mais as desigualdades entre diferentes realidades sociais no país, amplificando o debate sobre a situação de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população brasileira.

Com o fim da segunda guerra mundial, muitas tecnologias foram adaptadas para serem implementadas em diferentes eixos da sociedade. Um deles foi no sistema alimentar, pregando a ideia que isso seria o melhor caminho para acabar com a fome no mundo. Esse novo sistema moderno de produção tem atuado na produção em larga escala da fome aqui no Brasil e em diversos cantos do mundo, além de não ser capaz de promover e dificultar uma soberania ou segurança alimentar entre todos e todas. Ele retira o acesso à terra e mobiliza a

força de trabalho dessas pessoas para o processo de acumulação do capital, as tornando vulnerável e totalmente dependente desse tipo de relação. Dessa maneira, constatou-se que o objetivo dessa lógica não era produzir para alimentar a população mundial, e sim lucrar acima de tudo e todos, retirando a autonomia, em relação ao alimento, transformando cada um em escravo do capital, para a obtenção do alimento e de outros meios necessários para a sobrevivência na cidade.

O objetivo da agricultura hegemônica não é disponibilizar alimento saudáveis para todos, e sim fornecer mercadorias, bem como realizar uma radical mudança no padrão alimentar, conforme coloca Elias (2021):

O alimento-mercadoria move um conjunto portentoso de negócios extremamente lucrativos, que têm à frente poderosíssimas corporações transnacionais de diferentes ramos de atividades associados ao agronegócio, tais como de sementes transgênicas, de fertilizantes, de agrotóxicos, de mecanização agrícola, de agroindústrias alimentares, de esmagadoras de soja, de logística, de empresas de distribuição no varejo, entre outras. Para essas corporações, o alimento é somente mais uma mercadoria e entre os resultados desse modelo de produção agropecuária denominado de agronegócio temos uma metamorfose radical no padrão alimentar em todo o mundo (Elias, 2021, p. 730).

A dominação por meio de um novo sistema alimentar, delimita quais variedades vão ser produzidas e quais não. O mundo está se alimentando das mesmas variedades de milho, feijão, arroz. O sistema de monoculturas tem gerado uma grande concentração de renda e terras na mão de poucas pessoas, além de transformar florestas em desertos, desequilibrando a natureza. Vandana Shiva (2003) ajuda nessa compreensão, ao discorrer sobre como esse sistema alimentar da morte devasta a sabedoria milenar, transferindo a ideologia e os valores da monocultura para os consumidores e agricultores por meio do controle ideológico, econômico e sociocultural, produzindo fonte de escassez e pobreza. Seguindo essa lógica, o empobrecimento nutricional dos alimentos ocasionado pela padronização alimentar vigente, vem sendo a causa do baixo teor nutricional da população, torna-se bem mais vulnerável.

Em contrapartida, a diversidade sociocultural presente nas formas de produção tradicionais são fontes de agrobiodiversidade, se contrapondo ao controle centralizado dos sistemas de produção, se constituindo, segundo Shiva (2003), em um sistema de resistência contra o sistema de monoculturas, ao construir uma relação de respeito com as diversas espécies já existentes. Esse tipo de relação como a comida esteve presente nas culturas

alimentares dos povos tradicionais e ainda vive em resistência contra a agricultura convencional.

Atualmente, a população negra presente na cidade, estruturalmente são os que mais sofrem com a fome, na medida que o alimento é restringido para aqueles que podem comprar. Francélia Paula de Castro, em depoimento nos escritos de Sá (2021), fala sobre a impossibilidade da produção de alimento saudável pela população negra, causada pelo impacto do sistema capitalista, denunciando os conflitos que os povos tradicionais do Brasil vêm passando. Ela descreve que essa produção tem sido privilégio de algumas classes sociais, mantidas pelo racismo estrutural brasileiro. O direito constitucional de acesso a alimentos tem sido privilégio de alguns.

Ainda sobre o racismo no país, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em suas últimas pesquisas aponta para o crescimento de 38% entre 2019 e 2022, da população em situação de rua no Brasil durante a pandemia de Covid-19, atingindo 281.472 pessoas. Esse grupo que cresce consideravelmente todos os anos, são constituídos em sua grande maioria, por negros em situação de vulnerabilidade. Sendo assim, além de não ter o poder de troca por não estar vendendo a sua força de trabalho para o mercado, essas pessoas não têm moradia, não pagam impostos relacionados a IPTU, água, luz. Tornam-se corpos descartáveis tanto para o Estado quanto para a economia capitalista.

Almeida (2020) em sua entrevista para o Tutaméia TV, reflete sobre como o sistema capitalista se comporta durante as pandemias:

Historicamente no capitalismo, nas pandemias geralmente surge esse discurso de descarte de corpos. Na gripe espanhola aconteceu a mesma coisa. Não é novo na história colocar uma escolha entre a fome e a peste. Agora isso está muito evidente. Não dá para sustentar a vida e o sistema ao mesmo tempo. (...) É preciso hierarquizar as vidas. É uma grande contradição. Mais do que uma imoralidade, é uma tentativa desesperada de preservar o funcionamento do sistema tal como ele é hoje (Almeida, 2020).

Entre sustentar a vida ou o sistema econômico capitalista, os estados nacionais renunciam à vida de seus patriotas em prol da manutenção e funcionamento do sistema. Júnior e Antônio (2016) no texto de “Crise do capital global, natureza e agronegócio” falam sobre a relação dos estados nacionais com o capital sem pátria:

O poder da elite nacional (econômico e político, principalmente) e sua articulação com o capital sem pátria tende a aguçar o processo de transformação das diversas dimensões da natureza em objetos de compra e venda, em apropriação patrimonial privada de dimensões da natureza fundamentais à reprodução da vida (Júnior, Antônio, 2016, p. 22).

Esse compromisso com o mercado internacional tem sacrificado nossas florestas, rios, cultura e fatores fundamentais para a reprodução da vida dos brasileiros. Em 2020, os brasileiros viram o país entrar novamente no mapa da fome³⁹.

Manchete como essa da figura 07, tomaram conta das mídias brasileiras, após a divulgação do relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) em 2022.

Figura 07 - O retorno do Brasil ao mapa da fome



globo.com g1 ge gshow globoplay o globo ASSINE JÁ ENTRAR >

MENU g1 JORNAL NACIONAL BUSCAR

Brasil volta ao Mapa da Fome das Nações Unidas

Um país entra no Mapa da Fome quando mais de 2,5% da população enfrentam falta crônica de alimentos. No Brasil, a fome crônica atingiu agora 4,1% e, pelo levantamento, a situação no país é mais grave do que a média global.

Por Jornal Nacional
06/07/2022 21h37 - Atualizado há um ano

Facebook WhatsApp Link

Video player showing hands sorting through containers.

Fonte: G1, Jornal Nacional, 2022.

Para entender como essa volta ao mapa da fome se deu, é necessário analisar o contexto político do Brasil antes e durante a pandemia. Os governos petistas desde 2002, até

³⁹ Brasil voltou ao mapa da fome das nações unidas. Disponível em < <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/06/brasil-volta-ao-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas.ghtml>.

o golpe de 2016, apresentaram programas de política econômica e social que beneficiaram avanços no campo social, reduzindo a extrema pobreza, desemprego e fome. Essas políticas ajudaram a manter as estruturas de acumulação interna no país, abarcando não só trabalhadores, mas também a grande burguesia interna. O fortalecimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura familiar pelo governo petista, fortaleceu não somente os pequenos agricultores, mas também os grandes latifundiários, ao longo de seus mandatos.

A grande burguesia interna é distribuída entre vários setores da economia (indústria - transformação, extração mineral, agronegócio, setor comercial, setor bancário e outros). Com a crise do programa neodesenvolvimentista (Boito, 2012) citada acima, as manifestações de 2013, a articulação da burguesia interna, como a mídia e a classe conservadora, deu-se início a pauta do “anti-governo” (Souza, 2016, p. 95-116) no que mais à frente apoiaria o golpe de 2016 no Brasil.

Após o golpe, como a direita no poder, iniciou-se um conjunto de desregulamentação de direitos adquiridos voltando para a classe trabalhadora do campo e da cidade, tendo como objetivo o enriquecimento da burguesia brasileira que apoiou e financiou o golpe em 2016, deixando de lado questões voltadas para redução da extrema pobreza no país.

A partir desse desmonte e com a chegada da pandemia em 2020, a população se viu num momento de extrema vulnerabilidade devido as políticas adotadas pelo governo Bolsonaro. A falta de políticas de apoio ao trabalhador e a grande massa da população pobre, tornou catastrófico os números de morte e fome durante esse período, deixando mais de meio milhões de mortos e um grande contingente populacional em vulnerabilidade alimentar, causada pelo desemprego e aumento da inflação no país. O negacionismo⁴⁰ adotado pelo governo Bolsonaro, de certa forma, manipulou a população e maquiou o cenário de morte e fome.

Na medida em que a fome se expandia sobre a população, agronegócio lucrava cada vez mais com a exportação de alimentos agrícolas⁴¹. Esse crescimento teve apoio financeiro,

⁴⁰ Segundo Marques e Raimundo (2021, p. 69) “o discurso negacionista questiona o valor histórico do conhecimento científico, dos argumentos racionais e da experiência adquirida ao longo dos anos, ao defender a ideia de que todas as opiniões têm o mesmo valor. Nesse sentido, vale-se de versões discursivas fragmentadas e anacrônicas para alavancar o antagonismo a fim de explicar qualquer fato, seja social ou natural, como tendo igual poder explicativo, pondo o senso comum, na maioria das vezes, como argumento de igual valor para contradizer o conhecimento científico.

⁴¹ Exportações de produtos do agronegócio ultrapassam US\$ 10 bilhões em janeiro. Disponível em <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agronegocio-ultrapassam-us-10-bilhoes-em-janeiro>>

político e midiático, atingindo recordes a cada ano. Conforme Cristiane Campos (2011) sinaliza:

O avanço do agronegócio pode ser constatado a partir de vários enfoques, entre os quais o aumento da produção/productividade e da área plantada com produtos de exportação, o crescimento da participação do agronegócio no PIB brasileiro que já ultrapassa os 30%, pela crescente mecanização e tecnificação dos processos produtivos no campo, pelo aumento da integração entre os capitais agropecuários industriais-financeiros, bem como pela ampliação das cadeias produtivas agroalimentares e de insumos sob controle de conglomerados econômicos, via de regra multinacionais, que dominam parcelas cada vez mais significativas dos mercados em que atuam (Campos, 2011, p. 101).

Shiva (2003), já vinha alertando sobre o apoio das mídias corroborando para a formação e fortalecimento das monoculturas pelo mundo. Ideologia que naturaliza os impactos desse meio de produção agrícola convencional e o sinaliza como único caminho possível de reprodução, enquanto sociedade. Sobre esse processo, Medeiros (2021) explica:

Entretanto, essa mesma propaganda esconde o que está por trás desse “agro”: desmatamento, assassinatos, agrotóxicos, queimadas, entre outras coisas. Além disso, as populações camponesas, ribeirinhas, indígenas, quilombolas são as que mais sofrem com esse avanço desenfreado do agronegócio nas suas terras de direito. Nas cidades, quem sofre são as populações mais pobres com inflações e instabilidade dos preços de alimentos básicos (Medeiros, 2021, p. 57)

Tornar a sociedade dependente das mercadorias produzidas pelo agronegócio, por meio do processo de expropriação, tem sido uma máquina de produção de fome e desigualdades. O acesso a alimentos saudáveis, produzidos por camponeses, já não faz parte da realidade de muitos na cidade, bem como a possibilidade da compra regular de mercadorias do agronegócio (Figura 08). A fome tem encontrado o cenário perfeito para sua reprodução.

Figura 08 - Charge criticando a falta de acesso a alimentos



Fonte: Ivan Cabral, 2008.

Peneluc (2016) faz algumas considerações sobre esse sistema alimentar:

O agronegócio não se guia e nunca teve como propósito o extermínio da fome global. O estado de insegurança alimentar é um sintoma grave de um modelo que não possui e não suporta a distribuição equitativa de recursos. Isto porque o próprio conceito de distribuição equitativa é contraditório à concepção produtiva do modelo capitalista, tornando-o inviável. A terra e todos os recursos dela provenientes são capitais, os quais, na medida em que são alterados, por meio do trabalho humano objetivado, passam a estar dotados de mais-valor. Este, ao entrar no mercado passa a ser uma mercadoria, um valor de troca. Desta advém o lucro, ou seja, da mais-valia incutida na mercadoria, mais valia só materializada por meio da relação de exploração do trabalho no campo (Peneluc, 2016, p. 15).

O processo em que transforma alimento em mercadoria é uma das piores violências desse mundo. Os alimentos entram nos nossos corpos, nos mantêm vivos, dita nosso tempo de duração na terra. Sua composição foi comprometida em prol do lucro, da ganância de uma pequena parte da população mundial. Mitidiero Junior, Marco Antônio e Yamila Goldfarb (2021) fazem as seguintes perguntas sobre esses aspectos:

O Agro nacional, segmento da economia que se coloca como possível responsável pelo fim da fome no mundo, assiste nos últimos anos ao crescimento exponencial da fome em território brasileiro. O Agro mata a fome do mundo, mas cria fome no Brasil? Como explicar essa realidade dramática à nossa população? (Mitidiero e Goldfarb, 2021, p. 9).

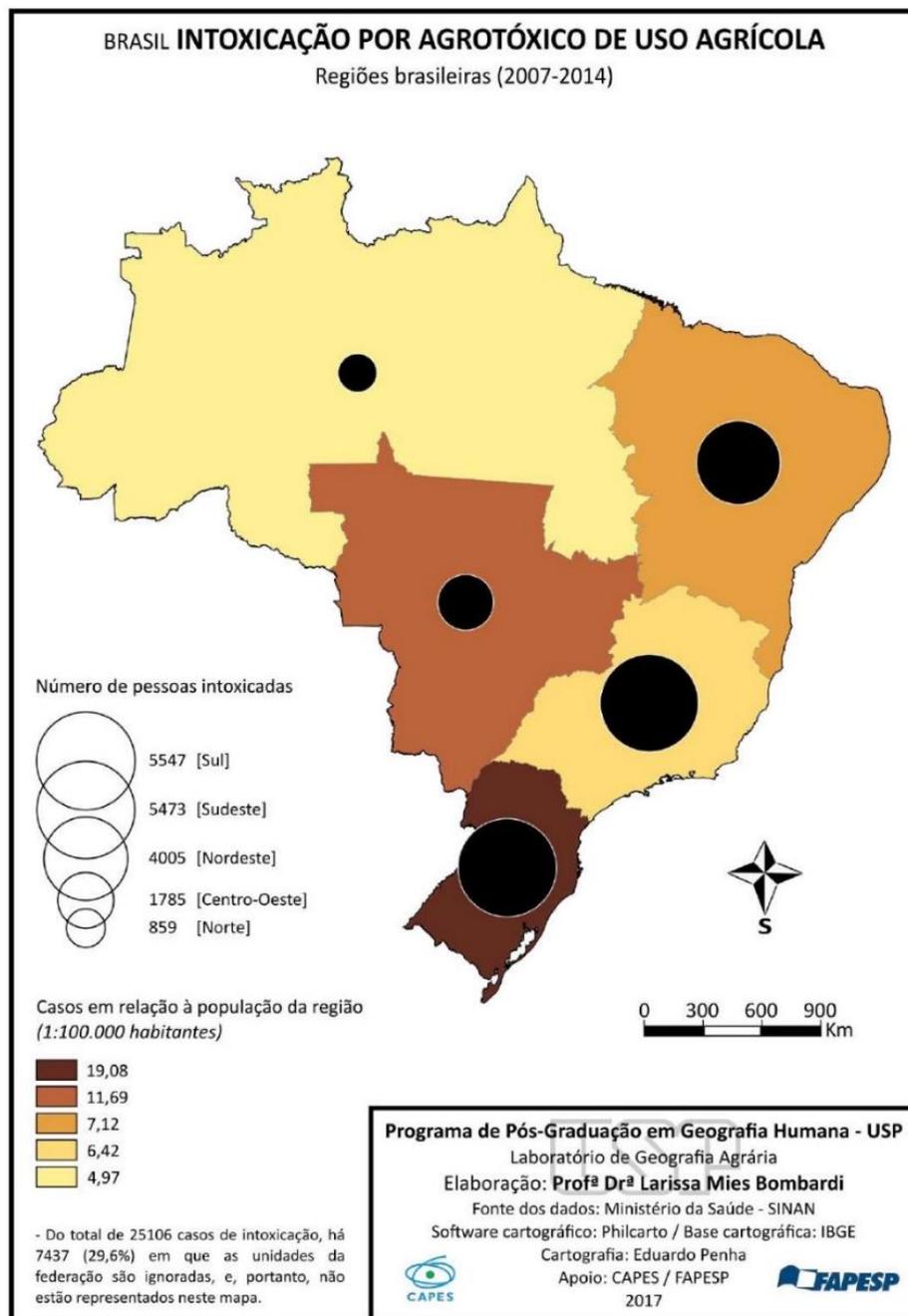
O Agro tem se revelado contraditório para a população, principalmente depois da pandemia, onde seus impactos foram sentidos de maneira mais intensa, não conseguindo manter sua propaganda enganosa falando sobre a importância de seus produtos, bem como, a geração de empregos. Liara Medeiros e Mônica Pereira (2022) denunciam:

(...) Esse panorama do agronegócio se torna cada vez mais visível, uma vez que seu crescimento acontece de forma rápida e corriqueira. Mesmo com uma adversidade do tamanho de uma pandemia global, o setor se manteve numa crescente (Medeiros e Pereira, 2022: p.11).

Sobre a questão da contaminação por agrotóxico promovidas pelo Agronegócio, a pesquisadora Larissa Bombardi identificou que o Brasil consome 20% de todo agrotóxico comercializado no mundo. “O consumo do total de agrotóxicos no Brasil saltou de cerca de 170.000 toneladas no ano 2000 para 500.000 toneladas em 2014, ou seja, um aumento de 135% em um período de apenas 15 anos” (Bombardi, Larissa Mies, 2017, p. 33).

No mapa abaixo (Figura 09) desenvolvido pela pesquisadora, podemos observar o elevado índice de contaminação na região Nordeste:

Figura 09 – Contaminação por Agrotóxico nas regiões brasileiras



Quando comparada com outras regiões o nordeste fica em 3º lugar, no quesito de número de pessoas intoxicadas, ficando atrás apenas de Sul e Sudeste em 2014. A intoxicação ela pode ocorrer de duas formas distintas: direta e indireta. A direta é essa identificada no mapa, já a indireta é bem mais difícil de ser identificada. Pois ela ocorre ao longo do tempo pelo consumo desses alimentos venenados. O consumo a longo prazo traz

vários malefícios para o consumidor, podendo desenvolver diversas doenças ao longo e no final da vida. A alimentação saudável não tem sido encontrada na mesa da população, sendo assim, negado o direito básico a alimentação, garantida pela constituição de 1988, onde garante:

Em seu art. 6º, o direito à alimentação, como um dos direitos sociais: Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição (Brasil, 1988).

Embora a constituição se apresente dessa forma na teoria, a população negra das cidades nunca teve essa garantia na prática. Esse direito não lhe foi dado, bem como, possibilidades e meios para obtê-los. No campo, essa garantia vinha dos sistemas produtivos tradicionais de base camponesa, que foram sendo retidos, dificultando o acesso a essa alimentação.

As informações do mapa acima (figura 09) tiveram como referência informações disponibilizadas pelo ministério da saúde entre 2007 e 2014, na qual, havia indicador de baixa contaminação na região Centro-oeste em relação as regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Essa realidade pode ter sofrido várias mudanças devido o contexto econômico atual dessa região. O Centro-Oeste registrou taxa anual de crescimento de 1,2 % entre 2010 e 2022 (IBGE 2010, 2022), ou seja, mais que o dobro da média nacional de 0,52%, atingindo a maior taxa de crescimento populacional dos últimos 12 anos. Esse crescimento pode ser explicado pelo avanço do agronegócio brasileiro que tem impulsionado o desenvolvimento econômico do país nos últimos anos, gerando um emprego de mão-de-obra especializadas, atraindo cada vez mais a população para essas áreas.

O avanço desse sistema teve a contribuição política do país, que priorizou e financiando e expansão desse meio produtivo através da aprovação e implementação de políticas neoliberais, principalmente após o golpe de 2016. Com isso, a tendência é que as novas informações geradas sobre o atual estágio de contaminação por agrotóxicos nessa região, indique um aumento expressivo desse número ocasionado pelo avanço desse sistema sobre esses espaços.

Ainda sobre o contexto político do país (especificamente durante o governo Bolsonaro) nos últimos anos, a frente negacionista brasileira contestou os números da Pandemia da Covid-19 e o aumento do desmatamento no país. A pesquisa realizada por entidades, órgãos

competentes e de prestígios, foram contestadas sem nenhuma prova ou evidência pelos parlamentares.

Em junho de 2022, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN) disponibilizou o resultado do estudo do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN, 2022). Esse estudo realizou entrevistas em 577 diferentes municípios, sendo englobado cerca de 12.745 domicílios, realizada entre novembro de 2021 e abril de 2022, tendo como base a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, adotada pelo IBGE.

A pesquisa investigou a insegurança alimentar no Brasil, tendo como classificação três níveis distintos - grave, moderada e leve. O nível grave acontece quando as pessoas do domicílio convivem com a fome dentro de casa. A moderada seria quando a quantidade de alimentos do domicílio não tem sido suficiente para todos os moradores. Já a leve é quando há uma redução no consumo de alimentos para que ele não falte futuramente.

Embora a Rede PENSSAN considere a fome apenas quando o nível de insegurança alimentar é grave, compreendemos que, independentemente do nível, a insegurança alimentar é uma nova face da fome no país. Se uma família não ingere a quantidade necessária de sais minerais, proteínas e vitaminas necessários por meio de uma alimentação saudável e nutritiva, seu corpo convive com a fome.

Inúmeras vezes o nome de vários fenômenos é alterado para “minimizar” seus efeitos acerca da percepção das pessoas, ou seja, é bem menos impactante quando falamos que 31,1 milhões de pessoas vivem em insegurança alimentar (Rede PENSSAN, 2022) no país, do que falar desse mesmo número de pessoas passam fome.

Para entender melhor o conceito de insegurança alimentar é preciso entender alguns aspectos antes. O termo de Segurança alimentar é bem antigo, precisamente do período pós primeira guerra mundial (1914-1918) quando a situação de miséria e fome atingia os países europeus. A primeira definição do conceito de Segurança Alimentar foi apresentada na Conferência Mundial de Alimentação da FAO (World Food Conference) em 1974, sendo definida como a realização do direito de todos de acesso regular e permanente de alimentos. Dessa forma, a insegurança alimentar seria o contrário, ou seja, esse não acesso regular e permanente a alimentação. Muitas pesquisas separam fome (falta total de alimentos) de insegurança alimentar (falta de acesso regular e permanente de alimentos) e isso tem sido

contestado pela comunidade científica presentes em encontro, congressos, seminários e eventos no campo da Agroecologia e Geografia.

A pesquisa da Rede PENSSAN divide o termo de insegurança alimentar em três tipos (Tabela 04):

Tabela 04 - Os diferentes níveis de insegurança alimentar no Brasil em 2022

Nível da IS	Quantidade de pessoas atingidas
Leve	59,7 milhões de pessoas
Moderada	32,3 milhões
Grave	33,1 milhões

Fonte: Rede PENSSAN, 2022

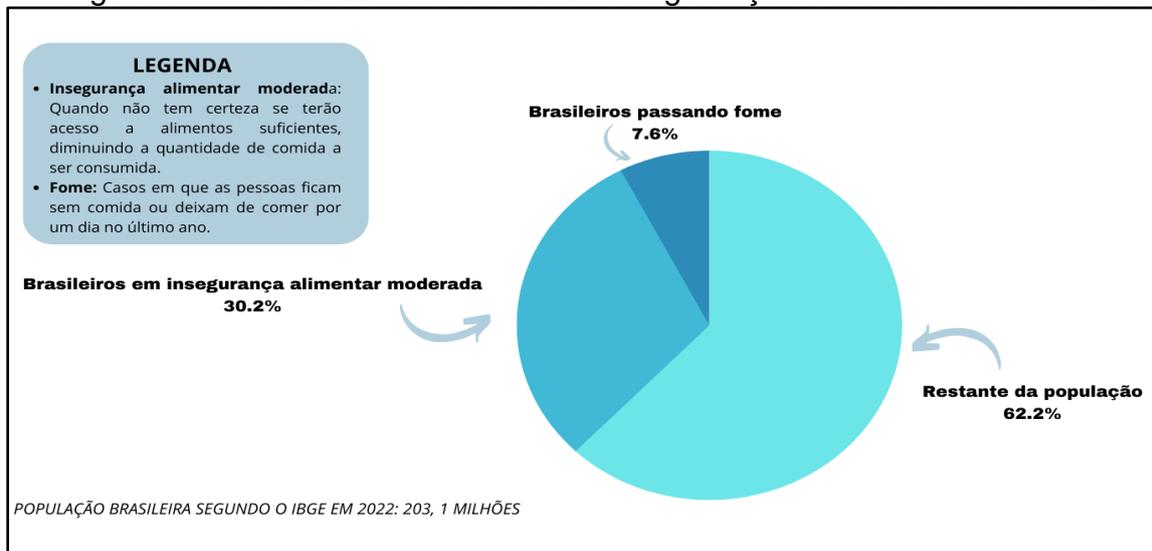
Embora a pesquisa da Rede PENSSAN tenha se baseado no prognóstico de 2021 do IBGE, que apontava que o país teria ao menos 213 milhões de habitantes para realização da pesquisa, é possível calcular aproximadamente quantos porcentos da população brasileira sofre com esse fenômeno com base no número populacional atual (IBGE, 2022) - 203.062.512 brasileiros. Nesse caso, considerando a quantidade atual da população, em relação a quantidade que vivem em situação de fome (125 milhões), mais da metade da população convive com esse fenômeno constantemente (61,5%).

Em 2022, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) publicou um relatório sobre o panorama da insegurança alimentar e da nutrição no mundo. Esse estudo traz números relacionados à fome no Brasil, entre 2019 e 2021, possibilitando a comparação com o triênio de 2014 a 2016. Diferentemente da Rede PENSSAN, a FAO considera apenas dois níveis de insegurança alimentar, que seria a moderada e a grave, ou seja, o nível leve não existe. A insegurança alimentar moderada acontece quando as pessoas do domicílio não têm certeza se terão acesso a alimentos suficientes, diminuindo a quantidade de comida a ser consumida. Já o nível grave se aplica aos casos em que as pessoas ficam sem comida ou deixam de comer por um dia no último ano. Trata-se de um quadro mais severo, mais diretamente associado à ideia de fome.

Segundo a FAO (2022), quase quadruplicou o número de pessoas no Brasil com insegurança alimentar grave entre os anos de 2019 e 2021 em relação ao período de 2014 a

2016. Entre 2019 e 2021 o número de pessoas passando fome no Brasil era de 15,4 milhões (FAO, 2022). Os brasileiros em insegurança alimentar moderada entre 2019 e 2021, contabilizavam 61,3 milhões no país. Esses dados podem ser mais bem compreendidos e comparados na figura abaixo (Figura 10):

Figura 10 - FAO 2022 - Panorama da insegurança alimentar e fome no Brasil



Fonte: Costa, 2024, sistematização de dados da FAO de 2022.

Diferente dos dados da Rede PENSSAN, para a FAO, apenas 37,8% dos brasileiros estavam tendo dificuldade de se alimentar no país em 2022. Um número bem menor quando comparado com outras pesquisas, isso porque normalmente os órgãos internacionais não consideram a insegurança alimentar leve/indireta presente entre a população, aquela em que as pessoas dos domicílios reduzem a quantidade de alimentos, passando a ter um regime alimentar pobre em nutrientes e pouco diversificado.

Seguindo essa temática, o Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, também publicou um estudo “Insegurança Alimentar no Brasil, intitulado de “Pandemia, Tendências e Comparações Globais”, trazendo dados da fome no país em 2021. Os dados da pesquisa revelam que 36% dos brasileiros estão com insegurança alimentar em 2021. Esse fenômeno tem sido tema bastante explorado durante a pandemia de 2020, é um dos desdobramentos da fome, enxergamos esse desdobramento como um processo de forma indireta, silenciosa, mas que não deixa de existir. Ela pode até não matar rapidamente ou

diretamente - muitas vezes sim - mas contribui para o desenvolvimento de várias patologias por meio da desnutrição, da falta e da má qualidade dos alimentos.

Quando o ser humano não tem acesso a uma alimentação saudável e diversificada, seu organismo passa *fome*. Necessitando de determinados elementos para se manter saudável e não suscetível a doenças. Dessa forma, se grande parte da população brasileira, não está tendo segurança ao se alimentar, ela está passando *fome*. Esse fenômeno tem sua denominação modificada, mas no final o processo é o mesmo, mas com características diferentes.

Josué de Castro, na década de 1950, desconsiderava a grande ingestão de alimentos com poucos nutrientes como características de uma alimentação saudável e nutritiva. A monotonia alimentar atual, causada pela padronização alimentar que o sistema moderno de produção oferece, é fonte de fome para nossos organismos por meio do empobrecimento nutricional dos alimentos. Esse empobrecimento vem sendo considerado dentro de pesquisas, revelando uma manipulação da atual situação de fome no mundo. Ter acesso a mercadorias ultraprocessadas e cheias de agrotóxicos não mata a fome da população. Dessa forma, o acesso regular de mercadoria, não deveria ser marcador de alimentação saudável e adequada.

Carolina Maria de Jesus (1960) descreve a fome enquanto algo inventado pelos que comem. Seriam aquelas pessoas que têm suas vivências marcadas por privilégio, que ajudam a manter as raízes coloniais pulsando em nossas veias? Aquelas que ocupam espaços de poder e decisão dentro da sociedade? A autora em seus diários clamava “que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam felizes” (Jesus, 2020, p. 35), denunciando o estado de subalternidade da população negra promovida pela branquitude, impedindo de ser felizes, ao nos deixar “[...] predestinados a morrermos de fome” (Ibid, 2020, p.13).

Desse modo, a fome é produto de um sistema que até hoje mantém sua organização social a partir da diferenciação das raças. Castigando a população negra, mantendo-as na base da sociedade, não as deixando ascender economicamente e, conseqüentemente, as impedindo de acessar os direitos básicos garantidos pela Constituição Federal. Quando afirmamos que a fome tem cor, conforme dados da Rede PENSSAN (2022), não é no sentido metafórico, ela literalmente se expande em lugares pretos e periféricos.

Castro (1952)⁴² comenta que embora o sertão nordestino fosse desprovido de certos recursos que auxiliam a alimentação na década de 1950, tinha um índice de fome menor do que a área do Nordeste açucareiro. Com chuvas regulares e solo fértil, nossas áreas litorâneas foram, desde séculos atrás, para cana de açúcar.

Na zona da mata, sobre o processo de concentração fundiária promovido pela indústria da cana de açúcar, Andrade (1980) fala que:

As usinas, ao serem instaladas, dispunham de máquinas com capacidade de esmagamento superior a capacidade de produção – dentro das condições técnicas então dominantes – dos engenhos a ela vinculados, e tratavam de adquirir mais terras para atender a fome de canas de suas moendas (Andrade, 1980, p. 97).

Essa fome que o autor cita, traz o desejo insaciável dos grandes ruralistas dessa área, em lucrar cada vez mais, em cima da produção de matéria-prima, que tem sua cadeia de produção estruturada sob a exploração da terra e do trabalhador. A fome de cana não era das moendas, mas sim das elites da zona da mata de Pernambuco que produzia fortuna em cima da desgraça do povo nordestino.

O avanço das máquinas dentro desse sistema de produção, causava prejuízos para os pequenos produtores, sendo obrigados a abandonar suas lavouras para se tornar trabalhadores dos engenhos e usinas. Braga (2012), expõem que foram a lutas desses trabalhadores, espoliados pelo sistema de latifúndio que deu origem à conhecida conquista dos moradores do engenho da Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão em Pernambuco, responsáveis por realizar a primeira expropriação de terras por meio da permanência nelas. Ele ainda sinaliza que essa luta foi importante por simbolizar a luta nacional dos trabalhadores do campo, na época, contra a exploração do trabalho rural, dando origem ao que conhecemos por ligas camponesas.

Posto isso, a produção de cana-de-açúcar nunca foi direcionada para alimentar a população, visto que essa matéria prima era exportada para outros países, além de não conjugar com plantio de policultivos para alimentação da população e sufocar outras formas de plantio, que tinha como intuito a reprodução da vida.

⁴² Em: Castro, Josué, and J. Carvalho Branco. *Geografia da fome*. Casa do Estudante do Brasil, 1952.

Voltando para o texto de Josué de Castro, comparando com várias pesquisas recentes no Brasil, revela-se que essa problemática da fome nunca foi sanada totalmente, ganhando força, posteriormente, com o avanço da tecnologia no campo. É importante sinalizar que, embora muitos trabalhos tragam a fome como um fenômeno posterior à Revolução Verde, ela vem de um período bem mais antigo. Considerando o contexto urbano brasileiro, após a implementação da Lei de Terras e o fim da escravidão, não havia terra para plantar, e oportunidade de ascensão econômica, o destino sempre levava o povo preto para o regime de subserviência. A liberdade de 1888 significava estarem libertos para continuar dependendo e servindo à branquitude.

Sobre a fome na pandemia, o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil da Rede PENSSAN (2022) revela que de 10 domicílios brasileiros, apenas 4 viviam em condição de segurança alimentar, o aumento da Insegurança alimentar foi de 7,2% em comparação com 2020, e de 60% em relação a 2018. As políticas públicas de combate à extrema pobreza desenvolvida entre 2003 e 2013 foram perdendo forças de 2016 a 2022. O Governo de Michel Temer e Jair Bolsonaro não tinham como prioridade a valorização do salário-mínimo, a avanço de direitos trabalhistas e previdenciários, a expansão de políticas voltadas para agricultura familiar camponesas.

O período de governo do Partido dos Trabalhadores (Lula e Dilma) e após o golpe de 2016 com o governo Temer teve como marca a alterações de interesses, discursos e valores. Deixando de lado um projeto de implementação e fortalecimento de políticas voltadas para o combate à fome e extrema pobreza nos governos Lula e Dilma, para um projeto de fortalecimento de políticas neoliberais. Em uma de suas primeiras medidas, Michel Temer (presidente do Brasil de 2016 a 2018) extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), bem como demonstrou interesses de aprovação da Lei nº 6.299/02, que flexibilizava a legislação de agrotóxicos. A aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, (Teto de Gastos) também representou um retrocesso para a população visto que se limitando os gastos do governo federal, impactando diversas políticas já implementadas e consolidadas nos governos anteriores.

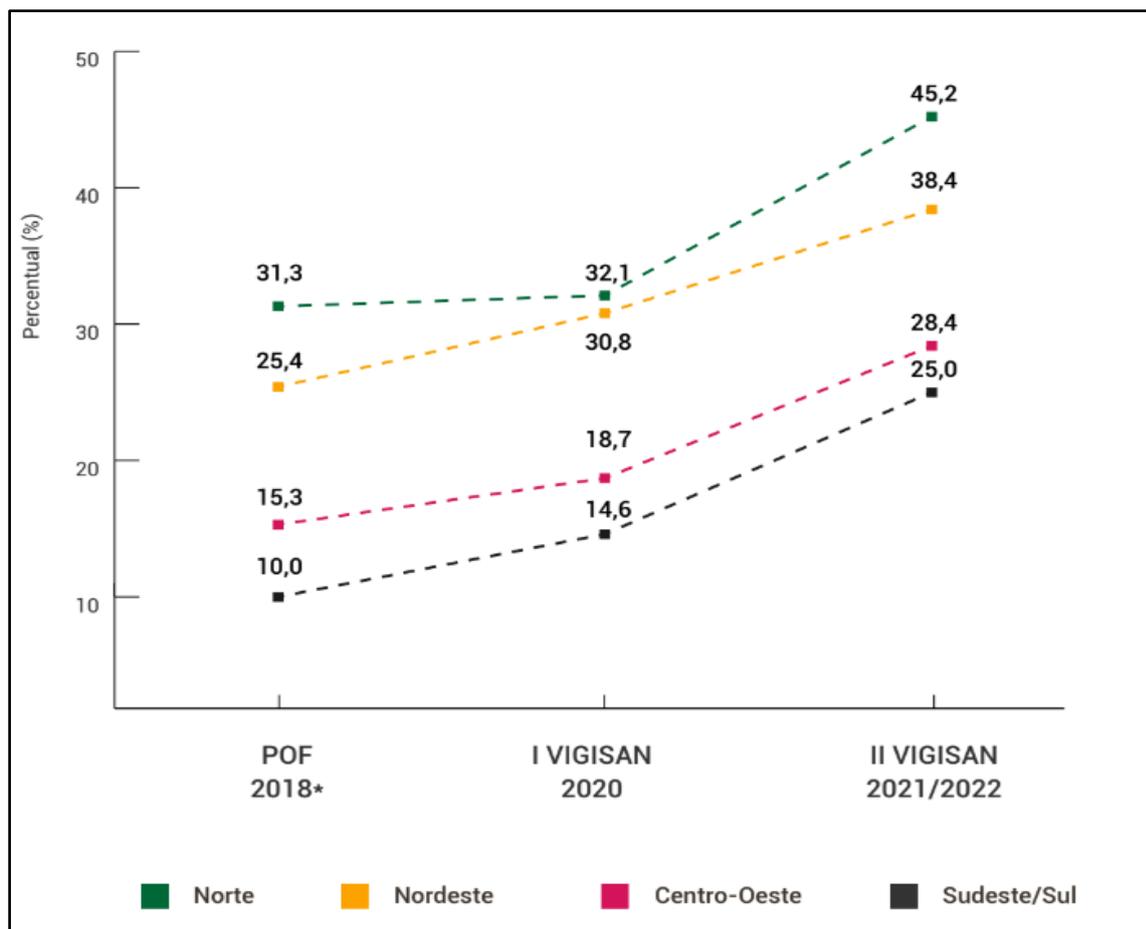
Em 2019 Jair Messias Bolsonaro, presidente eleito em 2018 extinguiu o CONSEA e entre outras políticas públicas através da Medida Provisória nº 870/2019, modificada pela Lei 13.844/2019, causando um maior esgotamento de políticas de SAN, além de fortalecer e investir na agricultura do agronegócio. A implementação dessa medida desorganizou

nacionalmente a coordenação das políticas voltadas para o combate à fome em um período delicado onde a taxa da população em extrema pobreza aumentava consideravelmente. O Programa de Ativação de Alimentos (PAA) nos últimos 8 anos teve uma queda de 95% na comercialização de alimentos advindos da agricultura familiar (Brasil de Fato, 2020). O jornal mostra que no ano de 2012, foram produzidas 297 mil toneladas de alimentos comercializados, em contrapartida, em 2019, apenas 14 mil toneladas foram produzidas e comercializadas.

Já no governo de Bolsonaro, através da Medida Provisória (MP) nº 1.061 de agosto de 2021, o Programa Bolsa Família foi substituído pelo programa “Auxílio Brasil”, tendo como proposta pagar aos beneficiários um valor de R\$ 400 mensais. Esse no Auxílio Brasil surgiu com muitas incertezas em relação a valores e definição de onde seria a fonte desse financiamento, tendo a possibilidade de ultrapassar o “Teto de Gastos”. O Programa não era permanente, com seu prazo de validade até o final de 2022. É possível acreditar que essa manobra de substituição tinha como finalidade extinguir o Bolsa Família, implementado a quase duas décadas atrás, já que, o novo programa social tinha um prazo de validade bem curto e se manteria apenas durante os primeiros anos da pandemia.

Chegamos em 2020, com um sistema de proteção social desregulado e sucateado, incapaz de amenizar os impactos causados pelo vírus, favorecendo a expansão de mortes, miséria e fome nos lares brasileiros, apresentando-se de maneira diferenciada em determinados espaços. Por exemplo a fome foi vista de mais de perto nas regiões Norte e Nordeste, sendo as áreas mais castigadas do país durante a pandemia (Rede PENSSAN, 2022). Abaixo (Figura 11) é possível observar a comparação das porcentagens do nível de Insegurança alimentar entre os anos de 2018, 2020 e 2021/2022.

Figura 11 - Evolução (em%) da estimativa da insegurança Alimentar moderada + grave, segundo as macrorregiões do Brasil, entre os inquéritos nacionais de 2018 (POF), o I VIGISAN, de 2020 e o II VIGISAN, de 2022). II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, no Brasil, 2021/2022



Fonte: Rede PENSSAN, 2022.

Os dados mostram que em 2018, o Norte tinha o triplo de pessoas em Insegurança alimentar quando comparado com Sudeste/Sul. Já o Nordeste tinha mais do dobro de pessoas nesse mesmo regime, quando comparado com essa mesma região (Sudeste/Sul). Em 2022 esse número só aumentou ainda mais remontando o regime de fome presente no norte e nordeste.

Além das regiões, a pesquisa revela que a fome tem cor e gênero. Ela está presente com mais intensidade nos domicílios com responsáveis de raça/cor preta/parda, atingindo principalmente mulheres e crianças. O inquérito da rede PENSSAN de 2022 nos proporcionou também observar que a Segurança Alimentar/SA foi mais expressiva nos domicílios chefiados por pessoas brancas. Bem como, a Insegurança alimentar/IS moderada e grave são

realidades encontradas, frequentemente em lares chefiados por pessoas negras, como podemos comprovar com os dados abaixo (Tabela 05).

Tabela 05 - Percentual de domicílios segundo condições de Segurança Alimentar (SA) e níveis de Insegurança Alimentar (IA), por sexo e raça/cor autodeclarada da pessoa de referência, Brasil. II VIGISAN - SA/IS e Covis-19, Brasil, 2021/2022

Sexo ¹	Raça/cor autodeclarada ^{1,2}	SA (%)	IA leve (%)	IA moderada (%)	IA grave (%)	n
Mulher	Branca	47,5	26,0	13,0	13,5	1.737
	Negra	30,1	28,2	19,7	22,0	4.236
Homem	Branco	58,3	25,8	8,1	7,8	1.815
	Negro	39,7	30,2	15,8	14,3	4.341

¹ Informação da pessoa de referência do domicílio. n = número de domicílios na categoria.
² As diferenças nas prevalências de SA/IA foram significativas entre as categorias de raça/cor autodeclaradas para mulheres (p-valor < 0,001) e homens (p-valor < 0,001).

Fonte: Rede PENSSAN, 2022.

Os números nos mostram o fato ser mulher não nos equipara igualmente enquanto grupo. Historicamente as mulheres brancas e negras tem ocupado lugares diferentes na sociedade brasileira, isso reflete como suas realidades têm particularidades que as impedem de estarem no mesmo lugar. Sua cor, a forma como os seus descendentes foram desprovidos de privilégios e oportunidades, vai influenciar se ela terá acesso ou não a uma alimentação saudável.

Sueli Carneiro (2013) faz uma reflexão sobre a história dessas mulheres, ela relembra a luta contra o mito da fragilidade feminina que durante muito tempo serviu como base para justificar a proteção paternalista dos homens sobre elas. Sueli então questiona quem são essas mulheres frágeis que esse discurso fala? As mulheres negras nunca foram reconhecidas como tal, dessa forma:

“fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados (Ibid, p.2).

As lutas atuais do feminismo hegemônico que não considera a realidade da mulher negra em suas pautas, não é suficiente para acolher e fortalecer politicamente todas. É válido sempre se perguntar, quando a pauta é feminismo e alimentação, estamos considerando a vivência da mulher preta que faz “das tripas coração”⁴³ para alimentar seus filhos e filhas, mas que mesmo assim, não consegue sair da situação de vulnerabilidade alimentar?

Entendo que gênero e raça não podem ser analisados separadamente, sem haver uma intersecção sobre as diferentes realidades, conforme destaca Akotirene (2019). O racismo, assim como o sexismo, no contexto brasileiro, cruzam-se nos processos de análise de dados, desenvolvendo uma compreensão mais profunda das expressões das desigualdades e iniquidades presentes na sociedade. Ambos são eixos estruturantes da formação social, econômica, cultural e histórica brasileira (Almeida, 2019).

Quando investigamos o grau de insegurança alimentar - leve, moderada e grave - observamos que essas condições são maiores em lares chefiados por mulheres negras, seguidas de famílias chefiados por homens negros, mulheres brancas, homens brancos, respectivamente (Rede PENSSAN, 2022). As famílias negras em situação de desemprego ou trabalho informal, quando comparadas com os domicílios comandados por pessoas brancas na mesma condição, apresentaram taxas mais elevadas de Insegurança alimentar moderada e grave e mais baixa de Segurança Alimentar. Ter crianças menores de 10 anos também foi outro fator observado, a Insegurança Alimentar grave nesses lares é de 23,8% (Rede PENSSAN, 2023). Minha mãe, por exemplo, está claramente nesse perfil, lidava com a fome em seus diferentes graus, trabalhando em casa de família, ganhando um salário-mínimo que era usado para pagar luz, água, aluguel, alimentação para ela, eu e minha irmãs. Além de roupas, calçados, materiais escolares... Na época conhecimento sobre essas questões, mas hoje eu fico me questionando de como ela e muitas outras conseguiram.

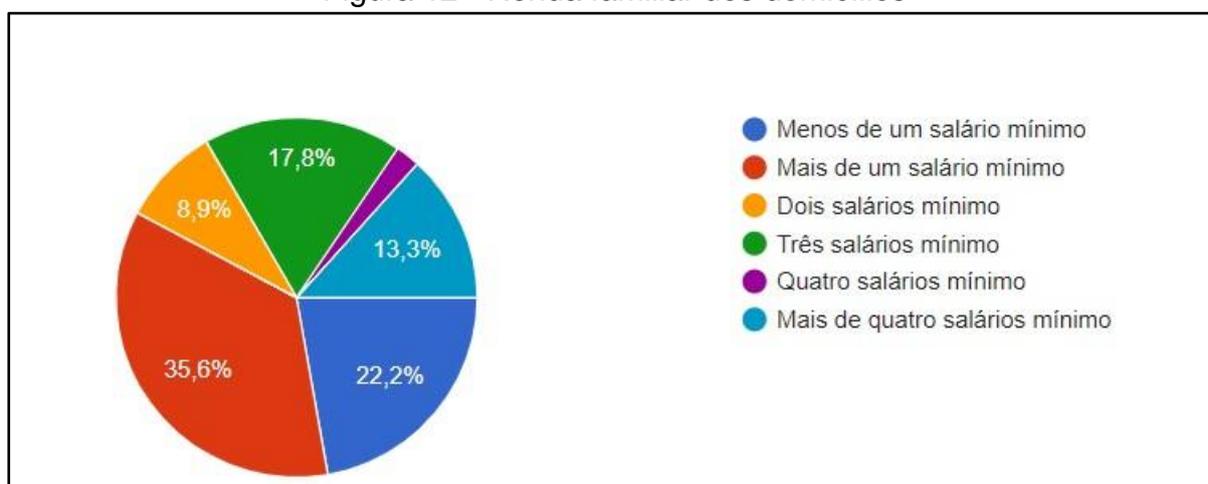
A partir disso, buscou-se identificar as principais características dos domicílios em Camaragibe/PE para entender como elas conseguiram amenizar e driblar a fome durante a pandemia. Dessa forma, entre junho e agosto de 2022, foi disponibilizado um questionário eletrônico via Whatsapp e Instagram, com 33 perguntas fechadas destinadas a mulheres negras moradoras do município de Camaragibe, chefes de família que se mantiveram na linha

⁴³ Frase que minha mãe usava para representar o esforço feito para realizar ou conseguir algo.

contra a fome durante a pandemia da Covid-19, conforme anteriormente detalhado na metodologia.

Sendo os dados recolhidos pelo questionário, identificou-se como responsável por gestar e cuidar do lar, na maioria dos lares, as mulheres (71,1%). Ao todo 45 pessoas de diferentes bairros do município responderam ao questionário eletrônico disponibilizado pelas redes sociais. Alguns dos bairros contemplados com a pesquisa foram o bairro do Vera Cruz, Bairro Novo, Jardim Primavera, Nazaré, Santana, Timbí. Tendo uma renda familiar abaixo de três salários-mínimos (Figura 12), durante a Pandemia da Covid-19, 35,6% dos domicílios identificados por meio dos questionários, tiveram pelo menos uma ou mais pessoas que perderam o emprego durante esse período.

Figura 12 - Renda familiar dos domicílios



Fonte: Costa, 2024.

Estar ou não desempregado é um fator primordial para determinar o grau de insegurança alimentar dentro dos domicílios devido ao aumento do desemprego ocasionado pela crise econômica instaurada durante o período. O gráfico revela que mais da metade (66,7%) dos entrevistados, vivem com uma renda de até dois salários-mínimos. Valor bastante simbólico quando comparado aos gastos existentes para a vida na cidade, em termos de moradia, alimentação, obtenção de serviços e outras mercadorias.

Cerca de 68,9% das residenciais contempladas pela pesquisa, tiveram sua renda reduzida depois de 2020 devido à crise econômica decorrente da pandemia. A falta de emprego suficiente por meio do avanço da pandemia, associado com o aumento da inflação e total descontrole das medidas adotadas pelo governo Bolsonaro (2019 a 2022), resultou numa

maior vulnerabilidade econômica, interferindo diretamente no regime alimentar, intensificando problemáticas estruturais, como é o caso da fome.

Embora os questionários não tenham sido destinados especificamente para mulheres negras, 84, 5% das respostas foram respondidas por esse público. Na medida em que as mulheres depositavam suas respostas, elas iam compartilhando esse material com mulheres que também estavam em situação de vulnerabilidade alimentar, revelando que a questão racial é determinante no quesito de aquisição e acesso a alimentos na cidade. Na tabela abaixo podemos observar mais características dos domicílios entrevistados (Tabela 06).

Tabela 06 - Características do perfil dos domicílios de Camaragibe registrado pelo questionário

Características gerais	
Sobre o domicílio	<ol style="list-style-type: none"> 1. 42,2% eram abastecidos pela Companhia Pernambucana de Saneamento/Compesa e 57,8 % não eram; 2. 82,2 % tinham acesso a água potável diariamente e 17,8% não tinham.
Na pandemia	<ol style="list-style-type: none"> 1. 26, 7% tinham pessoas desempregadas (a) no domicílio; 2. 66,7% dos domicílios tinham pessoas que foram beneficiadas pelo Cadastro Único do Governo Federal. 3. 73,3% dos domicílios cortaram gastos com despesas essenciais durante a Pandemia; 4. 60% dos domicílios tiveram preocupação se os alimentos iam acabar antes de poder comprar ou receber comida novamente durante a Pandemia; 5. 33,3% dos domicílios ficaram sem alimentos antes de conseguir meios para comprar novamente; 6. 44,4% dos domicílios não tiveram acesso a uma alimentação saudável e diversificada; 7. 15,6 % dos domicílios tiveram pessoas que deixaram de fazer alguma das refeições porque tinham pouca comida; 8. 31,1% dos domicílios comeram menos do que deveria porque não tinha mais dinheiro para comprar comida; 9. 28,9% dos domicílios precisaram de ajuda de alguma instituição/família/igreja/parentes/amigos para se alimentar durante a pandemia; 10. 64,4% compraram alimentos em supermercados e ou mercadinhos, 33,3 % optaram por comprar frutas e verduras no Mercado Municipal de Camaragibe e apenas 2,2% compraram alimentos diretamente com o agricultor (a).
Agricultura familiar camponesa	<ol style="list-style-type: none"> 1. 15,6% dos domicílios tinham agricultores entre os familiares; 2. 71,1% dos domicílios tinham pessoas que já plantaram em algum momento de sua vida;

	3. 17,8% dos domicílios tinham algum tipo de plantação no quintal da residência.
--	--

Fonte: Costa, 2024.

Os dados de mulheres residentes em Camaragibe nos revelaram também que as políticas de auxílio para minimizar os impactos da pandemia realizada pelo Governo Federal não foram suficientes para amenizar os impactos da pandemia entre a população. Mesmo nos domicílios que tinham uma ou mais pessoas contempladas por essas políticas (66,7%), a insegurança alimentar aumentou consideravelmente.

Esses dados remontam que durante o período pandêmico a preocupação em reduzir o consumo de alimentos para que ele não faltasse futuramente, por não haver uma segurança sobre a possibilidade de comprá-lo novamente. Outra problemática seria a qualidade desses alimentos que a população estava tendo acesso nesse período e até mesmo antes dele. Alimentos vindos dos supermercados e feiras convencionais que comercializam alimentos adquiridos no CEASA/PE. Ter acesso a alimentos saudáveis e diversificados foi privilégios de alguns e isso explica muito crise alimentícia não só presente em Camaragibe, mas no país inteiro. A falta de emprego e autonomia alimentar presente no município tornou parte da população dependente de ajudas de instituições e terceiros para conseguir se alimentar na pandemia - 28,9% dos domicílios entrevistados precisaram de ajuda de alguma instituição/família/igreja/parentes/amigos para se alimentar na pandemia.

Portanto, identificamos que a agricultura familiar, embora tenha diminuído, ainda se torna presente na memória de quem não tem terra para plantar (15,6% dos domicílios tinham agricultores entre os familiares) nos quintais das residências e até mesmo nos pouco roçados ainda existente como forma de resistência ao avanço da lógica capitalista empresarial na área.

Desemprego, expansão da covid-19, a falta de alimentação saudável e diversificados, despesas com luz e água, e ao dormir, o sonho real de futuramente não ter o que comer, esteve presente nos lares entrevistados. Apesar do recurso do questionário não ter sido respondido por uma quantitativo grande da população do município, serviu para trazer algumas características das famílias do município de Camaragibe, sendo essa, a realidade de outros domicílios negros, de baixa renda.

É válido salientar que, em todos (100%) domicílios contemplados pelo questionário, alguém tinha ou conhecia alguém próximo que contraiu a doença durante a pandemia. De acordo com o Plano Municipal de Contingência COVID-19 – 2022, disponibilizado pela

prefeitura, até o dia 14 de fevereiro do ano de 2022, houve o registro de 8.900 casos de Covid-19 no município de Camaragibe, sendo 7.523 casos leves e 1.367 casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave, contabilizando 463 óbitos nos municípios. Devido à grande amplitude desses números, torna-se importante entender, como vem se dando o sistema convencional do agronegócio no campo, visto que esse corroborou para o surgimento e disseminação do vírus SARS-CoV-2, bem como, sinalizar quais as principais características nesse processo.

3. AGRONEGÓCIO, DOENÇAS INFECCIOSAS E A ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA

Movimentos sociais e a produção do conhecimento, por meio das ciências concordam que o planeta está a beira de um abismo ambiental com base nas mudanças climáticas, contaminações, poluição do ar, da água e erosão do solo.

Svampa (2020) reflete que:

É necessário abandonar o discurso de guerra e assumir as causas ambientais da pandemia, juntamente com as sanitárias, e também colocá-las na agenda política. Isso nos ajudaria a preparar positivamente para responder ao grande desafio da humanidade, a crise climática, e para pensar num grande pacto ecossocial e económico (Svampa, 2020, p.1-2).

A crise cada vez mais se intensifica por meio da exploração da natureza o mundo tem ignorado os sinais que o planeta tem mostrado para a humanidade. A agenda política do Brasil tem se mostrado a favor do avanço do agronegócio, buscando aumentar o Produto Interno Bruto do país, favorecendo o mercado privado mundial, bem como sua integração com a Organização Mundial do Comércio (OMC). Políticas de atração do capital financeiro internacional tem flexibilizado o avanço das transnacionais em solo brasileiro, sacrificando as florestas brasileiras, conforme Porto-Gonçalves (2006).

Rob Wallace (2020) esclarece que atualmente:

(...) fomos atingidos ao mesmo tempo por destruição do habitat, perda da biodiversidade, disfunção do ecossistema, emergência de doenças, esgotamentos de recursos, eutrofização, erosão dos solos, colapso oceânico, toxicidade ambiental, picos de demanda de energia e mudanças climáticas, o que ameaça muitas populações animais e vegetais das quais depende a sobrevivência da nossa espécie (Wallace, 2020, p. 321).

O embate entre o desenvolvimento progressiva e o movimento de preservação da biodiversidade, segundo Porto-Gonçalves (2006), criaram um meio termo que atendia as demandas entre os dois paralelos, dando origem ao que conhecemos atualmente por desenvolvimento sustentável. Essa ideia de sustentabilidade tem sido ferramenta de naturalização dos impactos do desenvolvimento capitalista.

O desenvolvimento vem ganhando rótulos sem alterar o projeto em si, conforme bem ressalta Mônica Cox de B. Pereira (2005):

E a noção de desenvolvimento sustentável merece críticas, porque não se vem configurando um novo estilo de desenvolvimento, com mudanças de projeto. Qualificar o desenvolvimento de sustentável vem mudar, para não mudar, simulando e maquiando o mesmo projeto de desenvolvimento dominante (Pereira, 2005, p. 2).

Os povos tradicionais juntamente com os movimentos sociais têm rejeitado essa ideia de sustentabilidade. O compromisso é ser anticapitalista e não fortalecer esse sistema. O capitalismo verde tem trazido temas como gestão ambiental sustentável como marketing para ocupar todos os espaços, integrando-se e flexibilizando-se a contemporaneidade – realidade onde há o afloramento das lutas por justiça social presente dentro da comunidade científica e nos movimentos sociais. Sobre essa sentença, Fred Tavares (2016) explica:

(...) produtos e marcas ecologicamente corretos, selos verdes, relatórios de sustentabilidade, balanços socioambientais, certificações ambientais e responsabilidade socioambiental massificam e liquefazem o aforismo da ideia de sustentabilidade, tornando o tema socioambiental um atrativo, uma mercadoria a ser consumida, na contemporaneidade (Tavares, 2016, p. 5).

Dessa forma, a natureza passada a ser modela ao sistema de consumo dentro do processo de desenvolvimento capitalista de maneira naturalizada e aceita, defendendo a tese que desenvolvimento/exploração pode andar junto a preservação ecológica. Nesse sentido, na medida em que a sociedade vai ser reformulando e se tornando mais resistente ao sistema do capital, o capitalismo também vai se modificando e flexibilizando sua forma de atuação para conseguir se reproduzir de novas formas, mas com pilares antigos de exploração.

3.1 A escravidão contemporânea e “modernização” do campo

“A fome é a escravatura atual” (Carolina Maria de Jesus, 1960)

O processo de desenvolvimento do espaço agrário no Brasil tem como marca a concentração fundiária, baseada em relações sociais e de poder estruturadas sobre a violência. Desde a década de 1970, que o desenvolvimento avança em direção ao campo, modificando totalmente as relações sociais e o modo de vida da população dessas áreas. Esse processo retificou o padrão de poder moderno-colonial do latifúndio, por meio de suas

monoculturas de exportação, bem como contribuiu para a manutenção da histórica violência de classe/étnico-racial, presente desde mais de 500 anos, de acordo com Porto-Gonçalves (2013).

Galeano (2010) nos lembra que a divisão internacional do trabalho faz com que alguns países se especializem em ganhar, já outros fazem o movimento contrário e se aperfeiçoam em perder. Essa divisão mantém os países que foram colonizados refém dos países considerados desenvolvidos. Os países condenados ao dito subdesenvolvimento, como o Brasil, continuam trabalhando para servir o outro, continuam existindo para sanar as necessidades do outro, atuando como fonte de alimentos, matérias-primas e reserva mineral que são destinados aos países ricos (Galeano, 2010).

Segundo o relatório “World Food and Agriculture” de 2021 da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Brasil está entre os três maiores países produtores de alimentos-mercadoria do mundo. A grande contradição, em relação a esses aspectos, é que, independentemente do aumento da produção desses produtos, a população brasileira ainda vive em situação de vulnerabilidade alimentar. Boa parte dessas mercadorias é voltada para a exportação, de acordo com o relatório da FAO, ou seja, essa produção não é destinada para alimentar os brasileiros, já que mais da metade da população vivem em vulnerabilidade alimentar (Rede PENSSAN, 2022). Outra problemática que observamos é a monotonia alimentar presente na mesa da população mundial (Wilson, 2012), isso é, uma alimentação pobre em diversidade, passa longe de se constituir enquanto uma alimentação saudável e nutritiva.

No caso do município de Camaragibe/PE, é possível encontrar lembranças e histórias dos mais velhos das famílias vinculadas à terra, ao alimento. Filhos (as) e netos (as) de antigos agricultores que foram expropriados de suas terras e direcionados para a vida na cidade a procura de novos meios de viver. A interferência e conflitos geradores da não obtenção da terra, afasta a população agrária de seus modos de subsistência, as deixando integrada e refém das relações mediadas pelo dinheiro. Agora, para se alimentar e alimentar sua família, é preciso ter emprego na cidade. Sem a venda da força de trabalho, não é possível a obtenção de serviços e mercadorias. Esse é uma das principais ferramentas de produção de fome causada pelo sistema convencional de alimentos, o não acesso a terra que torna a população refém do modo de vida capitalista.

Sabemos que as regras do sistema capitalista, não disponibilizam empregos para todos, selecionando quem pode ou não ascender economicamente. Isso explica o porquê de tanta desigualdade e fome pelo mundo. Uma população sem autonomia alimentar e totalmente dependente da lógica do capital, é o que o Estado moderno busca. Principalmente aqueles responsáveis pelas transnacionais, que têm comandado o mundo. Nesse jogo de privilégio e subalternidade dentro da organização social brasileira, tem demonstrado que a escravatura atual não é a fome, como dito por Carolina Maria de Jesus (1960), sendo apenas o produto de uma dependência da população ao mercado capitalista, a verdadeira escravatura atual é a da terra, sempre foi.

Com base nas discussões aqui elencadas, gostaria de fazer uma comparação entre duas realidades diferentes vivenciadas na década de 1950. A primeira seria a da escritora Carolina, que viemos citando ao longo do trabalho. Ela sendo uma mulher negra, mãe solteira, catadora de papel e moradora da favela do Canindé em São Paulo, nos relata como ela e sua família sobreviveram à fome naquela época. Muitas vezes, os restos presentes no lixo eram sua única alternativa para ela e seus filhos não dormirem com a barriga vazia. A outra experiência que iremos trazer, é de uma das nossas entrevistadas, que nasceu na década de 1950, época também de muita pobreza e miséria em sua família. Filha de antigos agricultores da área, que hoje é denominada de Camaragibe/PE, nasceu com os pés cravados na terra e entre os roçados.

Nesses dois exemplos vemos famílias condenadas à subserviência, a trabalhos árduos e cansativos, porém conseguimos identificar um componente crucial que diferencia as duas realidades. A terra. A família de Carolina Maria de Jesus não tinha esse componente, as deixando bem mais vulneráveis em relação à alimentação. A terra então se constitui enquanto o bem mais valioso desse mundo. Valioso porque é capaz de nos dar liberdade. Liberdade e autonomia de plantar e colher o quê e quando a gente quiser. Isso nunca terá preço.

No livro “Becos da memória” de Conceição Evaristo ela traz várias narrativas de indivíduos em sua grande maioria negros e negras excluídos e ocultados da sociedade. Eu me vejo também excluída e durante as entrevistas, realizadas ao longo dessa pesquisa, o sentimento de exclusão quando o assunto era distribuir as fatias da terra, esteve presente nos depoimentos.

Eu era muito nova quando ainda existiam roçados entre meus avós, mas ainda me recordo do gosto da fava, que minha avó Severina fazia para a gente nos domingos, da macaxeira cozinhada no fogo de lenha feita pela minha avó Luzinete, do quintal produtivo de minha mãe e das galinhas que ela criava. Em “Memórias da Plantação” Grada Kilomba analisa a temporalidade do racismo cotidiano, descrevendo o racismo não apenas como uma reencarnação do passado colonial, mas como realidade do mundo contemporâneo, que é naturalizada e negligenciada pelos Estado nacionais. Quando o assunto é concentração e distribuição de terra, se apresenta como eixo estruturante na tomada de decisão durante e depois do período colonial.

A “escravidão da terra”, citada por Josué de Castro (1952), ainda é vigente, principalmente, com a chegada da modernização no campo, havendo uma maior concentração fundiária nas mãos de poucas pessoas. Essa escravidão da terra, retira a autonomia alimentar da família e a distância do meio agrícola, além de direcioná-las para a escravidão do regime de subalternidade dentro das cidades.

A atual geopolítica do desenvolvimento sustentável e do neoliberalismo ambiental, trabalham em busca da expansão e do enriquecimento das transnacionais, funcionando como manobra de manutenção de opressões sociais vinculadas a concentração fundiária, segundo Porto-Gonçalves (2006). O autor explica que a criação de órgãos internacionais como a OMC abriu as fronteiras dos países para as empresas transnacionais, dando início a conflitos e opressões que tornam a população mais vulnerável quando o assunto é alimentação.

O livre comércio no mundo tem mantido os países, que foram colonizados, servindo e gerando lucros exorbitantes para países no norte global (Galeano, 2010), causando a geração de países pobres, a perda da biodiversidade, o aumento da fome e desigualdade, bem como, a manutenção do regime de subserviência da população negra. A modernização conservadora do agronegócio pode ser compreendida, de acordo com Oliveira (2016), por meio de uma complexa articulação de capitais vinculados com os processos produtivos agropecuários consolidado no contexto neoliberal e sob a hegemonia de grupos multinacionais. A aliança entre o latifúndio e o Estado tem transformado a terra e a comida em mercadoria, sendo um meio de acumulação capitalista, produzindo riqueza para poucos e a pobreza entre muitos, intensificando o que Campos (2011) chama desigualdades socioespaciais.

O alimento mercadoria é produzido e homogeneizado em massa, possuindo substâncias calóricas, ultraprocessadas e viciantes, que possui uma grande deficiência nutricional favorecendo o surgimento de novas doenças⁴⁴. Levando como exemplo, a Pandemia causada pelo Sars-CoV-2, conforme retratam os estudos de Wallace (2020):

Esses surtos, contudo, não são apenas resultado de má sorte. Todos estão ligados diretamente ou indiretamente, às mudanças na produção ou no uso do solo associado à agricultura intensiva. A monocultura de capital intensivo - tanto a pecuária quanto a agricultura - impulsiona o desmatamento e os empreendimentos que aumentam a taxa e o alcance taxonômico do transbordamento de patógenos: os animais selvagens para os da pecuária e, destes, para os trabalhadores do setor. Uma vez que esses patógenos entram na cadeia alimentar, a produção pode contribuir com a seleção de variantes de patógenos de maior mortalidade, por recombinação genética e por mudanças antigênicas, ocorridas sob circunstâncias de supressão imunológica. Através do comércio global que agora caracteriza o setor, as cepas recém desenvolvidas podem ser exportadas para o mundo (Wallace, 2020, p. 527).

Essa reflexão do autor aprofunda a tese que muitos intelectuais vêm alertando sobre como o agronegócio com sua prática agrícola e pecuária de morte, influencia o surgimento de várias patologias atuais, por meio da forma como seu sistema produtivo vem funcionando, desfavorecendo a vida no planeta. Produzir em larga escala, modificando geneticamente plantas e animais para atingir a “estética perfeita” do capital, desequilibrando o funcionamento dos ecossistemas, trazendo e fortalecendo fungos e bactérias que até então não conseguiam se reproduzir sobre a vida humana, mas que agora tem sido uma realidade recorrente.

Vale ressaltar também, que as grandes empresas do agronegócio estão financiando pesquisas no ambiente farmacêutico. Esse fato nos mostra o quanto esse sistema econômico funciona, ele ganha criando o problema e depois lucra vendendo a “solução”. Entre 2017 e 2021, o faturamento da indústria farmacêutica no Brasil acumulou um avanço de 62%, saindo de 90,5 bilhões em vendas para o alcance de 146,7 bilhões de reais, segundo a Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa - Interfarma (2022). A comercialização de medicamentos via plano de saúde cresceu 114,2%, durante esse

⁴⁴ Pesquisas que confirmam essa afirmativa: Philpott, Tom. "Monsanto (Still) Denies Superinsect Problem, Despite Evidence." *Mother Jones* 8 (2011) e Guthman, Julie. *Pesando: Obesidade, justiça alimentar e os limites do capitalismo*. Vol. 32. Univ of California Press, 2011.

período, atingindo a faixa dos 27,6 bilhões de reais (Interfarma, 2022). Durante a Pandemia da Covid-19, enquanto mais de 500 mil pessoas morriam em decorrência do vírus, as empresas farmacêuticas lucravam em cima da dor e da morte dos brasileiros. A pesquisa mostra ainda que:

Em 2022, o mercado brasileiro de medicamentos contou com a participação de 341 empresas farmacêuticas de medicamentos prescritos e isentos de prescrição, segundo a consultoria IQVIA. Dessas empresas, 95 são de origem internacional (27,86%) e 246 de capital nacional (72,14%). No varejo, as empresas farmacêuticas multinacionais foram responsáveis por 32,08% do faturamento total e 20,25% em unidades vendidas. Os laboratórios de capital nacional responderam por 67,92% do faturamento total e 79,75% das unidades vendidas (Interfarma, 2022).

Em países onde a grande maioria das pessoas não contam com a proteção do Estado, como é o caso do Brasil, há uma grande disputa dentro da indústria de medicamentos, tendo em vista, o estado de vulnerabilidade desses sujeitos.

O avanço de políticas neoliberais, atualmente, tem deixado a população ainda mais desamparada em relação ao acesso a emprego, direitos, alimentação. A autora Friedrich (2021) traz de maneira geral como o avanço de políticas neoliberais ajudou a aprofundar a agenda do agronegócio:

Após o ano de 2016, várias reformas reduziram os direitos dos trabalhadores e a segurança da população brasileira. A reforma trabalhista (lei nº 13.467 / 2017) (Brasil 2017) tornou as condições de trabalho muito mais precárias e favoreceu o trabalho análogo ao escravo. Durante a pandemia de COVID-19, as consequências dessas mudanças se tornaram muito mais claras quando os empregadores exigiram horário de trabalho flexível com remuneração reduzida. A desregulamentação ambiental, por sua vez, permitiu o aumento da contaminação ambiental e exposição a agrotóxicos (Friedrich, 2021, p. 17).

A reprodução do capital financeiro por meio da expropriação da vida, tem trabalhado adoecendo a população e as tornando vulnerável e dependente dele. Se ocorre algum problema na sua reprodução, quem paga o preço é o povo. O adoecimento, a vulnerabilidade alimentar, o desemprego significam o lucro excessivo dos meios de reprodução capitalista, como o agronegócio e as empresas farmacêuticas. Estar doente foi

um dos pilares que mais movimentou o capital durante esse período. Svampa, em 2020, enxergou a crise humanitária da seguinte forma:

A pandemia do coronavírus e o colapso iminente abrem um processo de libertação cognitiva, através do qual não só a imaginação política pode ser ativada por trás da necessidade de sobrevivência e cuidado da vida, mas também a interseccionalidade entre novas e velhas lutas (sociais, étnicas, feministas e ambiental), tudo isso pode nos levar às portas do pensamento holístico, integral e transformador, negado até hoje (Svampa, 2020, p.12).

A pandemia foi um processo revelador de certa forma, ela deu visibilidade a conflitos, fenômenos de injustiças sociais que estavam adormecidos/naturalizados, mas que faziam parte da realidade do povo, o fenômeno da fome foi um deles. Além de revelar injustiças sociais, causados pelo sistema convencional de alimentos, esse momento nos lembrou a importância de lutas sociais e questões fundamentais para a reprodução da vida, como o acesso à terra, a importância de uma autonomia alimentar independente da agricultura do capital. Esse momento potencializou iniciativas, mobilizações, programas e projetos⁴⁵ contrapostos ao sistema capitalista neoliberal, fazendo com que velhas lutas ganhassem o apoio e articulação do povo.

3.2 Processos catalizadores da insegurança alimentar

Embora a pandemia tenha intensificado a insegurança alimentar, o fenômeno da fome - considerada de ordem social - está enraizado nas entranhas do país durante séculos. O racismo estrutural é um dos elementos principais na estruturação da ordem social em que vivemos, bem como ressalta Almeida, (2019). Dito isso, fica fácil compreender o porquê da maioria das famílias que têm algum grau de insegurança alimentar, serem negras (Rede PENSSAN, 2022).

A fome é uma das várias representações das injustiças sociais, que abraça com mais intensidade as populações, historicamente, marginalizadas na sociedade brasileira. A

⁴⁵ Ver a Carta aberta aos parlamentares estaduais e federais de Pernambuco - Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2020/03/30/pernambuco-organizacoes-e-movimentos-sociais-propoem-politica-de-enfrentamento-a-pandemia-com-apoio-a-agricultura-familiar-no-combate-a-fome/>. Ver também a notícia sobre a PL que a câmara preparou direcionada para o apoio á agricultura familiar na pandemia – Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2020/06/15/camara-prepara-pl-para-apoio-a-agricultura-familiar-na-pandemia/>.

professora e pesquisadora Vivian Motta (2022, p. 226) reitera que “as narrativas pessoais, discursos políticos e a divulgação das pactuações deveriam se materializar em ações estruturantes que gerassem oportunidades para as categorias marginalizadas”. Esse movimento de reparação, promoveria visibilidade e reparação dos sujeitos negligenciados. Há quem pense que a colonização é coisa de um passado distante e não assombra mais ninguém, porém, ela ainda dita o enredo da atualidade, por meio das colonialidades, conforme Quijano (2005), Lander (2005), Castro-Gómes (2007) e Walsh (2008) que estão presentes na organização social em que estamos inseridos.

A ideia de Estado Mínimo desenvolve falta de proteção social das classes mais precarizadas. Dessa forma, a pandemia afetou diferentes territórios de forma desigual pelo mundo todo, castigando de forma mais intensa quem não tem essa proteção do Estado. Sobre esse assunto, Svampa (2020) considera que:

O ano da grande pandemia coloca-nos numa encruzilhada civilizacional. Perante novos dilemas políticos e éticos, permite-nos repensar a crise económica e climática sob um novo ângulo, tanto em termos multiescalares (global/nacional/local) como geopolíticos (relação Norte/Sul sob um novo multilateralismo) (Svampa, 2020, p.7).

Esse momento histórico, veio também para denunciar desastres ambientais, a degradação e destruição de ecossistemas, o genocídio dos povos, a escassez de água, as alterações climáticas, a insegurança alimentar que o mundo vive. As injustiças sociais se intensificaram, as maiorias das mortes no Brasil foram de pessoas que tinham alguma comorbidade, que em algum momento, teve contato com a classe trabalhadora, na qual foi obrigada a trabalhar durante esse período. A população negra e de baixa renda foi sacrificada, sem dinheiro para pagar o tratamento, teve que esperar longas filas dentro do Sistema Único de Saúde⁴⁶, e muitas não resistiram. É a desigualdade racial e de classe determinando quem morre e quem vive na atualidade, o que Mbembe (2018) chama de Necropolítica.

⁴⁶ Vale salientar a grande importância do Sistema Único de Saúde/SUS durante o combate à pandemia. Embora tenham ocorridos diversos problemas durante a pandemia, os impactos seriam bem mais intensos, caso a população não pudesse contar com esse sistema. O SUS é nosso e merece ser defendido e aprimorado pelo poder público.

O capitalismo se alimenta de grandes crises, durante a pandemia da Covid-19⁴⁷, vimos as desigualdades sociais se aflorarem, empresários enriquecendo às custas da morte e sofrimento da população, bem como, a fome voltando a atingir níveis alarmantes no Brasil. Desmistificando um pouco o senso comum, morrer de fome não acontece em um cenário único onde uma pessoa fica sem se alimentar, durante dias e acaba morrendo. Morrer de fome é bem mais complexo. Uma população que não se alimenta com as quantidades necessárias de vitaminas, sais minerais e proteínas adequadas, apresentam diversos problemas. Uma alimentação deficitária, a longo prazo, é capaz de baixar a imunidade da população, deixá-la mais suscetíveis ao desenvolvimento de várias doenças. Quando vemos pesquisas evidenciando que, a maioria dos brasileiros tem algum grau de insegurança alimentar, estamos evidenciando que grande parte dos brasileiros estão passando fome, ou seja, estão morrendo de fome a longo prazo.

Sabemos que o fenômeno da insegurança alimentar é algo generalizado nos grandes centros urbanos e em suas regiões metropolitanas, algo que sempre esteve presente dentro da organização social do Brasil. As famílias brasileiras que são mais atingidas com esse processo, já desenvolveram várias artimanhas que favorecem sua sobrevivência. Uma simples ida ao supermercado, se transforma numa pesquisa minuciosa em busca do melhor preço entre as marcas, renunciando a diversos produtos, para conseguir levar outros considerados mais “essenciais”. Renunciar a uma grande diversidade de mercadoria/alimentos não é sinônimo de uma alimentação saudável, mas é a realidade das famílias brasileiras.

Quando formos considerar também quais são as pessoas que têm acesso a uma alimentação saudável, sem veneno e que tentam se desprender da lógica capitalista de produção, consegue-se identificar que esse direito – ou de fato privilégios - são destinados para determinadas classes e raças que historicamente sempre foram beneficiadas e privilegiadas dentro da estrutura social. Dessa forma, a famosa “Insegurança Alimentar”, que tanto falou-se durante a pandemia, sempre esteve presente na vida e na mesa do povo negro, conforme as pesquisas de Josué de Castro (1952) e os relatos de Carolina Maria de Jesus (1960), bem como, os dados atualizados sobre o fenômeno trazidos pela Rede PENSSAN (2022).

⁴⁷ Ver: Xavier, Gabriela Taíse Poiati, et al. "Dissecando a fome no Brasil durante a pandemia da COVID-19." *Caderno de Geografia* 31.2 (2021): 103-103.

Sobre as pessoas que estão tendo acesso a uma alimentação saudável, sem veneno, diversa e nutritiva na cidade, identificamos que o fator racial delimita quem terá esse acesso. A desigualdade racial no Brasil é naturalizada. Quijano (2005) frisa que a racialização do ser humano constrói a ideia de raça por meio da diferenciação, classificando os povos em superiores e inferiores, bem como hierarquizando e distribuindo lugares e funções sociais de cada sujeito ou grupo. Sendo assim, a hierarquia social das raças não permite o acesso a uma alimentação saudável e nutritiva pela população preta, esse é um privilégio do ser branco.

O agronegócio enquanto atual regime alimentar convencional, tem desenvolvido problemas sociais, econômicos e ecológicos. As commodities de exportação associado a grilagem de terras, isenções de imposto por meio do governo federal, a destruição ambiental, as violências contra os povos tradicionais e originários são características voltadas para a lógica de acumulação capitalista. Os representantes desse modelo estão e fazem parte do governo, tendo influência direta nas decisões governamentais, buscando sempre favorecer seus interesses em detrimento da qualidade de vida da população.

A produção em larga escala tem impactado outros sistemas alimentares tradicionais, os circuitos de distribuição e a qualidade dos alimentos negativamente para atingir cada vez mais alto seu nível de acumulação. O aumento do desemprego, a falta de autonomia alimentar, causada pela falta de acesso à terra, tem causado a expansão da fome e da miséria. Todos esses eventos intensificados, expressam um cenário que já vinha castigando o povo brasileiro, dando sinais de seus agravamentos nos últimos anos por meio da crise econômica internacional de 2014, justamente com a desregulação de políticas voltadas para o combate à fome e o fortalecimento dos povos do campo após o golpe de estado de 2016 no Brasil. Todos esses eventos foram fonte catalizadora para o empobrecimento nutricional alimentar e fome entre os cidadãos.

Ainda sobre a alimentação na pandemia, as organizações, articulações, redes, comissões, pastorais, conselhos, fóruns e movimentos sociais do estado de Pernambuco acompanharam e ainda vem acompanhando os impactos da pandemia da Covid-19 no estado, de acordo com a Articulação Nacional de Agroecologia/ANA (2020). Diante desse contexto, a ANA (2020) explica que houve o apoio à política de enfrentamento à pandemia, desenvolvendo iniciativas do Programa de Aquisição de alimentos da agricultura familiar, doando alimentos para as populações em situação de vulnerabilidade alimentar, assistidas

pelas ações dos movimentos sociais, pastorais sociais, ONGs e pela Rede SUAS (Sistema Único de Assistência Social).

Estratégias de democratização do acesso a alimentos agroecológicos, para as camadas mais vulneráveis da população, deveriam ser uma prioridade para o Estado, neste momento, por meio da elaboração de políticas públicas⁴⁸, embora, também haja a necessidade da elaboração de estratégias de emergência que facilitem a alimentação da população, sendo através do setor agroecológico. Mais à frente discutiremos o porquê dessa medida emergencial.

Portanto, levando em consideração o que anteriormente ressaltamos sobre a promoção da soberania alimentar, é importante levar em consideração, diversas realidades para a tomada de decisão e promoção de políticas públicas, compreendendo que em alguns casos, a garantia da soberania é posterior ao da segurança alimentar. A camada mais vulnerável da população está sofrendo e necessita de uma mobilização urgente.

A Agroecologia, como paradigma emergente de transformação social (Pereira, 2016), apesar de ser o melhor caminho a ser trilhado nessa luta contra a agricultura predatória e contaminante, há questões urgentes acerca da distribuição dos alimentos agroecológicos na cidade. É necessário problematizar para onde esses alimentos estão sendo direcionados e, principalmente, quem está tendo acesso a eles. Não haverá democratização alimentar sem considerar esses pontos.

Pereira (2016) entende que a Agroecologia, enquanto paradigma, se constrói no processo de confrontação com o paradigma dominante na sociedade ocidental, cartesiana, tecnicista, reducionista, e com base no entendimento de uma ciência neutra. A mudança de paradigma tem o poder de transformar totalmente a forma de organização e os ideais sociais de um grupo, isso revela a importância de iniciativas de confrontação e superação contra as injustiças sociais desenvolvidas durante a produção e distribuição de mercadoria da agricultura convencional.

Com a explosão da insegurança alimentar, durante a pandemia, tornou-se urgente traçar estratégias para sua superação, já que, o atual sistema de produção falhou com todos os brasileiros, ao priorizar a expansão excessiva de lucros, ao invés de fornecer meios de acesso a alimentação, que visassem o desenvolvimento da segurança alimentar

⁴⁸ Ver site da Articulação Nacional de Agroecologia. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/>.

no país. É necessário analisar quais possibilidades de implementação e retomada são necessárias para a promoção da Segurança alimentar no município, além de influenciar outros municípios na tomada de decisão.

A partir da realidade de fome produzida pelo agronegócio, é necessário enfrentar o agravamento desse fenômeno a partir da suspensão imediata de política econômica neoliberal, voltadas para os sistemas produtivos no Brasil. A fome tem que ser combatida não apenas durante um momento de crise extrema como foi na pandemia. Dessa forma:

(I) uma Política Emergencial de Abastecimento e Segurança Alimentar e Nutricional capaz de afastar mais uma vez o flagelo da fome em nosso país, depende do (II) Fortalecimento da Capacidade Produtiva da Agricultura Familiar Camponesa e dos Povos E Comunidades Tradicionais, que produz a maior parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros; para produzir estes alimentos, esses trabalhadores e trabalhadoras precisam ter garantidos o acesso tanto a (III) uma Renda Básica Emergencial que lhes assegure dignidade e cidadania, como (IV) à Saúde, com medidas de enfrentamento à epidemia que contemplem as especificidades de sua realidade no campo, nas florestas e nas águas. Todas essas medidas, no entanto, esbarram num obstáculo comum: (V) a Emenda Constitucional 95, que estabeleceu um teto para os investimentos em políticas sociais por duas décadas, retirando, a cada ano, dezenas de bilhões de reais das ações do estado que visam a garantia e universalização de direitos estabelecida pela Constituição Federal de 1988 (Plataforma emergencial do campo, das florestas e das águas pela vida e para o enfrentamento da fome diante da pandemia do coronavírus, 2020, p. 2).

É importante salientar que o desenvolvimento de política pública, que visa a implementação de práticas agroecológicas no município, precisa estar referenciada e fomentada de baixo para cima, ou seja, quando essas ações não estatais são implementadas, contam com a contribuição da comunidade, dos movimentos sociais, que trabalham incessantemente na contraposição das injustiças sociais, desenvolvendo uma melhoria na qualidade de vida, considerando seus saberes e particularidades locais durante o processo. Assim aconteceu com as experiências ligadas aos movimentos sociais e organizações que enfrentaram a emergência sanitária antes das ações estatais.

Petersen (2007) acredita que as experiências estão dentro de processos complexos, com interface entre políticas públicas, redes de articulação e mobilização, fluxos de recursos e saberes. Sobre esse ponto também ressalta:

Dessa forma, o fortalecimento das organizações não resulta simplesmente dos processos de construção do conhecimento agroecológico e sim de um turbilhão de informações e conhecimentos que circulam intensamente nos contextos social e político das experiências, onde há uma grande diversidade de saberes em jogo: conhecimento sobre as políticas públicas, dos mecanismos de captação de recursos, gestão de projetos, gestão organizativa, comercialização, mercados, entre outros (Petersen, 2007, p.33).

A crise financeira causada pelo Pandemia da Covid-19, a continuidade de desmonte de políticas voltadas para o combate da fome e da pobreza iniciado desde 2016 no Brasil, influenciou o aumento do desemprego, contribuíram diretamente para o aumento da fome/insegurança alimentar no Brasil todo. Leite, Sergio Pereira, et al. (2023, p. 4000) esclarecem que “o desmonte dessas políticas nem sempre acontece pelo fim de uma política, tudo pode se resumir em “cortes orçamentários, redução do seu alcance, alteração dos seus objetivos ou fragilização institucional”.

Em relação a Camaragibe/PE, esse processo de desmonte vem acontecendo ao longo das décadas. A expropriação dos agricultores se deu por meio do apoio e incentivo da Prefeitura, a qual promoveu o avanço do mercado imobiliário desde o final dos anos 1990 (Silva, 2015) sobre as áreas de roçados. Essa população também foi sendo desmembrada de suas relações, recorrendo a novas formas de reprodução na cidade. Sua dependência do mercado, bem como o aumento do desemprego no município e na cidade do Recife interferiu diretamente na alimentação desses sujeitos.

Essa atual realidade remonta a importância de atividades que possam dar respostas por meio de iniciativas que atuem na valorização da agricultura familiar e camponesa, fomentando a soberania alimentar no município. Nesse sentido, levando em consideração o aumento da fome no país, a Articulação Nacional de Agroecologia (2021) tem atuado apoiando e sistematizando iniciativas e processo de mobilização municipais que corroborem para a criação e aperfeiçoamento de políticas públicas, leis, programas, projetos e experiências municipais que atuam fortalecendo a Agroecologia dentro dos municípios e em todo país.

Eduardo Sá (2021)⁴⁹ ressalta que as organizações da economia solidária foram muito importantes durante a pandemia da Covid-19, amenizando a crise humanitária principalmente entre as parcelas mais vulneráveis da população. Dessa forma, mais à frente discutiremos experiências agroecológicas do estado de Pernambuco, que tem o potencial de influenciar e servir como referência para Camaragibe/PE, durante esse processo construtivo com horizonte de transformação social da insegurança alimentar.

⁴⁹ Ver o texto de Eduardo Sá, da Articulação Nacional de Agroecologia para a Mídia Ninja em: <https://midianinja.org/news/as-redes-solidarias-de-agroecologia-no-enfrentamento-a-cri-se-alimentar-no-brasil/>.

4 AGROECOLOGIA E RETOMADA DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA: SISTEMAS ALIMENTARES AGROECOLÓGICOS E A BUSCA POR UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E SANA

A ANA- Articulação Nacional de Agroecologia promoveu a iniciativa “Agroecologia nos Municípios” em 2021, cujo objetivo foi: “promover, apoiar e sistematizar processos de mobilização e incidência política no nível municipal visando a criação e o aprimoramento de políticas públicas, programas, projetos, leis e experiências municipais importantes de apoio à agricultura familiar e à segurança alimentar e nutricional e que fortalecem a agroecologia” (ANA, 2021).

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) sistematizou 59 experiências de incidência agroecológicas, sendo identificados dez planos municipais de agroecologia em nove estados do Brasil⁵⁰. A construção de políticas públicas voltadas o fortalecimento da agroecologia e da soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN), vem contando com a participação popular na construção de políticas públicas voltadas para iniciativas e processos de mobilização e valorização da agricultura familiar camponesa nos municípios. Na figura abaixo (Figura 13), é possível observar a distribuição dessas experiências em todo Brasil.

⁵⁰ Ver o site: <https://agroecologia.org.br/2022/05/18/mapa-da-iniciativa-agroecologia-nos-municipios-apresenta-quase-60-experiencias-de-incidencia-politica-em-todo-o-pais/>

Figura 13 – Mapeamento de ações de incidência política e Agroecologia nos municípios



Fonte: Articulação Nacional de Agroecologia, 2022.

Os municípios que comportam essas experiências agroecológicas podem ser observados no quadro abaixo (Quadro 04).

Quadro 04 – municípios com incidência de experiências agroecológicas

Lista de municípios
1. Boa Vista (RR), Maués (AM), Marechal Thaumaturgo (AC), Xapuri (AC), Capixaba (AC), Mirante da Serra (RO), Ji-Paraná (RO), Tangará da Serra (MT), Cáceres (MT), Poconé (MT), Macapá (AP), Cametá (PA), Igarapé-Miri (PA), Viana (MA), Morros (MA), Lago do Junco (MA), Terezinha (PI), José de Freitas (PI), Sobral (CE), Itapipoca (CE), Palmas (TO), Cavalcanti (GO), Goiás (GO), Croata/ Senador Sá (CE), Governador Dix-Sept Rosado (RN), Upanema (RN), São Miguel do Gostoso (RN), Afogados da Ingazeira (PE), Lagoa Seca (PB), Soledade (PB),

Campina Grande duas experiencias (PB), Paulista (PE), Muria (AL), Igaci (AL), Simão Dias (SE), Santa Luzia do Itanhy (SE), Ouricuri (PE), Jacobina (BA), Bom Jesus da Serra (BA), Belo Horizonte (MG), Viçosa (MG), Montanha (ES), Cachoeiro de Itapemirim (ES), Nova Friburgo (RJ), Rio de Janeiro (RJ), Maricá (RJ), Caldas (MG), São Paulo – duas experiencias (SP), Gloria de Dourados (MS), Dourados (MS), Marechal Cândido Rondon (PR), Barra do Turvo (SP), São Mateus do Sul (PR), Florianópolis (SC), Anchieta (SC), Itatiba do Sul (RS) e São Francisco de Paula (RS).

Fonte: Fonte: Articulação Nacional de Agroecologia, 2022, sistematizado por Costa, 2024.

Quando comparada com outras regiões, o Nordeste se constitui enquanto protagonista no campo da agroecologia. O processo de violência e expropriação na região ao longo do tempo define as particularidades desse processo nessas áreas. Santos (2020), destaca o importante papel da educação, no processo de construção do conhecimento agroecológico na região Nordeste. O autor destaca que, após o avanço da Revolução Verde, iniciou-se uma onda de questionamentos em eventos, a partir da década de 1980, criticando o modelo tecnológico, bem como, o surgimento de novas Universidades e Institutos Federais em área rural, havendo a expansão de cursos de ciências agrárias, na qual, agricultores, indígenas e povos de comunidades tradicionais tinham suas experiencias e conhecimentos visibilizados dentro desse processo construtivo. Outra questão importante, para ser considerada, é o suporte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) deu para a criação e manutenção de Núcleos de Educação em Agroecologia (NEAs), em universidades e institutos federais, buscando desenvolver pesquisa-ensino-extensão na área. O apoio financeiro do CNPq na formação da Rede de Núcleos de Agroecologia da região Nordeste (RENDA), também atuou fortalecendo o desenvolvimento de experiencias e iniciativas na região. Santos (2020, p. 28), destaca que “essa rede promovia intercâmbios entre os diferentes Núcleos favorecendo grande integração entre a academia e setor produtivo, tendo contribuído significativamente na realização de diversos eventos (...)”, criando uma ponte entre o conhecimento acadêmico e conhecimento popular. Mônica Cox de B. Pereira (2020) como coordenadora do Projeto Renda destacou:

[...] As inovações tecnológicas desenvolvidas no âmbito da R-NEA RENDA, tiveram como propósito os intercâmbios de experiências que fortaleceram e possibilitaram as trocas entre os NEAs e CVTs. Tiveram como base, ações que permitissem o desenvolvimento de metodologias relacionadas à construção de processos participativos que foram processos inovadores

didáticos e de construção do conhecimento agroecológico (Pereira, 2020: 2238).

No estado de Pernambuco, organizações sociais como Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, tem trabalhado desenvolvendo e fortalecendo experiências agroecológicas em vários territórios. Durante a pandemia, esses agentes foram cruciais para a disponibilização de alimentos na cidade e no campo. Cada vez mais os municípios têm adotado e se inspirado nesse processo como forma de retomada e valorização da agricultura tradicional (ANA, 2021)

Sobre os espaços de formação política, Renata Reis (2022, p. 1)⁵¹ explica que:

Os espaços de formação política geram frutos importantes para tensionar a relação capital-vida. Neles, somos apresentadas a inúmeros aprendizados a partir da construção conjunta do feminismo popular e da agroecologia. Intercâmbios, cuidado mútuo e trocas de experiências são algumas das ações realizadas pelas mulheres que praticam a agroecologia. A relação que elas estabelecem com a natureza passa pelo exercício de conhecer plantas novas e cultivá-las por perto, de realizar troca de sementes com suas companheiras e parentes e de investigar e experimentar a diversidade existente na natureza. Essas são algumas características do processo de politizar as relações sociais assumindo uma perspectiva feminista e antirracista (Reis, 2022, p.1).

O debate político presente nesses espaços tem levado em consideração a importância das mulheres dentro dos processos, bem como, reflexões antirracistas, com o intuito de sobrepor as novas políticas acerca do racismo estrutural, institucional e cotidiano, que atravessa a organização social brasileira e, conseqüentemente, os territórios. A formação política é um espaço de criação de novas perspectivas sociais e caminhos que colocam a vida enquanto prioridade dentro das relações vigentes.

O projeto “Agroecologianos Municípios” desenvolvido é resultado da campanha “Agroecologia nas Eleições” em parceria com as redes estaduais de agroecologia nas eleições municipais de 2020, de acordo do ANA (2021). A articulação ANA descreve que nesse período, foi lançado um mapeamento de cerca de 700 iniciativas de políticas públicas, programas e legislações em 531 municípios no país (ANA-Agroecologia, 2021). Com base nesse estudo, foi possível a criação da carta-compromisso “Por Políticas de

⁵¹ Artigo da Coluna Sempre Viva, disponível em: <https://www.sof.org.br/agroecologia-e-feminismo-aprendizados-dos-processos-de-formacao-politica/>.

Futuro”, que mobilizou assinaturas de candidatos e candidatas políticas, engajando a rede de agroecologia em vários municípios do Brasil. Ao todo, foram 1.240 assinaturas, onde 172 foram eleitas/os (47 prefeitos/as e 125 vereadores/as) (ANA-Agroecologia, 2021).

Esse cenário revela que muitos gestores municipais estão sendo chamados e convocados nesse processo para pensar a importância da fermentação da agroecologia como forma de garantia da soberania e segurança alimentar da população. Em Camaragibe, as políticas públicas ligadas a alimentação do município, estão presentes no quadro a seguir (Quadro 05):

Quadro 05 – Políticas públicas voltadas para a alimentação no Município de Camaragibe/PE

Chamada Pública nº 01/2022	Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural conforme §1º, do art.14 da Lei nº 11.947/2009 e Resoluções do FNDE relativas ao PNAE.
Programas de fomento às atividades produtivas	Investimento de 44.267, 00 na promoção de ações de capacitação e fomento as atividades produtivas as áreas rurais do município.

Fonte: Costa, 2024, com base no Plano Plurianual (2022/2025) do Município de Camaragibe para o exercício de 2023.

A política de aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Rural nos moldes do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE para a merenda escolar, mediante recurso do FNDE, tem como principal critério, contemplar grupos e projetos de fornecedores locais, embora os programas, metas e ações vinculadas a capacitação e fomento de atividades produtivas nas áreas rurais, seja o único programa que considera e investe nas atividades rurais, de acordo com o Plano Plurianual 2022/2025 do Município de Camaragibe para o exercício de 2023.

Há um alto investimento e apoio ao Programa de Regulamentação de Núcleos Urbanos – Promovendo a regulamentação fundiária apenas para o desenvolvimento de áreas urbanas, bem como, o investimento ao Programa de Apoio ao empreendedor, que considera desenvolver ações de apoio e estímulo a manutenção do Mercado Público Municipal, mas não viabiliza nenhuma ação que fomente a venda de alimentos advindo da agricultura familiar camponesa da região, de acordo como o mesmo Plano.

Com base no número restrito de políticas públicas municipais, vinculadas a agricultura familiar no município de Camaragibe, é importante trazer para reflexão, experiências agroecológicas municipais, que são comprometidas com a garantia da soberania e segurança alimentar⁵² da população, bem com fortalecimento e fomento da agricultura local, que viabiliza as experiências do território, como também, impulsionem a criação de novas iniciativas vinculadas aos povos do campo.

Com base nisso, a discutiremos sobre duas experiências de planejamento e execução e políticas municipais em Agroecologia nos municípios de Paulista e Bonito como uma estratégia de inspiração para Camaragibe em prol da construção de sua política municipal de fomento e fortalecimento da agricultura familiar na localidade por meio da Agroecologia. Essas experiências podem servir com espelho e inspiração para o município em questão, como também para o resto do Brasil, sendo adaptada e transformada como base nas especificidades e realidades locais de cada município.

4.1 Sistemas alimentares agroecológicos: políticas municipais de Agroecologia nos municípios de Paulista e Bonito em Pernambuco

De acordo com Vivian Motta (2021) há uma disputa em relação ao conceito de Agroecologia e destaca que:

Ainda hoje ouvimos em vários lugares os conceitos de agroecologia concebidos por pesquisadores homens, brancos e heterossexuais, muitas vezes nascidos na América Latina, mas com sua base de princípios teóricos construídos a partir das referências centradas no Norte Global (Motta, 2021, p. 9).

Atualmente, a Agroecologia representa um importante agente na construção de conhecimentos que se contrapõe ao modelo convencional alimentício. Para ABA Agroecologia “(...) define-se a Agroecologia como ciência, movimento político e prática

⁵² Segundo Marta Chiappe (2006), é recorrente uma certa confusão entre os conceitos de soberania e segurança alimentar, na medida em que são utilizados como sinônimos. Entende-se a soberania alimentar como o controle da produção e comercialização de alimentos por parte dos camponeses. Nesse segmento, os camponeses e camponesas escolhem quando e como plantar suas variedades. O principal objetivo é a reprodução da vida por esse meio de produção que valoriza e considera a qualidade dos alimentos durante todo processo. Já a segurança alimentar refere-se à condição de existência de alimentos suficientes para que todos possam ter acesso. Ou seja, esse último conceito está ligado a questão de acesso e disponibilidade.

social, portadora de um enfoque científico, teórico, prático e metodológico que articula diferentes áreas do conhecimento de forma transdisciplinar e sistêmica, orientada a desenvolver sistemas agroalimentares sustentáveis em todas as suas dimensões (ABA-Agroecologia, 2015)”. A indissociabilidade da tríade ciência, movimento e prática atua para a junção de várias áreas de conhecimento, além dos muros acadêmicos, permitindo a valorização de saberes que ao longo do tempo foram marginalizados, roubados e invisibilizados pelo saber hegemônico.

A produção do conhecimento acontece integrada ao saber popular. Nesse sentido:

A ABA-Agroecologia tem por finalidade incentivar e contribuir para a produção de conhecimentos técnico-científicos no campo da AGROECOLOGIA, de forma integrada ao saber popular, aprofundando as discussões e estudos sobre os sistemas agroalimentares em todas as suas complexidades, escalas e dimensões, desde a produção ao consumo, bem como contribuir na elaboração e implantação de políticas públicas, visando a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social (ABA Agroecologia, 2015, p. 1).

As iniciativas agroecológicas têm considerado a alimentação saudável enquanto direito de todos, não apenas, privilégios de alguns, resgatando a autonomia dos povos e comunidades que foram atropelados pela modernidade, tendo o apoio central das redes de agroecologia no desdobramento das ações de incidência política nos municípios.

Para o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) uma alimentação adequada e saudável é a garantia pelo acesso permanente e regular ao alimento de forma justa, com base em práticas alimentares adequadas aos aspectos biológicos e sociais da população, atendendo aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação, prazer. Considera também as dimensões de gênero, etnia, formas de produção ambientalmente sustentáveis, livre de insumos químicos, biológicos, de organismos geneticamente modificados, bem como, a defesa de pautas atreladas às comunidades tradicionais, locais (CONSEA, 2007).

A gestão pública e instituições, como o IBGE, não desenvolvem pesquisas voltadas para a agricultura nos municípios, ocasionando, conseqüentemente, o não reconhecimento da diversidade de práticas produtivas presente nos territórios. Todo esse contexto, invisibiliza o modo de vida camponês, ainda presente nos municípios considerados urbanos, reforçando o mito que nas áreas urbanas não há camponeses, e que não há

características do que é considerado rural. A falta de pesquisas não contribui ao fomento de políticas públicas voltadas para a implementação e fortalecimento das atividades produtivas ligadas a agricultura camponesa.

Nesse sentido, Agroecologia nos Municípios (AnM) está sendo fundamental para envolver agricultores e agricultoras no processo de estímulo e fortalecimento de ações em uma rede de experiências inovadoras de incidência política no âmbito municipal.

A AnM foi desenvolvida pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), entre maio de 2021 e fevereiro de 2022, impulsionada pela situação de vulnerabilidade alimentar da população no contexto da pandemia, buscando entender a relação entre sociedade civil e poder público no que diz respeito a elaboração e/ou aprimoramento de políticas públicas, voltadas para o estímulo e aprimoramento de práticas tradicionais de produção, que busquem a soberania e segurança alimentar e nutricional nos municípios brasileiros, conforme ANA-Agroecologia (2021). Dessa maneira ANA Agroecologia enuncia:

As políticas públicas municipais podem fortalecer e fomentar a produção da agricultura familiar e de base agroecológica e conservar os bens comuns, construir/fomentar circuitos curtos de comercialização e, conseqüentemente, criar dinâmicas de abastecimento alimentar mais autônomas, como também atuar de forma determinante na promoção da alimentação adequada e saudável. Muitas dessas políticas sequer pressupõem uma dotação orçamentária significativa e, ainda assim, podem ter impactos diretos sobre parcelas consideráveis da população, representando alternativas concretas para a superação das crises democrática, social, sanitária, ambiental, política e econômica que enfrentamos hoje (ANA, 2021, p. 39)

Para compreender o contexto histórico do surgimento de políticas voltadas para Agroecologia em nível municipal, é preciso entender seu contexto histórico em nível nacional. Com a política desenvolvimentista agropecuária administrada pelo agronegócio, institucionalizada pelo Estado a partir da revolução verde, com conseqüências avassaladoras, desencadeou-se nas últimas décadas posicionamentos da população contra essa lógica da produção convencional.

A participação social brasileira nas decisões públicas, por meio da ação coletiva junto ao Estado, tem sido ferramenta para impulsionar várias transformações e mudanças necessárias ligada as injustiças sociais, como a fome, por exemplo. Para Duque, Mello e Araújo (2012), essa ação coletiva atuante no território, possibilita intercâmbios de saberes,

sendo capazes de levar as experiências para a construção de políticas públicas adaptadas às condições locais. De acordo com Ciconello (2008) as forças políticas e sociais impulsionaram o processo de redemocratização no Brasil, na década de 1980, estando incorporadas em uma concepção democrática ampliada, não estando restritas apenas ao sistema representativo eleitoral⁵³.

Em 2012, o processo de constituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) teve influência direta da participação social ao longo do processo (Brasil, 2012). Nas últimas décadas, essa discussão ganhou forças ainda maiores, impulsionada pelos movimentos e organizações sociais, fazendo com que essas políticas comecem a ser realidade dentro do âmbito municipal. Dessa maneira, ampliaram-se as políticas públicas de Agroecologia, nas suas diversas dimensões junto ao poder público em seus diferentes níveis (Santana, 2023). O PNAPO em seu art. 1º, estabelece como objetivo: articular, integrar e adequar políticas, programas e ações que fomentem a transição agroecológica e da produção orgânica, que atuem no desenvolvimento sustentável e para a qualidade de vida da população, através do uso sustentável dos recursos naturais, fornecendo alimentos saudáveis para os brasileiros (BRASIL, Decreto Nº 7.794 de 2012. Paulo Santana (2023) relembra que:

Concretamente, em 2013, esta política foi instrumentalizada com a construção do I Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (I Planapo) e em 2016 passa a ser atualizado com o II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (II Planapo). Os dois planos impulsionaram as possibilidades de ação coletiva dos diferentes sujeitos sociais que se articulam em torno da Agroecologia, que se motivaram a cobrar do poder público o estabelecimento de políticas públicas intersetoriais com este objetivo em todo o território nacional (Santana, 2023, p. 3955-3959).

O estado de Pernambuco, em 2021, criou a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (Pernambuco, 2021), favorecendo o debate e a formulação de estratégias de criação de políticas municipais de agroecologia nos municípios.

No município de Paulista, localizado na RMR, a iniciativa 'Agroecologia nos Municípios' e o plano de incidência política no município, inicialmente, aconteceu em duas etapas,

⁵³ Ver: ANA Agroecologia (2021). Caderno 'Incidência Política e Participação Social'.

conforme a Articulação Nacional de Agroecologia (2021)⁵⁴: a primeira se deu conhecendo a realidade local, compreendendo como a agricultura de base agroecológica, presente no município, é invisibilizada, bem como, estando ciente que a atuação da rede de Articulação de Agroecologia e Agricultura Urbana e Periurbana da RMR na área é relativamente recente; em uma segunda etapa, após esse processo de reconhecimento do contexto local e das principais experiências produtivas, foi iniciado o processo de incidência política, atuando para a construção da política municipal e para a aquisição de orçamento público.

A conjuntura política anterior de Paulista, ligadas a agricultura camponesa, era bem parecida com a atual de Camaragibe, apresentando apenas o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como política direcionada às temáticas da iniciativa AnM – Agroecologia nos Municípios, resultando numa difícil tarefa de retomada. Apesar disso, existia em Paulista um movimento de defesa da agricultura de base agroecológica que era responsável por realizar seminários, encontros e várias outras ações nesse âmbito (Melo, 2023).

Os agricultores familiares da região, conversam sobre suas dificuldades e buscar caminhos para superá-las por meio da Agroecologia. A formação dessa rede de apoio entre os (as) agricultores (as) é fundamental durante o processo constitutivo de Re(existência). Esse processo de construção contou a consolidação da rede de experiências, por meio de intercâmbios de vivências agroecológicas no município, de acordo com a ANA-Agroecologia (2021). Nesses momentos de trocas, os agricultores se reconheciam enquanto sujeitos políticos, reconhecimento que lhes guiam na luta em prol de seus direitos. É importante ressaltar a participação de sujeitos envolvidos na farmácia viva do município - CEFOMP, a associação de produtoras e produtores da Mata do Ronca (Figura 14) - localizado na área rural do município - o IFPE campus Paulista, bem como, estudantes e agricultores (as) locais durante esse processo, conforme descrito pela ANA-Agroecologia (2021).

⁵⁴ Ver informações sobre todas as experiências em: <https://agroecologia.org.br/agroecologia-nos-municipios/>.

Figura 14 – Agroecossistemas na Mata do Ronca em Paulista/PE



Fonte: Esdras Mendes, 2021, apud. Melo, 2023.

Sobre a figura acima e com base na pesquisa de mestrado de Everton Melo (2023) morador de Paulista, uma agricultora fala da importância do trabalho de cultivo diversificado de alimentos, o cuidado com as matas, as práticas e saberes geracionais da família, bem como os novos saberes adquiridos por meio do diálogo com os outros camponeses, destacando que:

A agricultura para mim é minha vida e o meu sustento. Sempre criei e sempre plantei. Desde que eu me entendo por gente a agricultura faz parte da minha vida. Eu fui aprendendo com a vida e com a natureza, com o tempo. Também fui aprendendo com os vizinhos que foi chegando, inteligente foi ensinando, com os outros e por aí vai... Plantar é bom demais, e colher é melhor ainda, comer aquilo que você plantou é muito bom! (...) Minha mãe era de Goiana e meu pai de Camocim de São Félix. Meu avô plantava e criava, mesma coisa era os pais do meu pai. Tudo isso eu aprendi com meus pais, com meu marido e meu sogro, então eu continuo usando a enxada e trabalhando do mesmo jeito. (...) Eu planto feijão, milho, macaxeira, mamão, coentro, graviola, abacate, pitanga, laranja, coco, limão, acerola, banana, cupuaçu, goiaba, araçá, inhame, batata doce e jerimum. Também tenho hortelã graúda, tenho capim santo e erva cidreira. Crio bode, carneiro, galinha e cavalo (...) A mata daqui os bodes desceu e pariu lá, meu filho desceu pra ver e aproveitou para tirar madeira. Meu esposo tem muito cuidado com esse negócio de tirar madeira, ele só tira quando tá boa. (Melo, 2023, p. 73).

Por meio desse relato é possível entender a complexidade do campesinato enquanto modo de vida e não somente uma forma de ganhar dinheiro. O sustento da família vai bem além, perpassando sobre a qualidade da alimentação, a autonomia alimentar, os sentimentos de pertencimento e orgulho de fazer parte dessa história, assim como, a vontade de repassar tudo aquilo para as novas gerações, dando continuidade a esse modo de reprodução e não apenas de produção.

Por seguinte, em relação a consolidação no âmbito institucional, de políticas voltadas para o fomento e fortalecimento da agricultura camponesa, formou-se uma comissão por meio da rede de Articulação de Agroecologia e Agricultura Urbana e Periurbana da RMR, na qual, houve uma ampliação com a chegada de agricultoras e agricultores, como também, o apoio de instituições como o IFPE Campus Paulista, segundo a ANA-Agroecologia (2021). O envolvimento entre os sujeitos participantes e a chegadas de novos colaboradores, impulsionou a AnM, resultando em uma política municipal de apoio à agricultura urbana e rural, através da aprovação de 17 emendas na Lei Orçamentária Anual de 2021 (Santana, 2023).

Assim como Camaragibe, bem como, muitos municípios do estado, Paulista sofre um processo de expropriação que inviabiliza o modo de vida camponês, características atreladas ao modelo de desenvolvimento centrado no capital, sobretudo por meio da especulação imobiliária (Melo, 2023). Com as novas políticas voltadas para o fortalecimento da população de agricultoras/es, contribuindo para a promoção da segurança alimentar e nutricional no município, há um processo de contraposição dessa lógica sobre os espaços.

O Plano Diretor do município de Paulista (2015) reconhece a comunidade “Mata do Ronca” como território rural, assim como também, desconsideram as demais áreas rurais do município (Melo, 2023). Os resquícios de Mata Atlântica, que cercam esses espaços, foram reconhecidos, pelo Plano Diretor, enquanto:

(...) Zona Especial de Conservação Urbana e Ambiental (ZECUA Ronca) e Floresta Urbana do Ronca. Posteriormente, parcela relevante e expressiva da ZECUA Ronca foi arrematada no supracitado leilão pela Sales & Sales Advogados Associados juntamente com o Grupo Peixoto, o qual tem conduzido através da Golden Empreendimentos Imobiliários Ltda a construção de um Parque Temático (Melo, 2023, p 45).

O município de Paulista tem sofrido com o avanço do capital, porém, por meios de ações que fortalecem e viabilizam experiências de base agroecológicas, tem garantido a (Re)existência do modo de vida camponês (Melo, 2023). Intercâmbios, encontros, comissões, reuniões, construindo coletivamente os espaços junto à iniciativa AnM, fomentaram a atuação política desses sujeitos, permitindo que essas pessoas construam ações em rede no território, ampliando e fortalecendo a agenda agroecológica, da alimentação saudável e de políticas públicas, atreladas à agricultura de base agroecológica no município.

Outra experiência a ser considerada por Camaragibe, é a do município de Bonito, localizado no agreste pernambucano, que também sofreu impacto decorrente do atual sistema convencional. Bonito tem se constituído, desde 2016, espaço de um conjunto de iniciativas que favorece a transição agroecológica, resultando na construção da política pública municipal votadas para a Agroecologia e Produção Orgânica. Santana (2023, p. 3952) corrobora dizendo que essa experiência municipal “(...) vem acumulando, sobretudo nos últimos sete anos, resultados significativos em termos de transição agroecológica por meio de ações envolvendo atores e organizações sociais em parceria com entes públicos”.

Em 2019, o Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial iniciou estudo e pesquisa institucionalizada sobre o município e a produção Agroecológicas (Santana, 2023), desenvolvendo ações conjuntas com a população e elaborando o Plano Municipal de Agroecologia no município. Esse processo inicial identificou a construção da Agroecologia por meio das ações coletivas que envolvia diferentes sujeitos de organizações sociais públicas e privadas, fazendo aflorar a Agroecologia como política pública na instância municipal. Essa mobilização resultou no protagonismo frente ao processo “(...) em curso de municipalização da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), em vigor no Brasil desde agosto de 2012 (Brasil, 2012)” (Santana, 2023, p. 3953).

Ao considerar o PNAPO para além do âmbito federal, apresentando-se na esfera estadual e municipal, resultou em novas iniciativas em vários estados brasileiros. Aqui em Pernambuco, culminou para a criação da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (Pernambuco, 2021). Levando em consideração esse processo construtivo, foram emergindo estudos que buscavam analisar o processo de construção da Política Municipal

de Agroecologia e Produção Orgânica em Bonito, visibilizando a importância das ações coletivas dos sujeitos e das organizações sociais, junto a instituições públicas e privadas.

A transição agroecológica considerada por essas políticas municipais, acontece através de ações de restauração e preservação de agroecossistemas, sementes crioulas de variedades locais, saberes geracionais e tradicionais. Essas considerações permitem que a transição aconteça gradualmente, sendo também um processo:

(...) multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção, a estilos de agriculturas que incorporam princípios e tecnologias de base ecológica (Caporal, 2015, p.298).

A consolidação de muitas mudanças vem se dando de maneira gradual, articuladas com ações coletivas e apoiada pelo poder público municipal. Foi aprovado em 2017, pela Câmara de Vereadores, uma modificação no artigo Nº 236 da Lei Orgânica municipal, tornando o Bonito, a primeira cidade no Brasil que reconheceu a Natureza como sujeito de Direitos no âmbito da Organização das Nações Unidas. O município:

(...) aderiu à Agenda 2030 e à Nova Agenda Urbana, através da inserção das suas ações no Observatório de Políticas Públicas da Associação Brasileira de Municípios (ABM) e que debate os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Direitos à Cidade, ambas no âmbito das Nações Unidas. Além disso, consolidou-se uma Política Municipal de Educação Ambiental, com a aprovação da Lei Nº 1.054 de 01 de dezembro de 2015, o que permite a transversalização do debate ambiental por meio das diferentes ações junto às escolas, bem como ao público em geral. Articulado também a essa construção, se destaca a consolidação do projeto aprovado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) em 2018, com o horizonte de 24 meses, que mobilizou o aporte financeiro de aproximadamente meio milhão de reais. Executado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Desenvolvimento Rural em parceria com as organizações sociais do município (Santana, 2023, p.3962).

Neste sentido, 2020 e 2021, foi realizado a primeira e segunda Audiência Pública municipal para ampliar a discussão sobre a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito. Na primeira, os encaminhamentos foram:

Criar um grupo metodológico de trabalho para apresentar uma proposta de decreto para formação da comissão municipal para o Plano; Construção do

Decreto para formação da Comissão elaboradora do Plano Municipal de Agroecologia; Inserir as ações de agroecologia e do Plano/Política de Agroecologia no PPA 2021-2024; Criação de um passo a passo e um cronograma para o Plano e a Política Municipal de Agroecologia; Criação de um relatório escrito para documentar o início do processo. (Bonito, 2020, p.8)

Já a segunda audiência teve como tema “Construindo Avanços em Torno do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito –PE”, tendo o apoio de vários sujeitos, como a:

(...) Associação de agricultores (as) Vida Agroecológica, Coletivo Aimirim, Movimento Camponês Popular (MCP), Mercado da Vida, do Núcleo de Agroecologia e Campesinato (UFRPE), Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACCOP), Programa de Pós-Graduação Agroecologia e Desenvolvimento Territorial –PPGADT/UFRPE, a Escola de Agroecológica do Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA), Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário de Pernambuco (CDRS/PE) e a Comissão de Produção Orgânica de Pernambuco (Santana, 2023, p.3963).

Nesse encontro foi apresentado o texto do Projeto de Lei da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito, sendo aprovado um mês depois, a institucionalização da Lei Municipal Nº 1.257, de 07 de julho de 2021, que assegura a criação da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito (PMAPO), estabelecendo as diretrizes para o Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica do município.

Já a Lei Nº 1.259, de 05 de 2021 dispõe sobre a criação da Semana Municipal de Agroecologia do município, sendo comemorada no mês de maio. Durante essa semana há a troca de saberes entre diferentes sujeitos, parecido com o intercâmbio de experiências, trazidos anteriormente, que acontece em Paulista. Por consequente, foram realizados no mesmo ano, o Seminários de Sensibilização e Formação para construção do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica, reunindo vários agentes públicos, organizações sociais, agricultores e consumidores/as, estudantes de agroecologia, representantes de escolas, lideranças comunitárias, profissionais de saúde e de assistência social, de acordo com os escritos do autor Santana (2023).

A troca de saberes tem sido o pilar do processo de construção do conhecimento agroecológico, dentre várias experiências agroecológicas em nível municipal, como

identificado na experiências de Bonito, bem como, em Paulista. Dessa forma, movimento de troca corrobora para a construção de estratégias e ferramentas que facilitem o processo de retomada camponesa por meio da transição agroecológica, permitindo que os saberes de agricultores se constituam enquanto barreira para inibir o avanço da agricultura convencional. Percebe-se, no entanto, que ainda há muito a se percorrer na luta a favor da soberania alimentar entre todos.

É válido evidenciar também que Bonito foi o primeiro município do estado de Pernambuco a inaugurar o um mercado público para comercialização de produtos da agricultura familiar. O “Mercado da Vida” ocupa atualmente o espaço de um antigo mercado de carnes e foi inaugurado em 2016. Esse espaço passou a servir como espaço de vivências culturais, educacionais e artísticas, sendo lugar de encontro e socialização entre produtores e consumidores, conforme sinaliza Lins (2020). O planejamento desse projeto foi pensado pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) por meio de um trabalho de acompanhamento de núcleos de agricultores e agricultoras familiares da região, juntamente com o apoio da prefeitura do município.

Sobre o mercado em questão, Lins (2020) descreve:

(...) a existência do Mercado da Vida como espaço de comercialização agroecológica, exclusivamente composto por agricultores familiares locais, é uma forma de mostrar que é possível uma lógica de plantio mais saudável tanto para os agricultores, quanto para os consumidores e para a terra. E, focando no aspecto econômico, propicia a comercialização mais justa, já que a venda é direta, sem a existência de atravessadores, o que incentiva que a riqueza circule localmente. Esse enfoque na economia, de acordo com o secretário do meio ambiente, é extremamente importante, porque as famílias precisam se sustentar nesse processo de transição agroecológica, já que a agricultura é a fonte de renda dessas pessoas, então deve-se ter como um. E, de acordo com o secretário do meio ambiente, “o município, apesar de produzir muita banana e inhame, produz um pouco de tudo, que dá para se sustentar. E, em comparação com os outros municípios, não utiliza tanto veneno quanto”. Isso, a meu ver, faz com que muitos dos agricultores, não se sintam totalmente deslocados dos princípios de uma agricultura agroecológica como seria numa propriedade voltada para o agronegócio (Lins, 2020, p. 21).

Comercializar alimentos agroecológicos, transcende a questão somente financeira e de qualidade dos alimentos. O conjunto é bem mais complexo, envolvendo saberes,

valores, costumes, meio de reprodução da vida, socialização, bem-estar, saúde, identidade, (re) existências e outros seguimentos.

Já a comercialização de comida-mercadoria da agricultura convencional, tem como foco principal, a realização de transições financeira. A grande maioria dessa alimentos vem do CEASA, como é o caso do mercado municipal de Camaragibe (Figura 15). Nele, embora haja um certo tipo de resistência da população, ao se manter em contato com comida, mesmo estando de condições desfavoráveis, como a falta da terra para plantar, é um caminho de esperança de não se desvincular totalmente da agricultura (Costa, 2021).

Figura 15 – Mercado Municipal de Camaragibe/PE



Fonte: Costa, 2024.

Em 2022, o mercado público de Camaragibe, que tinha sido reinaugurado a pouco tempo, sofreu um grande incêndio que atingiu cerca de 170 lojas (Figura 16), segundo o Portal Folha de Pernambuco (2022). Muitos comerciantes perderam toda mercadoria, ficando totalmente vulnerável durante a pandemia. A Prefeitura do município garantiu a reformulação do espaço, que até o momento tem acontecido de maneira bastante lenta.

Figura 16 – Mercado municipal de Camaragibe após o incêndio de 2022



Fonte: Costa, 2024.

A prefeita de Camaragibe assinou a ordem de serviço para início da requalificação do mercado público em janeiro de 2023. O primeiro passo foi a demolição da área afetada, em seguida, um novo mercado será reerguido no local. O projeto de requalificação não conta com nenhum projeto de política de fomento da agricultura familiar no local, futuramente. O espaço continuará fornecendo as mercadorias do CEASA/PE, perdendo uma grande oportunidade de fomentar a soberania alimentar e, conseqüentemente, dar início a ações que atuem na democratização do acesso a alimentos no município.

Uma das medidas emergenciais adotadas pela prefeitura, em relação ao desastre acontecido no Mercado, foi ocupar provisoriamente um espaço ao lado do mercado, terreno que faz parte do Shopping Camará, para abrigar as barracas dos comerciantes (Figura 17), até a obra de requalificação ser concluída.

Figura 17 – Mercado Provisório de Camaragibe/PE



Fonte: Costa 2024.

É válido salientar que o mercado de Camaragibe, além da venda de frutas, verduras e hortaliças, também fornece serviços e outros tipos de mercadoria, como roupa, calçados, carne.

De acordo com as entrevistas realizadas durante a pesquisa, constatou-se que a feira livre⁵⁵ de troca e venda de alimentos não acontecia apenas no grande Mercado Municipal de Camaragibe, ela está presente na rua Eliza Cabral (Figura 18), localizado no centro comercial do município. Diferente de hoje, era composta por várias barracas de agricultores familiares que comercializavam alimentos de seus roçados.

⁵⁵ “As feiras foram, por mais de dois séculos, a principal fonte de abastecimento para a maioria da população do país. A partir da segunda metade do século XX esses mercados periódicos passam a concorrer com lojas de supermercados, no entanto continuam resistindo (...)” (Porto, 2021, p. 188).

Figura 18 – Feira Livre na Rua Eliza Cabral em Camaragibe/PE



Fonte: Costa, 2024.

Em contrapartida, embora o município de Camaragibe não tenha políticas públicas específicas, voltadas para a valorização e retomada da agricultura tradicional por meio da Agroecologia, como acontece em Bonito e Paulista, a feira agroecológica do município (Figura 19), localizado no Parque Municipal Maria Amazonas, tem feito o movimento de comercialização de alimentos agroecológico na localidade. Acontecendo todos os sábados, a feira tem apoio da Prefeitura desde sua inauguração em 2018, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, em parceria com a Universidade Rural de Pernambuco (UFRPE).

Figura 19 – Feira Agroecológica de Camaragibe/PE



Fonte: Costa, 2024.

A feira conta com a presença da Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos/Agroflor, Associação de Produtores e Moradores Agroecológicos do Imbé/ASSIM, o Assentamento Chico Mendes III e o grupo de saúde Condor e Cabo Gato. Na feira é comercializado frutas, legumes, hortaliças, bolo de macaxeira, doces, lambedores e compotas sem utilização de agrotóxico durante o processo produtivo. Inicialmente eram disponibilizadas 10 barracas, porém, atualmente, a feira é composta apenas com quatro delas. Jorge Matos, coordenador do Núcleo de Agroecologia e Campesinato da UFRPE, fala sobre essa iniciativa:

Esse é o fruto de um trabalho que a Universidade Rural vem fazendo, ao apoiar os agricultores familiares, capacitando-os e acompanhando-os desde a produção até a comercialização. É importante porque juntos estamos

dando a possibilidade da população usufruir desses produtos, já que Camaragibe não tem nenhuma feira orgânica (Jorge Matos, 2018)⁵⁶.

Dessa maneira, a Feira Agroecológica de Camaragibe tem sido um espaço estratégico para a promoção do aumento da renda dos produtores familiares, mesmo não sendo agricultores locais⁵⁷ fortalecem a articulação entre cidade e campo. Atualmente, os agricultores, tem procurado estabelecer relações com entidades e movimentos que facilitem e contribuam para a produção e venda desses alimentos fora de seus territórios. No Recife, por exemplo, as feiras agroecológicas têm se tornado parte da realidade da cidade, trazendo agricultores que produzem e vivem no interior do estado. Essa articulação vem funcionando como uma resistência ao atual modelo de produção de alimentos. Fantuzzi (2016) esclarece que:

As feiras agroecológicas ou feiras orgânicas, como são popularmente mais conhecidas em algumas localidades, são uma releitura das feiras livres convencionais. As principais diferenças estão no fato de que nas feiras agroecológicas os produtos comercializados são produzidos sem agrotóxicos e insumos químicos e que são as próprias famílias agricultoras que comercializam sua produção (Fantuzzi, 2016).

Diferentemente de Fantuzzi, enxergamos as feiras agroecológicas como uma releitura das feiras livres tradicionais, as aquelas que eram compostas por camponeses e camponesas, onde havia a troca de saberes, alimentos e experienciais, além da comercialização de alimentos, ou seja, funcionava como um espaço de socialização para aqueles sujeitos. Embora as feiras livres convencionais sejam, atualmente, um espaço de (Re) existência, como dito anteriormente, ela tem se restringido somente a comercialização de alimentos produzidos pela lógica do capital.

A ação coletiva entre atores e organizações sociais, bem como a parceria do poder público, em prol do planejamento e execução de política voltadas para o fomento da venda de alimentos agroecológicos nos municípios, funciona como um processo de retomada do

⁵⁶ Ver entrevista em: <https://www.ufrpe.br/br/content/com-apoio-da-ufrpe-ser%C3%A1-inaugurada-feira-agroecol%C3%B3gica-em-camaragibe-neste-s%C3%A1bado-0704>.

⁵⁷ As associações dos agricultores são dos seguintes municípios: Bom Jardim, Lagoa de Itaenga, Paudalho, Olinda.

modo de vida camponês, que tem sido esvaziado pela lógica do capital nas últimas décadas.

Dessa forma, experiências municipais protagonistas no campo agroecológico, como acontece em Bonito, Paulista, outros municípios de Pernambuco e de outros estados do Brasil, pode ser levada em consideração, atuando de forma coletiva para o fomento e fortalecimento da agricultura de base agroecológica nos municípios de desejam promover a soberania alimentar entre os residentes, como também, tornar democrático o direito ao acesso a uma alimentação saudável. As experiências agroecológicas de outros municípios podem servir de inspiração, sendo adaptadas à realidade e especificidades locais, atendendo as demandas relacionadas ao combate da fome entre a população.

Com base nisso, espera-se que as reflexões trazidas sobre as experiências agroecológicas de Bonito e Paulista, contribua para que Camaragibe e outros municípios, possam construir processos semelhantes, regulamentando a legislação já existente em nível nacional e estadual, para o âmbito e demandas municipais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que a concentração fundiária e a exploração da terra foram/são os principais meios de sustentação das amarras coloniais atualmente por ter uma estrutura fundiária desigual (Furtado, Kato, e Barros Júnior, 2022), que se constituiu enquanto produto geridos pela institucionalização da Lei de terras de 1850. A concentração e desigualdade fundiária no país tem como base a questão racial e de gênero (IBGE, 2017), determinando quem tem o direito a posse da terra na atualidade.

Concomitantemente, a falta de acesso à terra foi e ainda é uma grande barreira para o desenvolvimento e expansão da agricultura voltada para o mercado nacional. A expropriação da agricultura camponesa tem acontecido de várias maneiras, principalmente, a partir de 1970 aqui no Brasil, com a instauração da Revolução Verde, a qual, direcionou a população do campo para os grandes centros urbanos para funcionar como ferramenta dentro do sistema capitalista de produção. No município de Camaragibe, essa expropriação deu lugar para a reprodução da lógica empresária capitalista, ocasionando a diminuição da agricultura familiar presente no município, trazendo a falta de autonomia alimentar, bem como, a falta de emprego para a população, determinando assim, o elevado grau de insegurança alimentar durante a Pandemia da Covid-19.

Com base nisso a fome tem sido mais cruel nos lares brasileiros chefiados por mulheres negras e homens negro conforme dados da Rede PENSSAN (2022). Quando comparada com os homens negros chefes de família, a situação da mulher negra se torna mais problemática e intensa. Vimos a mulher como figura responsável por administrar a questão alimentícia nos domicílios, como também, o aumento excessivo da insegurança alimentar nos lares chefiados por pessoas negras durante a Pandemia da Covid-19 devido ao elevado índice de desemprego durante o período. As políticas de auxílio voltadas para minimizar os impactos da pandemia desenvolvida pelo Governo Federal não foram suficientes para amenizar o fenômeno da fome no município.

Camaragibe, assim como vários outros no Brasil, necessita do aperfeiçoamento de estratégias da reforma agrária e redistribuição de terras para agricultores, devendo estar entre as prioridades dentre as políticas municipais, assim como há o avanço de condomínios e loteamentos em áreas onde a agricultura familiar ainda se mantém presente.

Há também a necessidade de distribuir terras públicas para agricultores expropriados que vivem na cidade, resgatando e dando aporte para a retomada da agricultura familiar camponesa que se mostrava presente de maneira intensa anteriormente. Assim como bem destacou Ailton Krenak, na última conferência do Congresso Brasileiro de Agroecologia de 2023, a redistribuição de terras deve ser nossa prioridade - no que se refere a política pública - na luta de combate a fome no país.

Na pandemia foram visibilizados conflitos, fenômenos de injustiças sociais que até então se mostrava de maneira naturalizada na sociedade. Sendo um momento de velhas lutas ganharem o apoio e articulação do povo. Desse modo, foi visto que a fome castigou de forma mais intensa as populações, historicamente, marginalizadas na sociedade brasileira, ao passo que, o aumento das desigualdades favoreceu a parcela da população privilegiada socialmente, economicamente, desfavorecendo a parcela subalternizada pelo Estado.

O Brasil enquanto um dos maiores produtores de alimentos-mercadoria do mundo não representou um acesso contínuo a uma alimentação saudável e diversificada, corroborando para o aumento da insegurança alimentar/fome nos domicílios.

Devido a esse contexto de calamidade e falta de autonomia da população em relação ao mercado capitalista, políticas municipais de agroecologia tornaram-se cruciais na retomada da autonomia e soberania alimentar. As experiências de políticas em Agroecologia nos municípios de Paulista e Bonito tem sido protagonista nesse processo de transição, fomento e fortalecimento da agricultura familiar camponesa, se tornando referência chave para os municípios que também desejam implementar essas políticas.

Nesse sentido, Paulista e Bonito são municípios que podem ser levados em consideração durante a construção de estratégias produtivas, econômicas, educativas e sociopolítica que visem a retomada, fomento e valorização da agricultura familiar camponesa através da transição agroecológica no município.

A metodologia adotada para conseguir chegar ao resultado da pesquisa, conseguiu, de certa forma, minimizar as limitações das pesquisas relacionadas a amplitude (municipal) da pesquisa, bem como, a falta de informações de instituições públicas e privadas sobre a situação da fome no município. Os dados qualitativos (dos questionários) somados com os quantitativos das entrevistas conseguiu revelar como se deu a reprodução do fenômeno da fome durante a pandemia da Covid-19 no município em questão.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigma do capitalismo agrário em questão. São Paulo: HUCITEC, 1992.

ANDRADE, Manuel Correia. A terra e o homem no Nordeste. Livraria editora ciências humanas, 4ª edição, São Paulo, 1980.

_____, Manuel Correia. 1964 e o Nordeste: Golpe, Revolução ou Contrarrevolução?. Editora Contexto, São Paulo, 1989.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. Feminismos Plurais. São Paulo: Jandaíra, 2020.

ALMEIDA, Mário Tito Barros. A dinâmica eco-geopolítica da fome e as relações de poder na governança global da segurança alimentar: a soberania alimentar como resistência. 2019. 305 f., il. Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

ALMEIDA, Silvio. Podcast Mano a Mano: entrevistado Silvio Almeida. Entrevistadores: Mano Brown. Spotify Studios, 17 nov. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5VaSZbTi8pkNuht3LvtOLJ>. Acesso: 01 nov. 2022.

_____, Silvio. Racismo estrutural. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

_____, Silvio. Tutaméia Tv, Youtube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/@EleonoraRodolfoLucenaTUTAMEIA>. Acesso em: 10/11/2023.

_____, Silvio. A ideologia e as visões políticas que estão por trás dos tipos de enfrentamento à pandemia e a crise econômica global. Tutaméia, [S.I.], 26 mar. 2020. [Entrevista cedida a] Eleonora de Lucena e Rodolfo Lucena no Canal Tutaméia TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cITJSGFiYgY>. Acesso em: 07 nov. 2023.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo –SP: Expressão Popular, 2012. 400p.

Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM. Cartografia e uso do solo. Disponível em: <http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/loteamentos-anuenciados>. Acesso em: 04/11/2023.

Articulação Nacional de Agroecologia – ANA. Municípios agroecológicos e políticas de futuro: iniciativas municipais de apoio à agricultura familiar e à agroecologia e de promoção da segurança alimentar e nutricional. 2. ed. revista e atualizada - Rio de Janeiro, 2021.

Articulação Nacional de Agroecologia. Carta aberta aos parlamentares estaduais e federais de Pernambuco, 2020. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp->

content/uploads/2020/03/CARTA-ABERTA-AOS-PARLAMENTARES-DE-PE.pdf. Acesso em: 09/01/2024.

Associação Brasileira de Agroecologia. Carta Agroecológica do Cerrado. X Congresso Brasileiro de Agroecologia. Brasília-DF, set., 2017.

_____. Estatuto da Associação Brasileira de Agroecologia, 2015. Acesso em 21/03/2023. Disponível em: https://aba-agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Estatuto_ABA_2015.pdf.

Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa - INTERFARMA. Guia 2022. Disponível em: <https://www.interfarma.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Guia-Interfarma-2022.pdf>. Acesso em: 16 de maio de 2023.

Articulação Nacional de Agroecologia – ANA. Municípios agroecológicos e políticas de futuro: iniciativas municipais de apoio à agricultura familiar e à agroecologia e de promoção da segurança alimentar. 2. ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro, 2021.

BASTOS, Mariana, N. P. Fome e colonialidade alimentar no Brasil. Revista Mosaico. V. 14. Nº 22, p. 341-354, 2022. Disponível em <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/86295>>. Acesso em: 11 out. 2022.

BRAGA, Magno Michell Marçal. BR 230, nordestinos na rota Transamazônica: a trajetória dos migrantes no Estado do Pará (1970-1974). MS thesis. Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

BRASIL DE FATO. Com queda de 95% em 8 anos, aquisição de alimentos chega a menor nível com Bolsonaro. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/29/com-queda-de-93-em-8-anos-aquisicao-de-alimentos-chega-a-menor-nivel-com-bolsonaro>. Acesso em: 04/04/2024.

BRASIL, Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, v. 143, n. 179, p. 1-2, 2006.

_____, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO. Congresso Nacional, Brasília, 1988.

_____, Medida Provisória Nº 1.061, de 9 de agosto de 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/mpv/mpv1061.htm. Acesso em 03/04/2024.

_____. Medida Provisória Nº 870, DE 1º DE JANEIRO DE 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm. Acesso em 03/04/2024.

_____, Ministério da Saúde. Dados atualizados de Coronavírus no Brasil. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 19/11/2022.

_____, LEI Nº 13.844, de 18 de junho de 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13844.htm. Acesso em 03/04/2024.

BRASIL. Presidência da República. Decreto Nº 7.794 de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Diário Oficial da União. Seção 1, n 162, 21 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 18/12/2023.

BOMBARDI, Larissa. Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia. São Paulo: FFLCH-USP. 2017.

BONITO. Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Alimentar. Relatório de Audiência Pública para discussão da Política Municipal de Agroecologia e produção Orgânica de Bonito. Bonito, 2020. 8p.

BONITO. Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Alimentar. Relatório de Audiência Pública para discussão dos avanços no Plano Municipal de Agroecologia e produção Orgânica de Bonito. Bonito, 2021. 74p.

BONITO. Lei Nº 1.257, de 07 de julho de 2021. Dispõe sobre a criação da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito (PMAPO) e estabelece as diretrizes para o Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito (PLAMAPO). Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco. Edição 2.901. 18 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.diariomunicipal.com.br/>. Acesso em: 12/12//2023.

BOITO JUNIOR, Armando. "As bases políticas do neodesenvolvimentismo." (2012).

BUTTIMER, Anne. Hogar, campo de movimento y sentido del lugar. In: GARCÍA RAMON, M^a. D. Teoría y método en la geografía humana anglosajona. Barcelona: Ariel, 1985.

CALLAI, Helena C. Estudar o lugar para compreender o mundo: o lugar na geografia. In: CASTROGIOVANNI, A. (Org). Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano. 7 edição. Porto Alegre: EdZora Mediação, 2000. P.83 a UI.

_____, Helena C. "Estudar o lugar para compreender o mundo." Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação (2000): 83-134.

Câmara dos Deputados. Ementa Constitucional Nº 95, de 2016. Teto dos Gastos Públicos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-95-15-dezembro-2016-784029-norma-pl.html>. Acesso: 03/04/2024.

Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 6.299/02. DF: Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1654426. Acesso: 03/04/2024.

CAMPOS, Cristiane S. S. A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio:

A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CAPORAL, Francisco. Extensão rural e agroecologia: para um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Camaragibe, PE: ed. do coordenador, 2015. 503p.

_____, Francisco; COSTABEBER, José; PAULUS, Gervásio. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: CAPORAL, Francisco; AZEVEDO, Edisio. Princípios e perspectivas da Agroecologia. Curitiba: IFPR, 2011. p. 45-80. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/CAPORAL-Francisco-Roberto-AZEVEDO-Edisio-Oliveira-de-Princ%C3%ADpios-e-Perspectivas-da-Agroecologia.pdf>. Acesso em: 18/12/2023.

CARLOS, Ana Fani A., Marcelo JL Souza, and Maria Encarnação Beltrão Sposito. "A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios." (2011).

_____, Ana Fani, and F. Uma Leitura Sobre a Cidade. "O lugar no /do mundo." São Paulo: LABU (2007).

CARNEIRO, Aparecida S. A Construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. 339 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. Coleção Consciência em debate. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COSTA, Maria da Graça; DIMENSTEIN, Magda; LEITE, Jáder. Narrativas e feminismo em disputa na construção do conhecimento agroecológico em Brasil. Revista Pesquisa e Práticas Psicossociais, v. 15,n. 4, p.12, 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000400013> Acesso em: 26 set. 2022.

CASTRO-GÓMES, Santiago. Decolonizar la universidad: La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: Castro-Gómez, S.; Grosfoguel, R. (Eds.) El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 79-91.

_____, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón. El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. 2007.

CASTRO, Josué, and J. Carvalho Branco. Geografia da fome. Casa do Estudante do Brasil, 1952.

_____, Josué de. Geografia da Fome. Editora Antares, 1984.

DE JESUS, Carolina Maria, Audálio Dantas, and Alberto Teixeira. Quarto de despejo: diário de uma favelada. Vol. 1. Livraria F. Alves, 1960.

_____, Carolina Maria, 1914-1977. Quarto de Despejo: diário de uma favelada. 1. Ed. São Paulo: Ática, 2020.

CAVALCANTE, José Luiz. "A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra." *Histórica* 2 (2005): 1-8.

CHIAPPE, Marta. Estudio de caso sobre la cadena productiva de maíz. In: MELLO, Ruth de; RODRÍGUEZ, Graciela (Org.). *Estudios de casos que destacan la dinámica de género en torno a la agricultura, el comercio y la soberanía alimentaria*. Rio de Janeiro, Instituto Equit, 2006.

Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas. *Insegurança Alimentar no Brasil: Pandemia, Tendências e Comparações Globais*, 2022. Disponível em: <https://cps.fgv.br/FomeNaPandemia>. Acesso em: 04/07/2023.

CICONELLO, Alexandre. *A Participação Social como processo de consolidação da democracia no Brasil. From Poverty to Power: How Active Citizens and Effective States Can Change the World*. Case study. Oxfam Internacional, junho de 2008.

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *Relatório Final. GT Alimentação Adequada e Saudável*. Brasília: CONSEA; 2007.

CORREA, Roberto, L. A. Iná Elias de Castro; Paulo Cesar da Costa Gomes. (Org.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.352p.

COSTA, Maria C, F. *O povo dos roçados: a realidades da agricultura familiar camponesa em Aldeia - Camaragibe/PE*, 2021.

COSTA, Maria da Graça; DIMENSTEIN, Magda; LEITE, Jáder. *Narrativas e feminismo em disputa na construção do conhecimento agroecológico em Brasil*.

COSTABEBER, José, A. *Transição Agroecológica: rumo à sustentabilidade* [Editor convidado]. *Agriculturas*, v. 3 - nº 3, outubro de 2006.

DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. *Moradores de Engenho*. Tese de doutorado, 2003.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução: Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Publicado em: 27/01/2023. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2023/01/apos-ser-atingido-por-incendio-requalificacao-do-mercado-de-camaragib.html>. Acesso em: 04/01/2024.

DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Senac, 2003.

DUQUE, Ghislaine; MELLO, Antônio; ARAÚJO, Maria. *Ação coletiva e desenvolvimento sustentável*. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 26, p. 109-116, Editora UFPR.

2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22884>. Acesso em: 19 jun. 2022.

ELIAS, Denise. "O alimento-mercadoria e a fome no Brasil." Boletim Goiano de Geografia 41 (2021): 69-103.

ENGEL, Vera, L. Introdução aos Sistemas Agroflorestais. Botucatu: FEPAF, 1999. 70p. [Trecho]. Disponível em: < <http://saf.cnpqg.embrapa.br/publicacoes/01.pdf>> Acessado em: 23/12/2023.

EVARISTO, Conceição. "A escrevivência e seus subtextos" (p. 26-46). In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabela Rosado. Escrevivências: a escrita de nós: reflexões obre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina de Comunicação e Arte, 2020.

_____, Conceição. Beco da Memória. 3 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

_____, Conceição. "Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita". Z Cultural. Rio de Janeiro, ano XV, v. 03, 2020. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos-lugares-denascimento-de-minha-escrita/>, acesso em: 17 nov. 2023.

_____, Conceição. "Escrevivências". In: Ocupação - Itaú Cultural. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/conceicaoovaristo/escrevivencia/>, acesso em: 17 jun. 2023.

_____, Conceição. Escrita decolonial: a autoria de mulheres negras rasurando a letra oficial brasileira. Palestra de abertura da Escola Internacional de Feminismo Negro Decolonial. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZHMf0FqqTkk>> Acessado em: 08 dez. 2019.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Trad. de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FANTUZZI, Davi. "A importância das feiras agroecológicas para as cidades". Carta Maior (2016).

FAO, FIDA, OPAS, PAM e UNICEF. 2023. Panorama regional de segurança alimentar e nutricional - América Latina e Caribe 2022: rumo a uma melhor acessibilidade de dietas saudáveis. Santiago do Chile. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/es/c/cc3859es>. Acesso em: 13/07/2023.

FAO. 2021. Alimentação e Agricultura Mundial – Anuário Estatístico 2021. Roma.

FEDERAL, Senado. "Constituição." Brasília (DF) (1988).

FERNANDES, Bernardo. M. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In. SADER, E.(Org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes: ensaio e interpretação sociológica. v. 1. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2008.

_____, Florestan. O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Difel, 1972.

_____, Florestan. Significado Do Protesto Negro. São Paulo: Cortez, 1989. 110 p.

FERNANDES, Maíra Clara Farias, Ádilla Jacionária Albano SILVA, and Lara Hanna Freire Nolasco SILVA. "A Mulher Negra na Sociedade brasileira." (2022).

Ferreira, Luiz Felipe. "Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo." Revista Território, Rio de Janeiro, ano V 11.9 (2000): 65-83.

FREITAS, Karine Pereira, et al. "Mulheres e agroecologia no meio urbano." Cadernos de Agroecologia 13.1 (2018).

Friedrich, Karen, et al. "Agronegócio e pandemia no Brasil: uma sindemia está agravando a pandemia de COVID-19?." (2021).

FURTADO, Fabrina Pontes, Karina Yoshie Martins Kato, and Orlando Aleixo de Barros Junior. "Raça, gênero e classe: as interseccionalidades da estrutura fundiária brasileira." (2022).

_____, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Porto Alegre: L&PM POCKET, 2012.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. L&PM Editores, 2010.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Estampa, Lisboa, 1977.

GIRARD, Eduardo P. A indissociabilidade entre a questão agrária e a questão racial no Brasil : análise da situação do negro no campo a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. São Paulo : Cultura Acadêmica Editora, 2022

_____, Eduardo Paulon. "Atlas da questão agrária brasileira e cartografia geográfica crítica." *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia* 5 (2009). Disponível em: <http://www.atlasbrasilagrario.com.br/>. Acesso: 07//12/2023.

GLIESSMAN, Stephen. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre, UFRGS, 2000.

GOMES, Gabriel Pinheiro, de Siqueira. "PRETOS E PARDOS, UNI-VOS. OS DESAFIOS DE (O) SER NEGRO NO BRASIL DO SÉCULO XXI." Revista Desenvolvimento &

Civilização 2.1 (2021): 80-106.

GONÇALVES, Claudio U. "SOBRE A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE CAMPESINATO." *Terra Livre* 2.35 (2010): 123-128.

GONÇALVES, Juliana Barros. *Saber popular e ecológico de sistemas agrossilviculturais por agricultores no município de Bonito-PE*. BS thesis. Brasil, 2019.

GONZÁLEZ-CASA NOVA, Pablo. Colonialismo interno (uma redefinição). In: Boron, A. A.; Amadeo, J.; Gonzalez, S. *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires:Clacso, 2007. p. 431-458.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (Org). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

_____, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. 1ª ed. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

GRAÇA COSTA DA, Maria, Magda Dimenstein, and Jáder Leite. "Narrativas e feminismos em disputa na construção do conhecimento agroecológico no Brasil." *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais* 15.4 (2020): 1-13.

GUIMARÃES, GENI F. (2020). GEO-GRAFIAS NEGRAS & GEOGRAFIAS NEGRAS. *Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)*, 12(Ed. Especi), 292–311. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/866>Acessado em: 25/09/2023.

GROSGOUEL, Ramón. "Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global." *Revista crítica de ciências sociais* 80 (2008): 115-147.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: RODENDHAL, Z. CORRÊA, R. L. (Orgs). *Manifestações Culturais no Espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, 169 – 190.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte. Editora UFMG. 2005.

HOFBAUER, Andreas. "Branqueamento e democracia racial: sobre as entranhas do racismo no Brasil." *Por que "raça"* (2007): 151-188.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010: resultados preliminares do universo – conceitos e definições – tabelas adicionais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2022*.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico de 2022*,

população e domicílios. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=37225&t=sobre>. Acesso em: 10/07/2023.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil em Síntese, 2021. Agropecuária. Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/agropecuaria.html>. Acesso em: 06 nov. 2023.

_____, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2022. Acesso em 05/11/2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>.

IBGE/SIDRA. Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 04 nov. 2023.

IPA. Plano de Ação Municipal: PAM 2016-2019. Paulista/PE: Instituto Agrônomo de Pernambuco, 2015. 54 p.

IPEA. População em situação de rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil. São Paulo, 08/12/2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil#:~:text=Na%20primeira%20estimativa%20nacional%2C%20feita,reuniam%20181.885%20pessoas%20nessa%20situa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 24 out. 2023.

JALIL, Laeticia M. Conversatório 2: Avanços e retrocessos na construção da agroecologia feminista e antirracista in: Divergências e Convergências: Mulheres Feminismos e Agroecologia. Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236- 7934 - v. 16, no 1, 2021. Disponível: <http://cadernos.abaagroecologia.org.br/cadernos/article/view/6658/4839> acessado em: 03/11/2023.

JOLLIVET, Marcel. Pour une science sociale à travers champs; paysannerie, capitalisme (France XXe Siècle). Paris, Arguments, 2001.

JUNIOR, Marco Antonio Mitidiero, Humberto Junior Neves Barbosa, and Thiago Hérick de Sá. "Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006." PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho 18.3 (2017).

JÚNIOR, Mitidero, and Marco Antônio. "Crise do capital global, natureza e agronegócio." Questão Agrária e Conflitos Territoriais, 2016.

KOWARICK, Lúcio. Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. Editora 34 Ltda., 2019.

KRENAK, Ailton. A vida não é útil: ideias para salvar a humanidade. Objectiva, 2020.

_____, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo (Nova edição). Editora Companhia das Letras, 2019.

LANDER, Edgardo. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2005.

LEFEBVRE, Henri. Problemas de Sociologia Rural. In: MARTINS, José de Souza (org.). Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: HUCITEC, 1981.

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, Porto Alegre, v.3, n.1, jan/mar 2002, p.36-50.

LEITE, Sergio Pereira, et al. "Multidimensionalidade e heterogeneidade dos processos de desmonte de políticas públicas: a trajetória recente das políticas de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil." (2023).

LIMA, Thiago, Iale Pereira, and Olympio Barbanti. "O AGROGOLPE E A POLÍTICA EXTERNA: desmantelo da diplomacia do combate à fome e fortalecimento do agronegócio." *OKARA: Geografia em debate* 12.2 (2018).

LINS, Maria Gabriela Freire, et al. "Construção do conhecimento agroecológico no diálogo entre a diversificação da produção e a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional a partir do caso do Mercado da Vida em Bonito-PE." *Cadernos de Agroecologia* 15.2 (2020).

LINS, Maria Gabriela Freire. *Analisando o perfil dos consumidores a partir do processo de transição agroecológica vivenciado pelos agricultores do Mercado da Vida em Bonito-PE*. BS thesis. Brasil, 2020

MACHADO, Priscila Pereira; OLIVEIRA, Nádia Rosana Fernandes de; MENDES, Áquilas Nogueira. O indigesto sistema do alimento mercadoria. *Saúde Soc.*, São Paulo, v.25, n.2, p.505-515, 2016.

MALUF, Renato. Comer em tempos de pandemia e após. *Jornal GGN*. Disponível em: Comer em tempos de pandemia e após, 2021. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/artigos/comer-em-tempos-de-pandemia-e-apos-por-renato-s-maluf/>. Acesso em: 31 de nov. 2023.

MARQUES, Ronualdo, and Jerry Adriano Raimundo. "O Negacionismo científico refletido na pandemia da covid-19." *Boletim de Conjuntura (BOCA)* 7.20 (2021): 67-78.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. "A atualidade do uso do conceito de camponês." *Revista nera* 12 (2012): 57-67.

MARTINS, José de S. A questão agrária brasileira e o papel do MST. A reforma agrária e a luta do MST. Tradução . Petrópolis: Vozes, 1997. . Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Martins_JS_42_972675_AQuestaoAgrariaBrasileiraEOPapelDoMST.pdf. Acesso em: 04 nov. 2023.

_____, José, de S. Expropriação e violência: a questão política no campo. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. N-1dições, São Paulo-SP, 2018.

MEDEIROS, Liara Silva. Agricultura orgânica em meio às flores de agrotóxicos no distrito de São Severino–Gravatá/PE-Brasil. MS thesis. Universidade Federal de Pernambuco, 2021.

_____, Liara S. Pereira, Mônica C. de Britto. Por trás das cores de são severino, as flores de agrotóxicos. Revista de Geografia (Recife) V. 39, No . 3, 2022.

MELO, Débora de Lima. Nina Rodrigues e o discurso sobre “As raças” na formação da nação brasileira. 29aReuniao brasileira de Antropologia. Agosto/2014, Natal/Rio Grande do Norte (RN).

MELO, Emely Christine Sulino de. Agroecologia e ecologia de saberes desconstruindo o projeto colonial da agricultura brasileira : a Zona da Mata pernambucana é resistência. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

MELO, Everton Estevão. Agroecologia e uso do território: organização social e salvaguarda da agrobiodiversidade como estratégias camponesas ante o projeto de desenvolvimento no município de Paulista/PE. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

MELO, Rafael Corrêa de. Avaliação de métodos de mapeamento de risco/perigo à movimentos de massa no município de Camaragibe, PE. Diss. 2019.

MELO, Everton Estevão. Agroecologia e uso do território: organização social e salvaguarda da agrobiodiversidade como estratégias camponesas ante o projeto de desenvolvimento no município de Paulista/PE. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

MILLER, Karina M. Herrera. De/colonialidad alimentaria: Transformaciones simbólicas en el consumo de la quinua en Bolivia. Razón y Palabra, Universidad de los Hemisferios, Quito, v. 20, n. 94, pp. 33-50, set/dez. 2016. Disponível em: <https://revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/687>. Acesso em: 13 nov. 2023.

MINAYO, MARIA, C. de S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MOREIRA, Rodrigo, M. Transição Agroecológica: conceitos, bases sociais e a localidade de Botucatu/SP Brasil. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Faculdade de Engenharia Agrícola, UNICAMP.

MORENO, Renata. Entre o capital e a vida: pistas para uma reflexão feminista sobre as cidades. In: Reflexões e práticas de transformação feminista, MORENO, Renata (org.). São Paulo: SOF – Sempre Viva Organização Feminista, p. 43-74, 2015.

MOTTA, Márcia. *Nas fronteiras do poder. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. 1998.

MOTTA, Vivian D. Agroecologia Antirracista: Insistência. *Cadernos de Agroecologia-Diálogos e Convergências:Mulheres, Feminismos e Agroecologia*. v. 16, n. 1, p.2-9, 2021. Disponível em:<<https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6610/4903>> Acesso em: 26 set. 2022.

_____, Vivian Delfino. "Mulher (es) e a agroecologia. "Poética erótica de la relación, Número 6, 2021.

_____, Vivian Delfino. "PARA QUEM É ESSE LUGAR? Problematização sobre a presença não branca nos espaços de visibilização da agroecologia." *Revista Brasileira de Agroecologia* 17.3 (2022): 222-241.

_____, Vivian D. Por uma Agroecologia Antirracista. *Anais do III CIFA, Cadernos de Agroecologia*, v. 15, n. 3, p.1-4. 2020. Disponível em: <<http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/6396/2435>> Acesso em: 26 set. 2022.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp.41 e 92.

NASCIMENTO, Beatriz. *A mulher negra e o amor*. In: *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. Alex Ratts (org.) São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo (Instituto Kuanza), 2006.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*, São Paulo: Selo Negro, 2009.

NEVES, Maurício. Dayane, et al. "Construção de uma agricultura de base agroecológica no município de Bonito-PE." *Cadernos de Agroecologia* 15.2 (2020).

NOVAIS, Julia Gomes. "A centralidade do termo pobreza nas políticas sociais no governo PT". (2017).

Núcleo de estudos sobre identidades e relações interétnica - UFSC. *Terras e Territórios Negros no Brasil*. Ed. Ilka Boaventura Leite, ano I, n. 2, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. "Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo Lula." (2009).

OLIVEIRA, Larissa Cristina Moraes, Josielly Lima Ito, and Mirela Andrea Alves Ficher Senô. "JUSTIÇA SOCIAL E A MULHER NEGRA NA REFORMA AGRÁRIA." *Faculdade de Direito de Ribeirão Preto Programa de Pós-Graduação em Direito* (2020).

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. "Diretrizes gerais do plano nacional de desenvolvimento." *Belo Horizonte, Livraria Oscar Nicolai Ltda* (1955).

OLIVEIRA, Kaline Bezerra de. Agroecologia x agronegócio: duas matrizes de produção em disputa no campo brasileiro. BS thesis. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.

PAULA de, Cristiano Quaresma de. Geografia(s) da Pesca Artesanal Brasileira. 451p. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PENELUC, Magno da Conceição. In: MODERNIZAÇÃO E AGRONEGÓCIO: SOLUÇÃO PARA A FOME GLOBAL. Anais eletrônicos. Florianópolis: UFBA, 2016. Disponível em: https://www.15snhct.sbhc.org.br/resources/anais/12/1473017456_ARQUIVO_ModernizacaoEA GRONEGOCIO_artigo_01_09_2016_final.pdf. Acesso em: 07 nov. 2023.

PEREIRA, Camila Santos. "Escrevivências de uma estudante negra de Ciências Sociais." (2021).

PEREIRA, Lorena Izá, Camila Ferracini Origuéla, and Estevan Leopoldo de Freitas Coca. "A POLÍTICA AGRÁRIA NO GOVERNO BOLSONARO: AS CONTRADIÇÕES ENTRE A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO, O AVANÇO DA FOME E O ANTIAMBIENTALISMO/Agrarian policy in the Bolsonaro government: the contradictions between the expansion of agribusiness, the advance of hunger and anti-environmentalism/Política agraria en el gobierno de Bolsonaro: las contradicciones entre la expansión del agronegocio, el avance del hambre y el anti-ambientalismo." *Revista Nera* 58 (2021): 8-27.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Agroecologia na Formação Universitária: da ecologia à Agroecologia e do ecossistema ao agroecossistema. *Cadernos de Agroecologia* v.11 n.1, 2016.

_____, Mônica Cox de Britto. "Desenvolvimento e meio ambiente: o todo é maior que a soma das partes." *Revista Plurais* 1.2 (2005): 265-272.

_____, Mônica Cox de Britto. IV Encontro de Agroecologia do Agreste Meridional, 2016.

_____, Mônica Cox de Britto. *Revolução Verde*. In: Caldart, Roseli Salete; Pereira, Isabel Brasil; Alentejano, Paulo; Frigotto, Gaudêncio (ORGS.). *Dicionário da Educação do Campo*. RJ, SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, 685-689 pp.

_____, Mônica Cox de Britto; SILVA, Valcilene Rodrigues; MELO, Emely Christine Sulino de; SILVA, Uschi Cristina. *Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia: Tecer a Renda, Resistir e Construir Conhecimento Agroecológico*. *Cadernos de Agroecologia*, São Cristóvão, Sergipe, v. 15, no 2, 2020.

PERNAMBUCO. Lei Nº 17.158, de 8 de janeiro de 2021. Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica e estabelece as diretrizes para o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado de Pernambuco. *Diário*

Oficial do Estado de Pernambuco. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/>. Acesso em: 18/12/2023

PETERSEN, Paulo. Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades. Articulação Nacional em Agroecologia, 2007.

PETERSEN, Paulo, Fábio Kessler Dal Soglio, and Francisco Roberto Caporal. "A construção de uma Ciência a serviço do campesinato." Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA (2009).

Plano Municipal de Contingência COVID-19 2022. Prefeitura de Camaragibe – Portal da Transparência. Disponível em: <https://transparencia.camaragibe.pe.gov.br/app/pe/camaragibe/1/covid-19/portal-covid-19/publicacoes/78>. Acesso em: 15/12/2023.

Plataforma emergencial do campo, das florestas e das águas pela vida e para o enfrentamento da fome diante da pandemia do coronavírus, 2020. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Plataforma-Emergencial-do-Campo-atualizado-01.05.20202.pdf>>. Acesso em: 15/12/2023.

POMPEIA, Caio, and Sérgio Schneider. "As diferentes narrativas alimentares do agronegócio." *Desenvolvimento e Meio Ambiente* 57 (2021).

PORTAL DA TRANSPARENCIA. Disponível em: <https://transparencia.camaragibe.pe.gov.br/app/pe/camaragibe/1/mapa-do-site>. Acesso em: 18/12/2023.

Portal Folha de Pernambuco. Publicado em 25/02/2022. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/incendio-no-mercado-de-camaragibe-pode-ter-afetado-170-lojas/228088/>. Acesso em: 04/01/2024.

PORTO, Gil Carlos Silveira. "Patrimonialização, território usado e processo de registro da feira livre de domingo de Alfenas (MG) como bem cultural imaterial do município." *Caderno de Geografia* 31.2 (2021): 187-187.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização. 1. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____, Carlos, W. A globalização da natureza e a natureza da globalização. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.

_____, Carlos. W. A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos. In: *Conflitos no Campo Brasil 2009*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____, Carlos Walter, and Danilo Pereira Cuin. "Geografia dos conflitos por terra no Brasil (2013): expropriação, violência e r-existência." *Conflitos no campo–Brasil (2013)*: 18-26.

_____, Carlos Walter. "Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais." *INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar* 1.1 (2004): 1.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. "Paisagem, ruralidade e funcionalidade turística." *Destarte* 3.2 (2013): 01-13.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: Lander, E. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 107-130.

_____, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: Castro-Gómez, S.; Grosfoguel, R. (Eds.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 93-126.

_____, Anibal. Colonialidad y modernidad-racionalidad. In: Bonillo, H. Los Conquistados. Bogotá: Tercer Mundo, Flacso, 1992. p. 437-449.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. II Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia por COVID-19 no Brasil. Relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022.

_____. VIGISAN. Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia por COVID-19 no Brasil, 2021. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/pesquisa2020/>. Acesso em: 15/07/2023.

_____. Insegurança alimentar e desigualdades de raça/cor da pele e gênero: II VIGISAN: inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil: Suplemento II. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2023.

REIS, Renata. Sempre viva Organização feminista. Agroecologia e feminismo: aprendizados dos processos de formação política, 2022. Disponível em: <https://www.sof.org.br/agroecologia-e-feminismo-aprendizados-dos-processos-de-formacao-politica/>. Acesso em: 09/11/2023.

RUFINO, José L. dos S. Origem e conceito do agronegócio. Informe Agropecuário, Belo Horizonte: Epamig, v. 20, n° 199, pp. 17-19, 1999.

SABOURIN, Eric. "Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?." *Sociedade e Estado* 22 (2007): 715-751.

SÁ, Eduardo. "Produzir e consumir alimentos saudáveis não pode ser um privilégio de cor", afirma Fran Paula, 2021. Articulação Nacional de Agroecologia. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2021/09/13/produzir-e-consumir-alimentos-saudaveis-nao-pode-ser-um-priilegio-de-cor-afirma-fran-paula/>. Acesso em: 09/11/2023.

SANTANA, Paulo José, et al. "Ação coletiva e agroecologia: os caminhos da mobilização social para a construção de uma política pública municipal em Bonito-PE." *CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES* 16.6 (2023): 3948-3968.

SANTOS, Alexandra. O sabor da história: práticas alimentares e identidades quilombolas. INTRATEXTOS, Rio de Janeiro, Número Especial 03, p.54-71, 2012.

SANTOS, Amaury, da S. "A agroecologia na região Nordeste do Brasil." (2020).

SANTOS, Carine de Jesus. A cor da Agroecologia: intersecções entre raça e gênero na construção do conhecimento agroecológico. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

SANTOS, Milton. "A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 2. reimpr." São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo 1 (2006).

SCHNEIDER, Eduarda Maria, Rosangela Araujo Xavier Fujii, and Maria Júlia Corazza. "Pesquisas quali-quantitativas: contribuições para a pesquisa em ensino de ciências." *Revista Pesquisa Qualitativa* 5.9 (2017): 569-584.

SOUZA, Alessandra Silva. Um debate acerca da soberania alimentar e da agroecologia: um desafio de percepção e de prática. Ou de que lado é o meu quintal? *Revista Pegada*, vol.10, n.1, p. 113-133, junho, 2009.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de, and Ricardo Ventura Santos. "O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates." *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* 7 (2012): 745-760.

SCOTT, James C., and de Menezes., Marilda. A; GUERRA, Lemuel. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes: revista de ciências sociais e econômicas*, v. 21, n. 1, p. 10-31, 2002.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da Mente*. São Paulo: Gaia, 2003.

SINDUSFARMA. Relatório anual de atividades de 2022. Disponível em: https://sindusfarma.org.br/uploads/files/229d-gerson-almeida/Publicacoes_PPTs/RAA_SINDUSFARMA_2022_Ebook.pdf. Acesso em: 16 de maio de 2023.

SILIPRANDI, Emma. "Políticas de segurança alimentar e relações de gênero". *Cadernos de Debate* 11 (2004): 38-57.

SILVA, Allan Rodrigo de Campos. "A pandemia e o agronegócio no Brasil." *Le Monde Diplomatique Brasil* 14.162: 4-5.

SILVA, Ailson Barbosa. "a questão periurbana e o novo espaço de oportunidades da região metropolitana do Recife: o caso de Aldeia (Camaragibe/PE)." *Revista Percurso* 4.1 (2012): 85-98.

_____, Alison Barbosa da. A reconfiguração de uma periferia de amenidades: à

procura da natureza em Aldeia (Camaragibe-PE). Tese de Doutorado – Ailson Barbosa da Silva. – Recife: O autor, 2015.

_____, Alison Barbosa da. As velhas e novas periferias: o caso de Aldeia (Camaragibe - PE). *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas*, v. 1, n. 22, p. 9-26, 1 nov. 2015.

Silva, Maria Zênia Tavares da. "A segurança e a soberania alimentares: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil." *Configurações. Revista Ciências Sociais* 25 (2020): 97-111.

SILVÉRIO, Leandra Domingues. "Experiências e memórias de luta pela reforma agrária na contemporaneidade." *Tempos Históricos* 18.2 (2014): 279-305.

SVAMPA, Maristella. Reflexiones para un mundo post-coronavirus. Nueva Sociedad, abr., 2020. Disponível em: <https://www.nuso.org/articulo/reflexionespara-un-mundo-post-coronavirus/?fbclid=IwAR01Ey3G6_LJBBi8rm3uQ4PVia7VZSUZHDp_1y63udiWStXkzqn5hjMqbc>. Acesso em: 17 nov. 2023.

SOUZA, Jessé. A radiografia do golpe. A radiografia do golpe. São Paulo: Leya Editora. 2016.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de, and Ricardo Ventura Santos. "O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates." *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* 7 (2012): 745-760.

STURZA, Janaína Machado; TONEL, Rodrigo. The fundamental human right to health: the conjuncture life and death through a sociojuridical reflection on the phenomenon of suicide. *Revista Thesis Juris*, v.8, nº.2, 2019, pp. 227-243. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/index.php?journal=thesisjuris&page=article&op=view&path%5B%5D=13706>>. Acesso em: 26 fev. 2020.

TAVARES, Fred. "Kits de subjetividade verde". O consumo da natureza e as modelagens marcárias nas tensões do controle e do capitalismo rizomático. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 16, n. 187, p. 01-12, 2016.

Universidade Federal Rural de Pernambuco. "Com apoio da UFRPE, será inaugurada feira agroecológica em Camaragibe neste sábado (07/04)". Disponível em: <https://www.ufrpe.br/br/content/com-apoio-da-ufrpe-ser%C3%A1-inaugurada-feira-agroecol%C3%B3gica-em-camaragibe-neste-s%C3%A1bado-0704>. Acesso em: 04/01/2024.

VAINER, Carlos B. Migração no Brasil: anotações para uma história de políticas migratórias. *Travessia – Revista do imigrante. Migrações no Brasil: um olhar retrospectivo*, Publicação do CEM, ano XIII, número 36, 2000.

WALLACE, Rob. *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. Editora Elefante, 2020.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. *Tabula Rasa*, Bogotá, 9, 131-152, jul.-dic. 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. "Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade." *Estudos sociedade e agricultura* (2003).

_____, Maria de Nazareth Baudel. "A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção." *Reforma Agrária, Campinas* 25.2/3 (1995): 37-47.

_____, Maria de Nazareth Baudel, and Maria de Nazareth. "A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural." *Una nueva ruralidad en América Latina* (2001): 31-44.

WILSON, Edward O. *Diversidade da vida*. Editora Companhia das Letras, 2012.

APÊNDICE 01 - insegurança alimentar e nutricional no município de Camaragibe-PE durante a pandemia da covid-19

04/11/2023, 12:17

INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE-PE DURANTE A PANDEMIA DA COVID...

INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE-PE DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

O questionário foi estruturado pela mestrandia Maria Carolina França da Costa e é destinados para Mulheres negras, chefes de família (pessoa de referência no domicílio). Este questionário fornecerá informações para a pesquisa do mestrado da professora na Universidade Federal de Pernambuco. A pesquisa tem apoio da Secretaria de Planejamento, Meio ambiente e Orçamento participativo do município de Camaragibe e é financiada pela Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco.

* Indica uma pergunta obrigatória

1. Nome: *

2. 1 - Qual bairro de Camaragibe você mora? *

3. 2 - Qual o tipo de moradia que você reside? *

Marcar apenas uma oval.

Casa

Apartamento

Habitação coletiva

Outro

4. 3 - Qual a renda da sua residência? *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de um salário mínimo
- Mais de um salário mínimo
- Dois salários mínimo
- Três salários mínimo
- Quatro salários mínimo
- Mais de quatro salários mínimo

5. 4 - Em seu domicílio há um fornecimento de água pela Compesa? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

6. 5 - A água do seu domicílio vem de onde? *

Marcar apenas uma oval.

- Compesa
- Poço
- Caminhão Pipa
- Outro

7. 6 - As pessoas ou a pessoa do seu domicílio tem acesso a água potável diariamente? *

Marcar apenas uma oval.

- Não
- Sim

04/11/2023, 12:17

INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE-PE DURANTE A PANDEMIA DA COVID...

8. 7 - Quantas pessoas moram em seu domicílio? *

Marcar apenas uma oval.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- Mais de sete pessoas.

9. 8 - Qual sua idade? *

10. 9 - Sua identidade de gênero se enquadra em: *

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
- Masculino
- Transgênero
- Outro
- Prefiro não informar

11. 10 - Você se autodenomina: *

Marcar apenas uma oval.

- Preto (a)
- Branco (a)
- Pardo (a)
- Outro

04/11/2023, 12:17

INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE-PE DURANTE A PANDEMIA DA COVID...

12. 11 - Informe sua escolaridade: *

Marcar apenas uma oval.

- Fundamental incompleto
- Fundamental completo
- Ensino Médio incompleto
- Ensino médio Completo
- Superior incompleto
- Superior completo
- Nunca estudei

13. 12 - Atualmente você tem algum emprego? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

14. 13 - Durante a Pandemia da Covid-19 você conhece alguém fora do seu domicílio que contraiu o vírus? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

15. 14 - Durante a Pandemia da Covid-19 alguém do seu domicilio perdeu o emprego? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

04/11/2023, 12:17

INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE-PE DURANTE A PANDEMIA DA COVID...

16. 15 - Durante a Pandemia da Covid-19 a renda do seu domicílio aumentou ou diminuiu? *

Marcar apenas uma oval.

- Aumentou
 Diminuiu

17. 16 - Durante a Pandemia da Covid-19 houve corte de gastos de despesas essenciais em seu domicílio? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

18. 17 - Os(as) moradores(as) deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

19. 18 - Os alimentos acabaram antes que tivessem dinheiro para comprar mais comida? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

04/11/2023, 12:17

INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE-PE DURANTE A PANDEMIA DA COVID...

20. 19 - Os(as) moradores(as) deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

21. 20 - Os(as) moradores(as) deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro acabou? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

22. 21 - Algum(a) morador(a) deste domicílio deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

23. 22 - Algum(a) morador(a) deste domicílio, alguma vez, comeu menos do que achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar comida? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

04/11/2023, 12:17

INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE-PE DURANTE A PANDEMIA DA COVID...

24. 23 - Algum(a) morador(a) de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

25. 24 - Algum morador deste domicílio, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

26. 25 - Alguém deste domicílio é beneficiado pelo Cadastro Único do Governo? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

27. 26 - Alguém deste domicílio recebeu o Auxílio emergencial por causa da pandemia da Covid-19? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

04/11/2023, 12:17

INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE-PE DURANTE A PANDEMIA DA COVID...

28. 27 - Alguém deste domicílio precisou de ajuda de alguma instituição/associação, igreja, amigos, parentes ou outros? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

29. 28 - Onde a (as) pessoa (as) do seu domicílio compram alimentos? *

Marcar apenas uma oval.

- Supermercados
 Mercadinhos
 Outro

30. 29 - Onde a (as) pessoa (as) do seu domicílio compram frutas e verduras? *

Marcar apenas uma oval.

- Diretamente do agricultor nas feiras
 Supermercados ou mercadinhos
 Mercado municipal de Camaragibe
 Outro

31. 30 - Alguém da sua família é agricultor? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

04/11/2023, 12:17

INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE-PE DURANTE A PANDEMIA DA COVID...

32. 31 - Alguém da sua família já plantou em algum momento da vida? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

33. 32 - Você ou alguém do seu domicílio tem algum tipo de plantação dentro ou no quintal do domicílio? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE 02 - ROTEIRO DE CAMPO - A FOME TEM COR E GÊNERO: AUMENTO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR DURANTE A PANDEMIA DA COVID- 19 EM CAMARAGIBE-PÉ E A AGROECOLOGIA COMO CAMINHOS DE RETOMADA DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NO MUNICÍPIO

Capítulo 2

- Nome;
- Quantas pessoas moram no domicílio;
- Se tem ou conhece alguém da família que planta;
- Onde fazem feira;
- Se consomem frutas e verduras, onde compram ou plantam;
- Se frequentam feiras agroecológicas;
- Se lembra ou escutas histórias de como era antes o município (agricultura familiar);
- Caso tenha lembranças ou experiência dentro da agricultura familiar no município, contar um pouco como era, quais dificuldades enfrentou ou enfrenta
- Em relação a grande área de floresta atlântica no município, se vc queria ter acesso a essa mata também;
- Se sabe quem são as pessoas que têm acesso a mata;
- Se sabe ou acredita quem é o causador diminuição da agricultura familiar no município;
- O porquê de continuar plantando ou ter parado de plantar (caso tenha ou conheça alguma experiência).

Capítulo 3

- Se tem dificuldade se alimentar antes e durante a pandemia da Covid 19
- O porquê da dificuldade de se alimentar;
- Se tem uma alimentação boa, nutritiva e diversificada;
- Se sabe dos efeitos que os alimentos indústrias trazem para nossa vida;
- Se fosse para escolher comer alimentos agroecológicos ou alimentos com veneno o que escolheria e o porquê;
- Se durante a pandemia deixou de comprar algum tipo de alimento por causa do preço do alimento que estava muito alto

Capítulo 4

- Em relação a agricultura familiar, ou seja, a produção de alimentos sem veneno, quais medidas a prefeitura do município poderia tomar diminuir a insegurança alimentar entre a população, causando um democratização alimentar;
- Quais investimentos poderiam ser feitos.

Anexo 01 - Concessão de anuência prévia processos de parcelamento do solo em Camaragibe-PE

AGENCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - **AGENCIA CONDEPE/FIDEM**

DIRETORIA DE ARTICULAÇÃO E DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO METROPOLITANTO - **DADM** /GERÊNCIA DE REGULAÇÃO E ORDENAMENTO ESPACIAL - **GROE**

MUNICÍPIO: **CAMARAGIBE**

PERÍODO: DEZEMBRO/1979 À MARÇO 2014

Nº ORDEM	PARCELAMENTO		PROPRIETÁRIO	CERTIFICADO DE ANUÊNCIA Nº / DATA	CERTIFICADO DE RENOVAÇÃO OU NOVA ANUÊNCIA Nº / DATA	ÁREA TOTAL DA GLEBA (ha)
	NOME	TIPO				
1	PRIVE VERMONT	Lot.	COMPANHIA IMOBILIARIA CAMARAGIBE	3080/1978 – 13/11/78	–	76,9019
2	ÂÇUDE TIMBI	Lot.	IMOBILIÁRIA ARAUJO LIMA LTDA.	2180/1980 – 04/06/80	–	17,4400
3	VILLAGE ALDEIA II	Lot.	HYEDA A. DE CASTRO	3055/1980 – 11/08/80	–	20,2941
4	RINCÃO SILVESTRE	Lot.	REAL EMPREENDIMENTOS LTDA.	3760/1980 – 15/09/80	–	12,9006
5	ALDEIA BELA	Lot.	I.R.M. IRMÃOS MEIRA S/A.	4494/1980 – 17/10/80	–	3,0826
6	PARQUE CEDROS	Lot.	CONSTRUTORA NORDESTE S/A.	4534/1980 – 20/10/80	–	5,7463
7	CEU AZUL	Lot.	MARIA JOSÉ CAVALCANTI CORRÊA DE ARAÚJO E OUTROS	4994/1980 – 19/11/80	–	49,2515
8	NOSSA SENHORA DE NAZARETH I	Lot.	MARIA ANITA AMAZONAS MAC DOWELL	5164/1980 – 01/12/80	–	6,8721
9	NOSSA SENHORA DE NAZARETH II	Lot.	JOAQUIM INÁCIO AMAZONAS MAC DOWELL	5164/1980 – 01/12/80	–	5,2106
10	LUIZA MEDEIROS	Lot.	MARIA JOSÉ SANTOS CALDAS	1597/1981 – 20/04/81	5025/82 -28/12/82	5,5400
11	NOSSA SENHORA DE NAZARETH III	Lot.	MARIA ANITA AMAZONAS MAC DOWELL	1766/1981 – 04/05/81	–	7,3932
12	ESTÂNCIA RICA FLORA	Condomínio	FLORISMUNDO LINS SOBRINHO E OUTROS	2512/1981 – 16/06/81	–	17,6280
13	BAIRRO NOVO REDENTOR	Lot.	MARIA ANITA AMAZONAS MAC DOWELL	2847/1981 – 08/07/81	–	165,8293
14	ESPLANADA DO AÇUDE II	Lot.	MARIA DO CARMO AMARAL C. DE ARAUJO	3183/1981 – 29/07/81	4847/82 –13/12/82	5,5620
15	QUINTAIS DE ALDEIA (Expansão)	Lot.	AVICOLA DO NORDESTE LTDA.	5110/1981 – 01/12/81	–	13,7765
16	JOÃO PAULO II	Lot.	JOSÉ LUIZ DO AMARAL C. DE ARAÚJO JR. E OUTROS	0039/1982 – 06/01/82	–	28,1503
17	CAMARÁ	Lot.	CANGAÇÁ IMOBILIÁRIA LTDA.	4277/1982 – 26/10/82	–	64,7000
18	SÃO JOÃO E SÃO PAULO – PLANOS 1 E 5	Lot.	WANDA BERNARDINO MALAQUIAS DA SILVA	0254/1983 – 26/01/83	0942/83 – 26/08/83	15,6800
19	NOSSA SENHORA DE BELEM	Lot.	MARIA ANITA AMAZONAS MAC DOWELL	0282/1983 – 28/01/83	0469/91 – 26/11/91	13,5594
20	QUINTAS DE CAMARAGIBE (CANCELADO)	Lot.	MARIA DO CARMO VELOSO DA SILVEIRA	0966/1983 – 06/09/83	–	11,8694
21	CELEIRO DE ALEGRIAS FUTURAS	Lot.	MARIA DO CARMO AMARAL C. DE ARAUJO	0164/1984 – 03/05/84	–	75,9424
22	SANTO ANTONIO	Lot.	CERÂMICA SANTO ANTONIO S/A.	193/1984 – 22/05/84	–	9,8636
23	CRISTO REI MATAS DE PAU FERRO	Lot.	MARIA ANITA AMAZONAS MAC DOWELL	034/1985 – 12/07/85	–	110,1768
24	BELA VISTA	Lot.	BEM VIVER EMPREENDIMENTOS LTDA.	005/1988 – 24/02/88	087/88 – 07/10/88	8,0540
25	SÃO LUIZ	Lot.	ROBERTO JORGE DOS SANTOS	008/1992 – 26/03/92	–	7,1901
26	CONJUNTO HABITAC. BELA VISTA	Conj. Habit.	TERESA CORRÊA DE ARAÚJO LIMA	019/ 1992 – 21/08/92	047/95 – 01/09/95	10,0237
27	SANTA TEREZA	Lot.	TERESA DE JESUS CORRÊA DE ARAÚJO LIMA	0016/1996 – 11/06/96	–	28,7606

28	TORQUATO CASTRO 2	Cond.	JOSÉ CORDEIRO DE CASTRO	061/2000 – 20/12/00	–	6,3132
29	COUNTRY DO VALE VERDE	Cond.	WILLIAM PAULO MARTINS	046/2001 – 20/09/01	–	4,0000
30	CONJUNTO RESID. BELA VISTA	Cond.	CONGAL – CONST. GILBERTO AZEVEDO LTDA.	052/2001 – 19/10/01	–	1,6690
31	VALE DE ALDEIA	Cond.	PAULO FERREIRA ROLIM FILHO	061/2001 – 05/12/01	–	4,0896
32	CONJ. RESID.METROPOLITANA1 (CANCELADO)					
33	RESIDENCIAL FLOR DO ARAÇA	Cond.	TORQUATO DA SILVA CASTRO JUNIOR	031/2002 – 28/11/02	–	18,3865
34	RESIDENCIAL DIVINÓPOLIS	Cond.	JADAN EMPREENDIMENTOS IMOB. LTDA.	018/2003 – 12/09/2003	–	14,1800
35	CONJ.RESID.METROPOLITANA2 (CANCELADO)					
36	CONJUNTO RESID. CAMARAGIBE	Cond.	EBCI – EMPR. BRASILEIRA DE CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA.	027/2002 – 13/11/02	–	0,7963
37	VILA BELA D'ALDEIA	Cond.	MARIA DA GLÓRIA CORREIA GONÇALVES	030/2004 – 05/11/04	–	10,0000
38	FLOR DA MATA	Cond.	FLOR DA MATA LTDA.	01A/2006 – 30/01/2006	–	6,0180
39	QUATRO ESTAÇÕES	Cond.	MARIA DO CARMO CAVALCANTI DA SILVA	022/2007 – 12/06/07	–	3,0000
40	RESIDENCIAL MARIA EDUARDA	Cond.	CONSÓRCIO C.M. E MUNIZ DE ARAÚJO CONSTRUÇÕES	043/2007 – 03/12/2007	–	3,4220
41	JARDINS DE TÍVOLI	Cond.	IMOBILIÁRIA CARRANCA LTDA.	025/2008 – 14/ 07/2008	–	60,2001
42	CONJUNTO RESIDENCIAL REGIÃO METROPOLITANA	Cond.	CA3 CONSTRUÇÃO E ARQUITETURA LTDA.	037/2008 – 09/09/2008	–	1,0000
43	RESIDENCIAL SANTA HELENA	Cond.	MARIA ANITA AMAZONAS MAC DOWELL	006/2009 – 20/02/2009	–	12,4660
44	PRIVÉ PARAÍSO	Cond.	CASTELO FORTE LTDA / PAULO FERREIRA ROLIM FILHO	018/2009 – 18/06/2909	–	3,3331
45	LUAR DE ALDEIA	Cond.	ALDEIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	052/2010 – 02/12/2010	025/2012- 17/05/012	20,0448
46	VIVERDE	Cond.	LC – CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA.	019/2011 _ 30/05/2011	–	3,0000
47	RECANTO DO VALE	Cond.	PAULO FERREIRA ROLIM	042/2011 – 10/10/2011	–	4,2998
48	CONDOMÍNIO CLULBE PARQUE VERDE	Conj.Habit.	LC – CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA.	005/2012 – 26/01/2012	–	2,2016
49	RESID.SANTA MÔNICA cancelado	Conj.Habit.	CCA – EMPREENDIMENTOS E INCORPORAÇÕES LTDA.	008/2012 _ 28/02/2012	–	12,6871
50	PARAÍSO RESERVA CAMARÁ	Cond. Misto	SPE CAMARAGIBE LTDA	058/2012 _ 11/09/2012	–	25,6719
51	RESIDÊNCIA SANTA MÔNICA (antes) VARANDAS DO RIO (atualmente)	Conj.Habit.	CCA – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS	008/2012 - 08/02/012(cancel.) 085/2013 - 19/12/013	–	25,6718 12,6871
TOTAL						1014,1780

OBS : OS NOMES DOS LOTEAMENTOS E CONDOMÍNIOS ESTÃO RELACIONADOS POR ORDEM NUMÉRICA DO CERTIFICADO .

ANEXO 02 – Plano Plurianual 2022/2025 do município de Camaragibe: programa de regulação de núcleos urbanos, proteção ambiental, fomento de atividades produtivas e melhoria e expansão da infraestrutura urbana



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE faço saber que o povo do Município, por seus representantes, aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

LEI Nº 935/2022

Dispõe sobre a revisão, para o exercício de 2023, o Plano Plurianual 2022/2025 do Município de Camaragibe e dá outras providências.

Art. 1º A presente Lei dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual 2022/2025 do Município de Camaragibe para o exercício de 2023, que estabelece de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal para as despesas correntes e de capital e outras delas decorrentes, além daquelas relativas aos programas de duração continuada.

§ 1º Compõe o Anexo I da Presente Lei – Programa, Metas e Ações para o Exercício 2023;

§ 2º Compõe o Anexo II da presente Lei – Síntese das Ações por Função e Subfunção para o Exercício de 2023;

§ 3º Compõe o Anexo III da presente Lei – Síntese das Ações por entidades e órgãos para o Exercício de 2023;

Art. 2º Os valores financeiros das despesas, resultantes das necessidades de recursos mencionados nesta Lei estão estimados a preços de julho de 2022, respeitados o cenário macroeconômico indicado na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a compatibilizar os dados da Lei do Orçamento Anual, a ser aprovada para o exercício de 2023, com o programa de trabalho e respectivos valores constantes da Revisão do Plano Plurianual para o mesmo exercício, podendo efetuar alterações em função de novos limites, estabelecidos pela variação da receita.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, operando-se os seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Camaragibe/PE, 01 de setembro de 2022.

NADEGI ALVES DE
QUEIROZ:1665690348

Nadegi Alves de Queiroz
Prefeita do Município de Camaragibe

Av. Dr. Belmino Correia, 3038, Timbí, Camaragibe-PE. CEP:54768-000. Fone: (81)
2129-9580 – CNPJ: 08.260.663/0001-57

PRO-GRAMA	DIRETRIZ	CIDADE REGULARIZADA
	OBJETIVO ESTRATÉGICO	Promover a regularização fundiária
3	PROGRAMA	PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO DE NÚCLEOS URBANOS
	OBJETIVO	Regularizar os núcleos urbanos

Nº	AÇÕES	Proj Ativ	Produto da Ação	Indicador/Medida do Produto	Meta Física	Fontes de Recursos	Data	
							Inicial	Final
1	Promover a regularização fundiária de Núcleos Urbanos.	A	Regularizar os núcleos urbanos	Nº de unidades residenciais regularizadas	% de unidades residenciais regularizadas	Próprio ou convênio	1/1/2022	31/12/2025

Nº	AÇÕES	Detalhamento da Meta	Detalhamento dos Recursos para 2023: Atual x Previsão	
		2023	Atual	Previsão
1	Promover a regularização fundiária de Núcleos Urbanos.	50%	0	200.000
TOTAL DAS AÇÕES			0	200.000

PRO-GRAMA	DIRETRIZ	GESTÃO AMBIENTAL
	OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir o meio ambiente protegido
5	PROGRAMA	PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE
	OBJETIVO	Planejar, capacitar, desenvolver mecanismos de gestão e implementar a política de proteção ao meio ambiente.

Nº	AÇÕES	Proj Ativ	Produto da Ação	Indicador/Medida do Produto	Meta Física	Fontes de Recursos	Data	
							Inicial	Final
1	Implantar Ecoponto para coleta Seletiva.	A	Ecoponto	Criação de Ecoponto	100% concluído	Próprio/ Convênio	1/1/2022	21/12/2023
2	Manter a Coleta Seletiva.	A	Coleta Seletiva	Percentual de volume de coletado de resíduos	0,5% do total de resíduos coletados no Município	Próprio/ Convênio	1/1/2023	31/12/2025
3	Criar e manter agência de Meio Ambiente.	A	Agência Ambiental	Agência Ambiental criada e mantida.	100% concluída	Próprio/ Convênio	1/1/2022	31/12/2025
4	Implantar e proteger espaços ecológicos.	A	Espaços ecológicos protegidos	Número de áreas preservadas.	100% de área protegida	Próprio/ Convênio	1/1/2021	31/12/2025
5	Participar e desenvolver ações conjuntas com os Conselhos.	A	Gestão participativa	Número de atividades desenvolvidas pelos	100% das atividades	Próprio/ Convênio	01/01/2022	31/12/2025
6	Manter o funcionamento da unidade móvel de esterilização e saúde animal (Castramóvel) e da Unidade Básica de Saúde Animal	A	Castração de animais, pequenas cirurgias e	Número de castrações, cirurgias e de atendimentos	100% da demanda recebida	Próprio/ Convênio	01/10/2022	31/12/2025

Nº	AÇÕES	Detalhamento da Meta /Ano	Detalhamento dos Recursos para 2023: Atual x Previsão	
		2023	Atual	Previsão
1	Implantar Ecoponto para coleta Seletiva.	100%	25.424	20.000
2	Manter a Coleta Seletiva.	100%	0	288.000
3	Criar e manter agência de Meio Ambiente.	100%	321.000	300.000
4	Implantar e proteger espaços ecológicos.	100%	224.700	295.084
5	Participar e desenvolver ações conjuntas com os Conselhos.	100%	40.447	50.000
6	Manter o funcionamento da unidade móvel de esterilização e saúde animal	100%		300000
TOTAL DAS AÇÕES			611.571	1.253.084

PRO-GRAMA	DIRETRIZ	GESTÃO DE RESULTADOS
	OBJETIVO ESTRATÉGICO	Desenvolver e qualificar o ambiente de negócios em Camaragibe.
3	PROGRAMA	PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS
	OBJETIVO	Melhorar e ampliar com qualidade as atividades industriais, rurais e de serviços no município.

Nº	AÇÕES	Proj Ativ	Produto da Ação	Indicador/Medida do Produto	Meta Física	Fontes de Recursos	Data	
							Inicial	Final
1	Promover ações de capacitação e fomento às atividades produtivas nas áreas rurais do município.	A	Atividades produtivas rurais fortalecidas.	Percentual de ações executadas.	100%	Próprios	1/1/2022	31/12/2025
2	Promover ações de capacitação e fomento às atividades produtivas de base industrial no município.	A	Atividades produtivas industriais fortalecidas.	Percentual de ações executadas.	100%	Próprios	1/1/2022	31/12/2025
3	Promover ações de capacitação e fomento aos micro empreendimentos da cadeia produtiva do turismo.	A	Atividades de turismo fortalecidas.	Percentual de ações executadas.	100%	Próprios	1/1/2022	31/12/2025

Nº	AÇÕES	Detalhamento da Meta /Ano	Detalhamento dos Recursos para 2023: Atual x Previsão	
			2023	Atual
1	Promover ações de capacitação e fomento às atividades produtivas nas áreas rurais do município.	24,27%	33.708	44.267
2	Promover ações de capacitação e fomento às atividades produtivas de base industrial no município.	24,27%	25.938	34.063
3	Promover ações de capacitação e fomento aos micro empreendimentos da cadeia produtiva do turismo.	24,27%	72.231	94.856
TOTAL DAS AÇÕES			131.877	173.186

PRO-GRAMA	DIRETRIZ	CIDADE URBANIZADA
	OBJETIVO	Ampliar e qualificar a infraestrutura urbana do município.
2	PROGRA	PROGRAMA DE MELHORIAS E EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA
	OBJETIVO	Ampliar e Melhorar a Infraestrutura Urbana do Município, através de ações e obras de Construção, Requalificação e Ampliação de Prédios e Equipamentos Públicos, Pavimentação, Captação de Efluentes, Ampliação e Eficiência de Iluminação Pública, inclusive desenvolvimento de projetos e obras.

Nº	AÇÕES	Proj Ativ	Produto da Ação	Indicador/Medida do Produto	Meta Física	Fontes de Recursos	Data	
							Inicial	Final
1	Executar obras de pavimentação e drenagem.	A	Ruas pavimentadas e drenadas.	Nº de ruas pavimentadas	134	Próprio/Convênios/Operações de Crédito	1/1/2022	31/12/2025
2	Recapamento asfáltico de Ruas do Município de Camaragibe	A	Ruas capeadas.	% de ruas capeadas	20%	Próprio/Convênios/Operações de Crédito	1/1/2022	31/12/2025
3	Ampliar e eficientizar o parque de iluminação pública do município.	A	Cidade iluminada e segura.	Percentual	20%	Próprio/Convênios/Operações de Crédito	1/1/2022	31/12/2025
4	Contratar projetos executivos.	A	Projetos Executivos completos, inclusive com os devidos orçamentos.	Nº de projetos.	130	Próprio/Convênios/Operações de Crédito	1/1/2022	31/12/2025
5	Concluir o Mercado Público Municipal	A	Obra concluída.	% executado	100%	Próprio/Convênios/Operações de Crédito	1/1/2022	31/12/2025
6	Construir, Ampliar e Requalificar Prédios e Equipamentos Públicos Municipais.	P	Equipamentos ampliados e/ou construídos	% executado	100%	Próprio/Convênios/Operações de Crédito	1/1/2022	31/12/2025

Nº	AÇÕES	Detalhamento da Meta /Ano	Detalhamento dos Recursos para 2023: Atual x Previsão	
			2023	Atual
1	Executar obras de pavimentação e drenagem.	33	10.161.720	6.000.000
2	Recapear com asfalto diversas Ruas do Município.	5%	7.857.000	3.000.000
3	Ampliar o parque de iluminação pública do município.	5%	1.257.120	1.447.979
4	Contratar projetos executivos.	32	413.539	500.000
5	Concluir o Mercado Público Municipal	50%	3.780.000	7.500.000
6	Construir, Ampliar e Requalificar Prédios e Equipamentos Públicos Municipais.	2	0	2.528.926
TOTAL DAS AÇÕES			23.469.379	20.976.905